

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Edição 58

Ano 22

Volume 3 – Ciências Sociais

Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)

2026

2026

2026

2026

Niterói – RJ

Revista Querubim 2026 – Ano 22 nº58 – vol. 3 – Ciências Sociais – 99p. (fevereiro – 2026)
Rio de Janeiro: Querubim, 2026 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais.
Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Adriana Melo Santos et al – Panorama brasileiro do turismo em terras indígenas: análise da produção acadêmica – teses e dissertações	04
02	Camila Rodrigues Silva Mendonça et al – Uma leitura territorial a partir da personagem Suzzanny do romance “A palavra que resta” de Stênio Gardel (2021)	16
03	Darlan Roberto dos Santos e Gisele Resende Diniz – O uso de redes sociais por profissionais de direito, medicina veterinária e psicologia: limites e possibilidades, à luz da ética	24
04	Francisco Fernandes Ladeira – Estudo do meio: concepções teórico-metodológicas na ciência geográfica e em seu ensino	32
05	Giovana Smolski Driemeier et al – Contribuições da arquitetura para a promoção de novas sociabilidades nos espaços públicos habitáveis	38
06	Giovana Smolski Driemeier et al – Arquitetura e espaço público habitável: concepções e influências nas relações sociais contemporâneas	48
07	Jhayson Soares Pereira et al – Destinação social de parte do imposto de renda e seus impactos no financiamento à projetos sociais no estado do Tocantins	59
08	Josefa Alice da Silva e José Adelson Lopes Peixoto – O ritual indígena da queima do cansaço na aldeia Katokinn – Pariconha/AL	72
09	Karla Beatriz Hortolani Rodrigues Hashimoto et al – Obrigação alimentar no Brasil: efeitos jurídicos, sanções e inovações do projeto de lei n. 2201/2024	82
10	Laura Zimmermann de Souza et al – Políticas educacionais de prevenção ao bullying: desafios e responsabilidades	89
11	Thais Severo Dutra et al – A inserção da pessoa idosa em uma universidade no século XXI	94

PANORAMA BRASILEIRO DO TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA – TESES E DISSERTAÇÕES

Adriana Melo Santos¹
Natalia Silva Coimbra de Sá²
Leonardo Rangel dos Reis³

Resumo

Este estudo teve como objetivo realizar um levantamento das pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*, entre 2012 e 2023, sobre o tema "turismo em comunidades indígenas". Para tanto, utilizou-se pesquisa bibliográfica com buscas nas bases da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Catálogo da CAPES. Identificaram-se 22 trabalhos, sendo nove teses e treze dissertações. Os resultados revelam concentração de estudos em São Paulo e Santa Catarina, com picos em 2012 e 2020. Conclui-se que o tema ainda é pouco explorado, mas apresenta potencial para novas investigações que valorizem o turismo sustentável, inclusivo e respeitoso às culturas indígenas.

Palavras-chave: Turismo indígena. Pós-graduação. Comunidades indígenas.

Abstract

This study aimed to survey postgraduate *stricto sensu* research conducted between 2012 and 2023 on the topic of "tourism in Indigenous communities." A bibliographic search was carried out using two databases: the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and the CAPES Theses and Dissertations Catalog. A total of 22 academic works were identified, including nine doctoral theses and thirteen master's dissertations. The results indicate a concentration of studies in São Paulo and Santa Catarina, with peaks in 2012 and 2020. The topic remains underexplored but shows potential for further research that values sustainable, inclusive, and culturally respectful tourism.

Keywords: Indigenous tourism. Postgraduate studies. Indigenous communities.

Introdução

O turismo em terras indígenas tem despertado um interesse crescente na comunidade acadêmica, refletido nas inúmeras teses e dissertações que exploram esse tema. Essas pesquisas proporcionam uma visão aprofundada das abordagens conceituais e fundamentos relacionados ao turismo nessas áreas específicas.

No cerne dessas investigações, encontra-se a busca por compreender como o turismo pode ser desenvolvido em consonância com as culturas indígenas, respeitando suas tradições, valores e modos de vida. As pesquisas analisam a interação entre o turismo e as comunidades indígenas, levando em consideração aspectos como o controle indígena sobre as atividades turísticas, a preservação da identidade cultural e a sustentabilidade sociocultural e ambiental.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (UFBA); Doutora em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do quadro efetivo do IFBA, campus Salvador.

² Pós-Doutorado no Instituto de Estudos Latino-Americanos (ILAS-Columbia University, EUA). Doutora em Cultura e Sociedade (Universidade Federal da Bahia). Professora do Bacharelado em Turismo e Hotelaria e do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (Universidade do Estado da Bahia).

³ Pós-Doutor em Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais pela ProPEd/UERJ. Mestre e Doutor em Educação pela UFBA. Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFBA). Professor associado do Mestrado profissional em educação, currículo, linguagens e inovações pedagógicas (MPED/UFBA). Bolsista PNPd CAPES/UERJ, no ProPEd/UERJ, junto ao Grupo de Pesquisa Currículos cotidianos, redes educativas, imagens e sons, no qual permanece como pesquisador; FORMACCE em aberto (FACED/UFBA), e TransFormação (IFBA).

As teses e dissertações também se dedicam a examinar as iniciativas existentes de turismo em terras indígenas. Essas iniciativas, objeto de estudo, abrangem uma ampla variedade de práticas e experiências que envolvem a participação ativa das comunidades indígenas na criação, gestão e comercialização de produtos turísticos.

Nesse sentido, as pesquisas analisam casos concretos, investigando as estratégias adotadas pelas comunidades indígenas para o desenvolvimento do turismo em suas terras. Essas iniciativas podem abranger desde o turismo comunitário, no qual a comunidade como um todo se envolve, o turismo de base comunitária, o turismo étnico e/ou etnoturismo, até projetos de ecoturismo que valorizam a conservação ambiental e a interpretação cultural.

Dessa forma, esta investigação propõe-se a realizar um levantamento das pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*, desenvolvidas entre 2012 e 2023, que abordam o turismo em comunidades indígenas, com o intuito de identificar tendências, lacunas e potenciais caminhos para novas investigações na área.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como exploratório, com o intuito de proporcionar uma compreensão inicial e aprofundada sobre as pesquisas desenvolvidas no campo do turismo em comunidades indígenas. Para fundamentar teoricamente a discussão e subsidiar a análise dos resultados, recorreu-se à pesquisa bibliográfica como principal procedimento metodológico.

A coleta de dados foi realizada em duas bases reconhecidas pela sua relevância acadêmica: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ambas reúnem produções científicas de programas de pós-graduação *stricto sensu* em instituições de ensino superior no Brasil.

As buscas foram efetuadas a partir da palavra-chave "turismo indígena", sendo incluídos apenas os trabalhos que abordassem o turismo em comunidades indígenas brasileiras. O recorte temporal de 2012 a 2023 foi definido com base na publicação de Corbari (2015), que analisou investigações de anos anteriores. Ressalta-se, ainda, a importância histórica da tese de doutoramento de Rodrigo de Azeredo Grunewald, defendida em 1999, considerada referência inicial para a área.

O percurso metodológico seguiu três etapas principais: (1) levantamento dos trabalhos nas bases selecionadas, (2) organização e sistematização dos dados em planilhas do Google Planilhas e (3) descrição e análise dos resultados obtidos, com foco na identificação de padrões, tendências e lacunas nas pesquisas existentes.

Discussão dos resultados

Nesta seção, analisam-se as produções acadêmicas de pós-graduação *stricto sensu* que abordam o turismo em comunidades indígenas, com base nas categorias de análise definidas na metodologia. Entre 2012 e 2023, foram identificados 22 trabalhos — sendo 13 dissertações e 9 teses — que investigam diferentes dimensões do turismo em contextos indígenas.

Geograficamente, os estudos concentram-se em diversas regiões do Brasil. No Norte, destacam-se pesquisas nas Terras Indígenas São Marcos (Roraima), Raposa Serra do Sol (Roraima), Las Casas (Pará), Yanomami (Amazonas), Rio Gregório (Acre) e Nova Esperança (Amazonas). Na região Nordeste, foram estudadas as terras dos Tremembé e Jenipapo-Kanindé (Ceará), a aldeia Zutiwa (Maranhão) e as comunidades Fulni-ô (Pernambuco) e Kariri Xocó (Alagoas). No Sul e

Sudeste, identificam-se investigações com os Kaingang (Rio Grande do Sul), Guarani (Espírito Santo), Tupinikim (Espírito Santo), Kadiwéu (Mato Grosso do Sul) e Pataxó (Bahia). Algumas pesquisas abrangem múltiplas comunidades, como o trabalho de Corbari (2015), que analisou territórios em 14 localidades distintas, e outras incluem comparações internacionais, como os Māori da Nova Zelândia e os Sámi da Noruega.

Em termos temáticos, os estudos abordam o turismo como ferramenta de desenvolvimento local sustentável, etnodesenvolvimento, reafirmação identitária e preservação territorial e cultural. Examinam-se, por exemplo, iniciativas como o Projeto Yaripo com os Yanomami, o turismo de base comunitária entre os Kayapó da aldeia Tekrejarôti-re, e o etnoturismo na aldeia Tabaçu Reko Ypy (SP). Os impactos socioculturais também são objeto de análise, como no caso da aldeia Sahuapé (AM) e das experiências com turismo xamânico no Acre.

Observa-se, ainda, uma diversidade de abordagens metodológicas e enfoques disciplinares, que se refletem nos diferentes tipos de publicações. A maior parte das dissertações concentra-se em estudos de caso locais, com foco na realidade vivida pelas comunidades, enquanto as teses tendem a apresentar análises mais amplas e comparativas, como as de De Jesus (2012), sobre os Kadiwéu e Māori, ou a de Pinto (2016), que explora as políticas públicas de turismo na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.

De modo geral, o corpus analisado evidencia o crescimento do interesse acadêmico pelo turismo indígena no Brasil, com ênfase em experiências que conciliam práticas turísticas com valorização cultural, geração de renda e autonomia dos povos indígenas. A diversidade de lócus, povos envolvidos e formatos de publicação reforça o carácter plural das investigações e a necessidade contínua de estudos que contribuam para um turismo mais inclusivo, respeitoso e comprometido com as realidades locais.

A análise das palavras-chave extraídas das teses e dissertações revela a diversidade temática e a riqueza conceitual que caracterizam os estudos sobre turismo em comunidades indígenas no Brasil. O termo mais recorrente foi “Turismo”, com 10 ocorrências, seguido de “Etnodesenvolvimento” (5), “Comunidade indígena” e “Turismo de base comunitária” (3 ocorrências cada), indicando uma forte ênfase na participação comunitária e nas práticas sustentáveis. Também se destacaram “Terras indígenas” e “Desenvolvimento local sustentável” (2 ocorrências), evidenciando a preocupação com a gestão territorial e a sustentabilidade socioambiental. Outros termos relevantes incluem “Identidade”, “Afirmação étnica”, “Artesanato”, “Educação profissional indígena” e “Patrimônio cultural”, reforçando o papel do turismo como ferramenta de valorização cultural. A variedade de contextos geográficos e étnicos também se expressa em palavras como “Pataxó”, “Guarani”, “Yanomami”, “Nova Esperança” e “Amazônia”. Por fim, surgem termos que apontam para abordagens metodológicas e culturais específicas, como “Participação comunitária”, “Empreendedorismo indígena”, “Protagonismo indígena”, “Turismo xamânico”, “Ayahuasca”, “Teoria ator-rede” e “Cosmogramas”, demonstrando o carácter interdisciplinar e aprofundado das investigações.

Na presente análise, consideraram-se também elementos como a instituição de ensino, a área de concentração e a linha de pesquisa de cada estudo, uma vez que esses aspectos influenciam diretamente a abordagem teórica e metodológica adotada. Observa-se que os Programas de Pós-Graduação responsáveis pelas investigações analisadas apresentam áreas de concentração e linhas de pesquisa distintas, o que evidencia a diversidade de perspectivas adotadas na exploração do tema.

Com base na análise das instituições, programas, áreas de concentração e linhas de pesquisa das produções acadêmicas analisadas, observa-se a natureza interdisciplinar das investigações sobre turismo em comunidades indígenas no Brasil. As pesquisas não se restringem exclusivamente ao campo do turismo, mas distribuem-se por áreas como antropologia, geografia, administração,

educação, sociologia, desenvolvimento regional, estudos organizacionais e psicossociologia, evidenciando a complexidade e a riqueza do tema. Essa diversidade permite múltiplos olhares sobre a relação entre turismo e povos indígenas, considerando desde questões identitárias e territoriais até estratégias de gestão, políticas públicas e sustentabilidade.

Em termos institucionais, destaca-se a presença de universidades públicas e programas consolidados em todo o país, como a UFPR, UFRN, UNIVALI, UNB e UFRJ, com destaque especial para os programas de pós-graduação em turismo (PPGTUR), que vêm ampliando significativamente suas contribuições para a compreensão crítica e contextualizada do turismo indígena. As linhas de pesquisa mais recorrentes abordam o planejamento turístico, o desenvolvimento local e regional, e as relações entre turismo, sociedade e ambiente, refletindo um interesse acadêmico alinhado com os princípios do etnodesenvolvimento e do turismo sustentável, pautado pelo respeito às culturas originárias e pela valorização dos saberes tradicionais.

A análise da distribuição geográfica das teses e dissertações brasileiras publicadas entre 2012 e 2023 revela uma concentração significativa de estudos sobre turismo em comunidades indígenas nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nos estados de Santa Catarina e São Paulo, que registram quatro trabalhos cada. Essas regiões concentram parte expressiva das instituições de ensino superior e programas de pós-graduação, o que contribui para a maior produção acadêmica local.

Outros estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Amazonas também aparecem com produções relevantes, ainda que em menor número. Por outro lado, regiões como Norte e Centro-Oeste, embora com forte presença indígena, apresentam baixa representatividade na produção sobre o tema, com destaque isolado para Pará, Goiás e o Distrito Federal, que registram apenas uma publicação cada.

Essa assimetria regional evidencia a necessidade de estímulo à pesquisa em áreas menos representadas, de forma a ampliar a compreensão sobre o turismo indígena em diferentes contextos socioculturais e territoriais do país. A descentralização da produção acadêmica pode contribuir para uma abordagem mais equitativa, plural e comprometida com as realidades locais.

Entre 2012 e 2023, as teses e dissertações brasileiras sobre turismo indígena estiveram majoritariamente vinculadas à grande área das Ciências Sociais Aplicadas, com nove trabalhos concentrados na área básica de Turismo. Desses, cinco foram desenvolvidos em programas com ênfase direta em Turismo, e quatro em Turismo e Hotelaria. Ainda nessa grande área, destacam-se dois trabalhos em Administração, sendo um relacionado à Administração de Empresas e outro à Administração geral.

A Antropologia também se sobressai com quatro trabalhos, divididos entre a área geral e a Antropologia Social. A Geografia aparece com duas dissertações, enquanto Sociologia, Psicologia e Educação Agrícola contribuíram com um trabalho cada. No campo interdisciplinar, foram registrados dois estudos: um vinculado à Sustentabilidade na Gestão Ambiental e outro ao Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Esse panorama confirma o caráter multidisciplinar das pesquisas sobre turismo indígena no Brasil, articulando campos diversos do conhecimento que se complementam na compreensão de uma realidade complexa. A predominância da área de Turismo evidencia o amadurecimento do tema nesse campo específico, enquanto a presença de áreas como Antropologia, Geografia e Psicologia demonstra a importância de abordagens ampliadas, que integrem dimensões culturais, sociais, ambientais e econômicas.

Em relação às instituições de ensino superior, observa-se um envolvimento significativo de universidades públicas e consolidadas em todo o país. Destacam-se, pela quantidade de produções e orientações, as universidades dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Entre as instituições mais recorrentes estão a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UNIVALI), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre outras.

A atuação dos programas de pós-graduação dessas instituições demonstra o crescente comprometimento acadêmico com a temática do turismo indígena. A diversidade de linhas de pesquisa e de orientadores envolvidos reflete um esforço coletivo para desenvolver estudos sensíveis às especificidades dos povos indígenas, contribuindo para um debate mais qualificado sobre desenvolvimento sustentável, territorialidade, identidade e políticas públicas.

Os estudos sobre turismo em comunidades indígenas no Brasil delinearam uma ampla gama de objetivos, expressando diferentes enfoques teóricos e metodológicos. Os temas mais recorrentes concentram-se no desenvolvimento local, na organização comunitária, nos impactos socioculturais, nas representações do turismo e na análise de políticas públicas. Um primeiro eixo central diz respeito ao papel do turismo como instrumento de desenvolvimento local sustentável e de etnodesenvolvimento. Nesse sentido, Brandão (2012) analisou como o turismo influencia o desenvolvimento local dos povos indígenas de Roraima, enquanto Silva (2015) investigou a contribuição do turismo de base comunitária para o povo Mebêngôkrê-Kayapó, na terra indígena Las Casas, no Pará. Da mesma forma, Mateus (2016) diagnosticou os impactos e consequências do turismo étnico sobre o etnodesenvolvimento na aldeia Tabaçú Reko Ypy, no litoral de São Paulo, e Silva (2016) discutiu a atividade turística como alternativa de desenvolvimento local para o município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Complementando esse campo, Ramos (2021) analisou os Planos de Visitação de Turismo de Base Comunitária em terras indígenas à luz dos princípios do Bem Viver e do etnodesenvolvimento.

Outro conjunto de estudos focou na forma como as comunidades indígenas se organizam para gerir e se envolver no turismo, reforçando o protagonismo e a agência dos povos originários. Neves (2012) buscou compreender como a comunidade Pataxó, na aldeia de Coroa Vermelha, se estrutura para explorar a atividade turística, enquanto Goulart (2020) estudou a participação dos Yanomami de Maturacá na elaboração e implantação do Projeto Yaripo. Também nessa linha, Honorato (2020) analisou as conexões e práticas sociais associadas ao turismo na aldeia Yawarani, na terra indígena do Rio Gregório, e Barros (2019) propôs reconhecer indicadores de desenvolvimento turístico a partir do espaço vivido e da atividade cultural da aldeia Zutiwa, com ênfase no comportamento empreendedor indígena.

No que diz respeito aos impactos socioculturais e territoriais do turismo, algumas pesquisas procuraram entender como essa atividade afeta as dinâmicas sociais e culturais das comunidades. Von Held (2013) analisou o turismo em terras indígenas com o intuito de propor práticas mais adequadas às necessidades das populações locais. Corbari (2015) realizou um levantamento de teses e dissertações para identificar como o turismo envolvendo comunidades indígenas tem sido retratado, com ênfase nos impactos socioculturais. Proença (2020) examinou a estrutura do turismo e seus impactos socioculturais na Comunidade Nova Esperança, no Amazonas. Por sua vez, Santos (2020) analisou o processo de construção do território turístico étnico indígena e a forma como a turistificação do espaço promoveu processos de territorialização em uma comunidade amazônica.

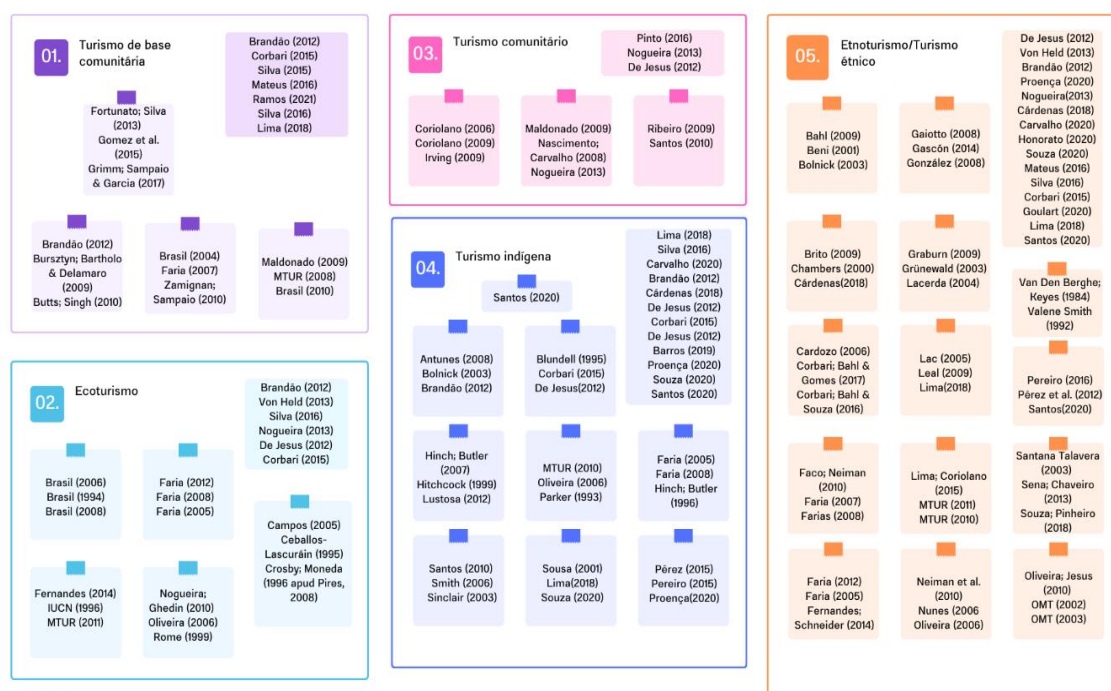
A percepção e a representação do turismo pelas próprias comunidades indígenas constituíram outra vertente importante. De Jesus (2012) buscou compreender como as mudanças provocadas pela atividade turística afetam as relações socioespaciais historicamente construídas, enquanto Lustosa (2012) analisou as interpretações indígenas sobre projetos privados e

governamentais de turismo em terras indígenas. Cárdenas (2018) investigou como os Guarani da aldeia Jasy Porã explicam internamente a prática turística, e Santos (2021) propôs o conceito de “imagem mais-que-turística” de Alter do Chão, relacionada à indigenização da arena turística pelos Borari. Também nesse campo, Souza (2020) apresentou uma leitura crítica do turismo indígena nas políticas públicas e na literatura especializada, fundamentando-se na Ecologia Social.

Por fim, algumas pesquisas adotaram abordagens comparativas ou voltadas à análise de políticas públicas. Pinto (2016) realizou uma análise comparativa sobre a participação comunitária na gestão de políticas públicas de turismo em áreas protegidas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Nogueira (2013) examinou o nível de etnodesenvolvimento promovido na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, região Ingarikó. Lima (2018) investigou o processo histórico e social de formação do etnoturismo comunitário da etnia Jenipapo-Kanindé, no Ceará, com atenção à atuação da Rede Tucum. Carvalho (2020) analisou os signos identitários das culturas indígenas Sateré-Mawé, no Brasil, e Sámi, na Noruega, destacando as possíveis contribuições simbólicas dessas culturas para o turismo étnico.

Em conjunto, os objetivos das pesquisas evidenciam um campo de investigação interdisciplinar e em expansão, comprometido com a valorização da diversidade sociocultural, a afirmação da autonomia indígena e a crítica aos modelos convencionais de desenvolvimento turístico. As abordagens adotadas reforçam a necessidade de políticas públicas e práticas de turismo que respeitem os modos de vida dos povos originários e promovam formas mais justas, sustentáveis e humanizadas de interação entre culturas.

Figura 1 - Principais Autores do Turismo em Terras Indígenas nas produções analisadas



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A Figura 1 apresenta os principais autores e conceitos que fundamentam as pesquisas sobre turismo em comunidades indígenas no Brasil, revelando diferentes abordagens teóricas e compreensões sobre o tema. A análise evidencia que o turismo em terras indígenas é interpretado de maneiras diversas, de acordo com as contribuições dos autores.

Barry Parker (1993) define o turismo indígena como um produto ou serviço turístico com propriedade e gestão indígena. Valene Smith (1996), por sua vez, propõe uma visão dual: o turismo indígena enquanto segmento que envolve povos nativos como atração turística e, simultaneamente, como integrador de elementos etnográficos, geográficos e culturais. Hinch e Butler (1996) também destacam a participação direta dos povos indígenas, seja por meio do controle da atividade ou pela centralidade da cultura na experiência turística.

Sinclair (2003) entende o turismo indígena como fenômeno interdisciplinar, vinculado ao turismo alternativo e ao ecoturismo, que exhibe o modo de vida indígena aos visitantes. Smith (2006) acrescenta que esse turismo pode promover sustentabilidade sociocultural e ambiental, além da geração de renda e da revitalização de modos de vida tradicionais. Brandão (2012) insere o tema no campo do turismo cultural, com raízes antropológicas.

Autores como De Jesus (2012) e Silva (2016) ampliam a definição, considerando o turismo indígena como atividade que pode ocorrer dentro ou fora das terras tradicionais, desde que baseada na identidade cultural e com gestão comunitária. Cárdenas (2018) enfatiza a presença física das comunidades como agentes e protagonistas, caracterizando esse turismo como comunitário, participativo, sustentável e ecológico. Lima (2018) reforça a importância da atividade na conservação sociocultural e ambiental, embora sem oferecer uma definição formal.

Outros trabalhos, como os de Barros, Carvalho, Honorato, Proença, Santos e Souza (todos de 2019 a 2020), apontam o protagonismo indígena na gestão e na construção das experiências turísticas, consolidando o turismo indígena como uma vertente do turismo cultural, onde a cultura, o estilo de vida e a organização social são os principais atrativos.

Também se destacam distinções conceituais entre turismo indígena e etnoturismo. O primeiro é caracterizado pelo controle e protagonismo exclusivo dos povos indígenas, enquanto o segundo pode ser organizado por outros grupos, inclusive externos, com base na identidade étnica como atrativo. Nesse sentido, Brandão (2012), Bolnick (2003), De Jesus (2012), Bahl (2009), Nogueira (2013) e o Ministério do Turismo (2011) apontam o etnoturismo como atividade voltada ao reconhecimento de etnias, à promoção da interculturalidade e ao aprendizado com modos de vida distintos, podendo envolver diferentes graus de mediação externa.

No campo do ecoturismo, Lima (2018) propõe uma modalidade voltada às necessidades das comunidades indígenas, com gestão participativa e respeito à identidade e ao território, promovendo melhorias na qualidade de vida. Essa perspectiva converge com a definição de turismo de base comunitária apresentada por Ramos (2021), que o reconhece como alternativa sustentável para comunidades vulnerabilizadas, com potencial de promover inclusão, geração de renda e valorização da cultura local.

Por fim, Irving (2009) define o turismo comunitário como um modelo baseado na iniciativa local, participação social, controle de impactos e interculturalidade, visando à coesão social e à melhoria da qualidade de vida das populações anfitriãs.

Essas múltiplas definições revelam o interesse acadêmico em compreender o turismo indígena como uma prática que deve respeitar a autonomia dos povos, suas culturas e seus territórios, promovendo experiências interculturais e benefícios sociais. As pesquisas analisadas contribuem, assim, para o avanço do conhecimento teórico e para o delineamento de diretrizes mais justas, sustentáveis e inclusivas no planejamento e gestão do turismo em terras indígenas no Brasil.

O Quadro 1 organiza as contribuições e desdobramentos das pesquisas analisadas, evidenciando avanços teóricos, metodológicos e práticos no campo do turismo em comunidades

indígenas no Brasil. As produções ressaltam o fortalecimento da identidade cultural, o protagonismo indígena, o etnodesenvolvimento e o turismo de base comunitária, além da proposição de modelos sustentáveis e participativos de gestão. Também identificam lacunas na literatura, indicam direções para pesquisas futuras e propõem ações para aprimorar políticas públicas e estratégias de planejamento turístico baseadas no respeito à diversidade sociocultural dos povos indígenas.

Quadro 1–Contribuições e desdobramentos das pesquisas sobre turismo indígena (2012–2023)

Autor/ Ano	Contribuições e/ou desdobramentos da pesquisa
Brandão (2012)	A pesquisa contribui para o fortalecimento das iniciativas existentes de turismo indígena, propondo que sejam qualificadas como destinos de referência, capazes de inspirar outras comunidades. Recomenda-se o desenvolvimento de um sistema de indicadores de sustentabilidade para monitorar e gerir o turismo indígena de forma contínua. A análise do caso de Roraima evidencia o impacto do turismo no desenvolvimento local, segundo a literatura e as percepções indígenas. Os resultados ampliam o conhecimento sobre um segmento ainda pouco explorado no Brasil, com potencial para promover o bem-estar comunitário e o respeito socioambiental. Sugere-se, como desdobramento, a realização de estudos comparativos e o aprofundamento das temáticas de autonomia e controlo indígena.
De Jesus (2012)	A pesquisa propõe a validação e aplicação de métodos adaptados ao contexto etnocultural indígena, com o objetivo de qualificar cientificamente o turismo indígena como ferramenta de valorização cultural. Destaca-se, ainda, que embora o turismo traga inevitáveis interferências na cultura indígena, o planejamento participativo com as comunidades pode minimizar impactos negativos, desde que fundamentado no respeito à identidade e à alteridade cultural.
Lustosa (2012)	A pesquisa analisa como projetos de turismo influenciaram afirmações étnicas em comunidades indígenas do Nordeste, explorando as relações entre turismo, identidade e transformações territoriais a partir das interfaces entre Geografia e Antropologia. Os resultados reforçam a importância do planejamento participativo e do fortalecimento da identidade étnica como estratégias de resistência cultural diante dos impactos provocados pelo turismo.
Neves (2012)	A pesquisa analisa a origem étnica do povo Pataxó e evidencia o papel do turismo como estratégia de legitimação identitária e fonte econômica. Destaca-se a forma singular como os Pataxó adaptam práticas turísticas convencionais à sua cultura e organização social. Além disso, propõe uma agenda de pesquisas futuras sobre temas como território, parentesco, práticas culturais e economia nas aldeias da região de Coroa Vermelha, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do contexto Pataxó no sul da Bahia.
Nogueira (2013)	A pesquisa evidencia a percepção do povo Ingarikó sobre a importância da qualificação profissional e do etnoturismo como alternativa econômica viável. Aponta obstáculos enfrentados na relação com instituições públicas, especialmente na área da educação, e destaca a ausência de formação específica para atuação no turismo. Recomenda-se a criação de normas para implantação do etnoturismo, o fortalecimento da produção local e a preservação cultural. Sugere-se, ainda, a implementação de estratégias de desenvolvimento alternativo, como capacitação em manejo florestal, construção sustentável, agricultura familiar, cooperativismo e elaboração de planos de negócios adaptados às necessidades locais.
Held Von (2013)	A pesquisa reforça o direito das comunidades indígenas à participação nas decisões que afetam sua autonomia, destacando a necessidade de um turismo sustentável em Terras Indígenas (TIs), fundamentado em princípios indigenistas e adaptado às especificidades culturais. Propõe a elaboração de nova legislação, o uso de abordagens como o Turismo de Base Comunitária, e a criação de sistemas participativos de avaliação. Recomenda o envolvimento das Instituições de Ensino Superior no diálogo com as comunidades, e solicita ao MPF e à FUNAI ações concretas para regulamentação, descentralização e monitoramento do turismo nas TIs, com base na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT.

Corbari (2015)	A pesquisa traça um panorama do turismo indígena no Brasil, contribuindo para a reflexão crítica e a quebra de paradigmas no campo do turismo. Destaca a necessidade de ampliar a produção científica sobre o tema, especialmente em Programas de Pós-Graduação em Turismo, reconhecendo o estágio inicial do avanço acadêmico na área. Sugere o aprofundamento dos estudos por meio de relatos dos autores, uso de outras fontes e análises comparativas ao longo do tempo. Ressalta, ainda, a complexidade das relações entre turismo e povos indígenas, reforçando a importância da continuidade das investigações.
Silva (2015)	pesquisa reconhece o potencial do Turismo de Base Comunitária como instrumento de etnodesenvolvimento para o povo Mebêngôkrê-Kayapó, reforçando a valorização cultural e a geração de renda sustentável quando a atividade turística respeita os critérios da comunidade. Destaca as dificuldades burocráticas para pesquisas em terras indígenas e a necessidade de simplificar esses processos. Aponta, ainda, a importância da elaboração de um Plano de Visitação Turística conforme a Instrução Normativa 3/2015, como medida essencial para estruturar o turismo local.
Mateus (2016)	A pesquisa valoriza as ações do povo Nandeva no percurso para o etnodesenvolvimento autônomo e destaca a integração entre o turismo étnico e de base comunitária nas suas práticas. Propõe um modelo de Turismo de Base Comunitária apoiado em técnicas pedagógicas e educação ambiental, promovendo inclusão comunitária, fortalecimento cultural e autoestima. Alerta, ainda, para impactos negativos potenciais, como degradação ambiental e perda de identidade, reforçando a necessidade de planejamento e monitoramento contínuos.
Pinto (2016)	A pesquisa alerta para os riscos de replicar modelos de concessão turística em Áreas Protegidas pan-amazônicas sem considerar os conflitos com comunidades indígenas. Valoriza a organização indígena na luta por direitos e reconhece o turismo como articulador entre o local e o global. Contribui para a compreensão das políticas públicas e da gestão local por meio de análise comparativa entre três países na tríplice fronteira. Destaca as semelhanças e diferenças nas APs e propõe novos estudos que considerem a dinâmica territorial e sociocultural como motor de investigações no turismo e nas Ciências Sociais Aplicadas.
Silva (2016)	A pesquisa reconhece o potencial do turismo como gerador de emprego e renda para comunidades indígenas do Alto Rio Negro, destacando o ecoturismo como segmento mais adequado à realidade local. Aponta limitações de infraestrutura em São Gabriel da Cachoeira e a necessidade de administração compartilhada entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Ressalta a escassez de estudos na área, especialmente devido à recente regulamentação do turismo em TIs (2015), e recomenda novas pesquisas para subsidiar políticas públicas e práticas sustentáveis.
Cárdenas (2018)	A pesquisa explora as tensões teóricas, metodológicas e éticas da antropologia ao tratar o turismo como objeto de estudo, especialmente em contextos indígenas. Analisa as interações entre antropólogos, turistas, intermediários e comunidades Guarani na Tríplice Fronteira, evidenciando conflitos e reelaborações culturais. Contribui para a valorização da agência indígena diante do turismo e do capitalismo, ao mesmo tempo que desafia a antropologia a repensar suas abordagens diante das transformações provocadas pelo contato com o mercado global.
Lima (2018)	A pesquisa critica o modelo de desenvolvimento turístico cearense por não beneficiar efetivamente as comunidades locais e reforça a importância de novas investigações sobre o tema. Valoriza a experiência do etnoturismo comunitário Jenipapo-Kanindé e a atuação da Rede Tucum na promoção de valores como solidariedade, justiça econômica e organização comunitária. Destaca a singularidade da iniciativa, seu caráter intercultural e humano, concluindo que o etnoturismo comunitário é uma alternativa sustentável construída pelas próprias comunidades, em oposição a modelos homogêneos de desenvolvimento.
Barros (2019)	A pesquisa destaca os atributos culturais dos Guajajara como expressão de identidade e arte milenar, reconhecendo seu potencial turístico simbólico e espiritual. Propõe temas para futuras investigações, como liderança feminina, relações intergeracionais e direitos territoriais. Reforça a necessidade de descolonizar o pensamento e revisitar a historiografia oficial, valorizando o protagonismo e a voz dos próprios Guajajara na construção de suas narrativas.

Carvalho (2020)	A pesquisa evidencia a relevância do turismo étnico no contexto pós-pandemia como ferramenta de valorização cultural, combate à invisibilidade social e promoção dos direitos indígenas. Sob a Teoria da Complexidade, destaca-se a importância de preservar tradições, incluir os povos indígenas em roteiros turísticos e desenvolver novas rotas que fortaleçam a economia local com protagonismo indígena. A tese também aponta os desafios enfrentados por esses povos diante de estereótipos, reforçando o valor dos seus saberes ancestrais e a urgência de respeitar a legislação e o patrimônio cultural indígena.
Goulart (2020)	A pesquisa analisa o envolvimento dos Yanomami de Maturacá com o turismo, destacando o Projeto Yaripo como iniciativa comunitária em articulação com instituições e parceiros. O estudo reconhece o protagonismo das associações AYRCA e AMYK na gestão do projeto e nas relações políticas. Levanta questões sobre as interpretações externas do xamanismo e os possíveis efeitos dessas interações, sugerindo que o projeto pode intensificar as conexões socioculturais e interétnicas na região.
Honorato (2020)	A pesquisa apresenta uma etnografia das experiências do pesquisador com os Yawanawá, abordando o turismo como agente de transformação cultural, especialmente nas práticas espirituais e na divulgação da cultura indígena. Analisa os impactos da atividade turística, os desafios de sua regulamentação e a necessidade de diferenciá-la do turismo de massa. O turismo é interpretado como meio de valorização cultural e proteção territorial, promovendo encontros entre cosmologias e reforçando o papel dos próprios indígenas na preservação de seus modos de vida e da floresta.
Proença (2020)	A pesquisa introduz o conceito de "turismo em territórios indígenas" para articular o debate entre Turismo, Geografia e Antropologia, propondo quatro categorias analíticas: tipo de território, forma de desenvolvimento, agentes intermediários e modalidades como etnoturismo e ecoturismo. Analisa sete impactos socioculturais do turismo, incluindo economia, cultura e relações interétnicas. Aponta limitações metodológicas, como a ausência de entrevistas com turistas, e a necessidade de desenvolver indicadores específicos de impacto. Destaca ainda a valorização da memória e da oralidade na Comunidade Indígena Nova Esperança.
Santos (2020)	A pesquisa destaca que o turismo étnico indígena apresenta estágios distintos de desenvolvimento, dependendo da articulação comunitária e do acesso aos territórios. Ressalta a necessidade de mais estudos e programas de capacitação para atuação indígena no turismo. Evidencia os efeitos da reterritorialização nas comunidades, com mudanças no cotidiano e geração de renda. Apesar da limitação geográfica do estudo, propõe a continuidade das pesquisas e projetos de extensão, com foco em formação e inclusão digital, contribuindo para desconstruir estereótipos sobre os povos indígenas da região amazônica.
Souza (2020)	A pesquisa propõe uma interpretação crítica do Turismo Indígena no Brasil, articulando-o aos modos de vida dos povos originários e à Ecologia Social. Destaca a escassez de estudos sobre o tema e a necessidade de ampliar as abordagens e termos de busca. Defende a reconfiguração das práticas turísticas, com ênfase no protagonismo indígena e na valorização da diversidade cultural e natural. Aponta o Turismo Indígena como alternativa para promover mudanças de paradigma no planejamento turístico, envolvendo turistas interessados em experiências autênticas e respeitadas.
Ramos (2021)	A pesquisa demonstra que os Planos de Visitação analisados incorporam os princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC), promovendo o etnodesenvolvimento, o Bem Viver e o protagonismo indígena. Valoriza a sociodiversidade, a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, além de destacar o TBC como alternativa viável para geração de trabalho e melhoria da qualidade de vida. O estudo também fornece subsídios relevantes para futuros projetos de visitação em outras Terras Indígenas, podendo ser utilizado como referência e apoio metodológico.
Santos (2021)	A pesquisa problematiza a relação entre turismo e movimento indígena em Alter do Chão, propondo o conceito de “imagem mais-que-turística” como forma de integrar as narrativas indígenas à paisagem e ao imaginário turístico local. Aponta a participação dos Borari no setor, mas destaca os obstáculos ao seu protagonismo. Defende a valorização das histórias indígenas como elemento transformador da imagem turística dominante, desafiando visões simplistas que opõem turismo e conservação cultural.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ao analisar o impacto do turismo em áreas indígenas, as pesquisas revelam a importância de compreendê-lo como um segmento econômico com potencial para promover o bem-estar das comunidades, desde que respeitados o meio ambiente e os costumes locais. Uma abordagem

responsável e ética no desenvolvimento do turismo indígena exige atenção aos efeitos positivos, mas também aos riscos de descaracterização cultural, mercantilização das tradições e exploração simbólica.

Estudos comparativos ampliam a compreensão das práticas e desafios do turismo em diferentes contextos, permitindo identificar boas práticas, obstáculos e lições aprendidas. No entanto, é essencial adotar uma perspectiva crítica, sensível às especificidades de cada povo, para evitar generalizações ou estereótipos que comprometam a valorização da diversidade cultural indígena.

Outro ponto recorrente nas pesquisas é a validação de métodos e a qualificação técnica no contexto etnocultural, que são essenciais para fortalecer o turismo indígena como expressão legítima da cultura. A utilização de técnicas apropriadas e o embasamento científico contribuem para garantir experiências autênticas, mas devem estar alinhados a práticas colaborativas, éticas e respeitosas da autonomia das comunidades.

Por fim, os trabalhos destacam desafios estruturais, como a precariedade na infraestrutura de acesso e a necessidade de administração compartilhada entre Unidades de Conservação e terras indígenas. Tais questões exigem soluções que conciliem preservação ambiental, desenvolvimento turístico e os direitos dos povos originários, a partir de processos participativos e construídos com as populações locais.

Conclusão

As teses e dissertações analisadas oferecem uma visão aprofundada sobre os fundamentos teóricos e conceituais do turismo em terras indígenas, destacando a importância de desenvolver essa atividade em harmonia com os modos de vida, valores e tradições dos povos originários. Os estudos investigam a interação entre turismo e comunidades indígenas, com ênfase em elementos como o controle comunitário, a valorização da identidade cultural e a promoção da sustentabilidade sociocultural e ambiental.

As pesquisas também evidenciam a diversidade de experiências e práticas turísticas existentes em terras indígenas, nas quais as comunidades assumem papéis ativos na criação, gestão e comercialização de produtos turísticos. Esse protagonismo contribui para a afirmação cultural e o fortalecimento da autonomia indígena, além de propor modelos alternativos de desenvolvimento local.

Embora o campo ainda apresente lacunas importantes, ele se mostra promissor para futuras investigações. A riqueza cultural e ambiental do Brasil, aliada à urgência de práticas turísticas mais éticas e inclusivas, coloca o turismo indígena como uma temática relevante e estratégica para os estudos em turismo, antropologia, geografia, administração pública e áreas afins.

Os dados apresentados neste artigo podem servir como referência para novos estudos, além de incentivar o envolvimento de mais pesquisadores com a temática. O conhecimento produzido contribui para a formulação de práticas e políticas públicas mais sensíveis à diversidade sociocultural, beneficiando tanto as comunidades envolvidas quanto o setor turístico como um todo.

Portanto, é fundamental que os estudos sobre turismo em terras indígenas continuem a ser incentivados, com foco na valorização das especificidades culturais e territoriais desses povos, promovendo abordagens colaborativas, éticas e sustentáveis. O fortalecimento dessa linha de pesquisa é essencial para a construção de um turismo mais justo, respeitoso e comprometido com as múltiplas realidades do Brasil.

Referências

- Barros, J. M. S. (2019). **Sinalizadores de empreendedorismo indígena para o turismo: a ressignificação da cultura do povo guajajara no espaço vivido da aldeia Zutiwa/MA-Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.
- Brandão, C. R. C. (2012). **Turismo em terras indígenas como fator de desenvolvimento local sustentável: estudo de caso nas comunidades indígenas de Roraima**. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Cárdenas, J. R. G. (2018). **Mbyá guarani e turismo na tríplice fronteira: tensões e representações turísticas sobre "o guarani"**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Paraná.
- Carvalho, D. V. L. (2020). **Sateré-mawé e Sámi: culturas indígenas ancestrais sob o olhar do turismo étnico**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.
- Corbari, C. S. (2015). **O turismo envolvendo comunidades indígenas em teses e dissertações: retrato das relações e dos impactos socioculturais**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Paraná.
- De Jesus, V. M. (2012). **A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul-BR) e Māori (Ilha Norte – NZ)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Paraná.
- Goulart, M. T. A. (2020). **"Os Yanonami e o Projeto Yaripo: transformações e turismo em Maturacá"**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Honorato, F. C. (2020). **Turismo étnico e xamânico na terra indígena do Rio Gregório: um estudo sobre a construção da aldeia Yawarani**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Lima, G. S. (2018). **Etnoturismo comunitário na Lagoa Encantada**. Etnogênese Jenipapo-Kanindé/Aquiraz-Ceará. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.
- Lustosa, C. H. (2012). **Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiás.
- Mateus, L. (2016). **Turismo étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da aldeia Tabapuá Reko Ypy, Itanhaém/Peruíbe, SP**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.
- Neves, M. C. (2012). **A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Nogueira, F. S. (2013). **Etnodesenvolvimento e educação indígena: problemas e perspectivas para a implantação do etnoturismo na terra indígena raposa Serra do Sol (tirss), região Ingarikó - Wîi Tîpî**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Roraima, Roraima.
- Pinto, S. R. (2016). **Políticas Públicas de Turismo na Pan-Amazônica: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Pará.
- Proença, P. G. (2020). **Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na comunidade indígena Nova Esperança "Pisásu Sarusawa" (Amazonas – Brasil)**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ramos, C. B. (2021). **Turismo de base comunitária em terras indígenas e o bem viver**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Paraná.
- Santos, Rudiney Ivo Lima dos. **A propósito de uma imagem mais-que-turística de Alter do Chão**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- Silva, G. P. (2015). **O turismo de base comunitária como vetor de etnodesenvolvimento: a comunidade Mebêngôkre-Kayapó na terra indígena Las Casas – PA**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Pará.
- Silva, L. A. S. (2016). **O turismo e o desenvolvimento local em terras indígenas e unidades de conservação de São Gabriel da Cachoeira - AM**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.
- Souza, A. P. (2020). **O turismo indígena no Brasil: para onde levam os ventos da cruviana?** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.
- Von Held, A. L. (2013). **Turismo em Terras Indígenas: atravessando o portal com respeito**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.

Enviado em 31/12/2025

Avaliado em 15/02/2026

UMA LEITURA TERRITORIAL A PARTIR DA PERSONAGEM SUZZANNÝ DO ROMANCE “A PALAVRA QUE RESTA” DE STÊNIO GARDEL (2021)

Camila Rodrigues Silva Mendonça⁴

Gláucia de Oliveira Assis⁵

Edmarcius Carvalho Novaes⁶

Resumo

Este artigo apresenta os resultados da dissertação do mestrado “Entre palavras e restos: uma leitura territorial de a palavra que resta (2021) de Stênio Gardel na qual foi discutido as construções de gênero e sexualidade a partir do romance “A palavra que resta (2021)” de Stênio Gardel, especificamente a personagem Suzzanný, apresentada na narrativa como uma mulher travesti e que acolhe Raimundo Gaudêncio em seu ciclo afetivo e de sobrevivência. O artigo tem como objetivo compreender na obra se constroem as identidades de gênero da personagem nos territórios narrados ou vividos, e como o conceito de território está conectado com a construção de identidade e subjetividade de cada sujeito. O artigo conclui que os estudos territoriais, apresenta aporte teórico que possibilita a fomentação de estudos para se pensar mais pesquisas científicas sobre a temática tratada no livro. E dentro desse contexto, que a abrangência dos estudos territoriais tem a potencialidade de agregar a vários outros saberes, pois ao analisar a vida de Suzzanný, o território consegue emergir símbolos estruturais de uma sociedade e suas implicações na vida dos sujeitos e suas territorialidades.

Palavras-chave: Vivências trans, Território, Gênero, Identidade.

Abstract

This article presents the results of the master's thesis "Between words and remains: a territorial reading of the word that remains (2021) by Stênio Gardel, which discusses the constructions of gender and sexuality based on the novel “The word that remains (2021)” by Stênio Gardel, specifically the character Suzzanný, presented in the narrative as a transvestite woman who welcomes Raimundo Gaudêncio into her emotional and survival cycle. The article aims to understand whether the character's gender identities are constructed in the territories narrated or experienced in the work, and how the concept of territory is connected to the construction of identity and subjectivity of each subject. The article concludes that territorial studies provide a theoretical contribution that enables the promotion of studies to encourage more scientific research on the theme addressed in the book. Within this context, the scope of territorial studies has the potential to add to various other areas of knowledge, since, when analyzing Suzzanný's life, the territory manages to bring out structural symbols of a society and their implications for the lives of subjects and their territorialities.

Keywords: Trans experiences, Territory, Gender, Identity.

⁴ Mestra em Gestão Integrada do Território (GIT). Professora Universitária no curso de Psicologia da Faculdade Anhanguera/Ipatinga-MG.

⁵ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004), pós-doutorado no ISCTE- Universidade de Lisboa, 2017 e no Núcleo de Estudo de População - NEPO (UNICAMP), 2017. Professora e pesquisadora na Universidade Vale do Rio Doce. Atua no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território.

⁶ Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Professor e pesquisador na Universidade Vale do Rio Doce. Atua no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território.

Introdução

Ao longo do tempo, o território deixou de ser circunscrito a uma referência geográfica para se tornar também uma experiência subjetiva, política e simbólica. O lugar onde se vive, ama, resiste e é invisibilizado. Revela histórias de pertencimento, exclusão, deslocamentos e territorialidades que atravessam os corpos e suas memórias. Neste contexto, a literatura aparece como um espaço potente para explorar as camadas invisíveis dos territórios vividos, especialmente quando se debruça sobre experiências que desafiam normas sociais, como o envelhecimento de sujeitos LGBTQIA+ marcados por repressões, migrações e silêncios. É nesse horizonte que a presente produção tem como objetivo compreender a construção de gênero nos territórios narrados ou vividos pela personagem Suzzanný, personagem essa que se encontra no romance *A Palavra que Resta*, de Stênio Gardel (2021).

A obra, ao narrar a trajetória do personagem central, Raimundo Gaudêncio, um homem idoso de 71 anos, nordestino e gay, convida a análise de um território físico e também de lugar de memória, de desejo e de exclusão, que chega aos 71 anos com um desejo: aprender a ler e escrever. Sua decisão nasce do impulso de reconectar-se com uma carta nunca lida, escrita décadas antes por seu grande amor, Cícero, um amor interrompido por violências, segredos e o peso do preconceito. A literatura, neste sentido, torna-se não apenas fonte de análise simbólica, mas uma ferramenta crítica para repensar as políticas do espaço e da subjetividade. Raimundo carrega as marcas de uma vida de silêncios e exclusões. Nasceu e cresceu no interior, em um contexto rural, conservador e religioso, onde a homossexualidade era vivida como vergonha, pecado e perigo. Sofreu violências familiares e foi forçado a romper vínculos afetivos e territoriais para sobreviver. Sua existência foi moldada pela necessidade de calar-se para permanecer.

E desse lugar de reconstruções e vivências, Raimundo encontra com Suzzanný, personagem fictícia que aparece como sendo a rede de afeto de Raimundo Gaudêncio, sem idade identificada, mulher travesti, que durante o livro é apresentada ao leitor como uma mulher resistente, acolhedora e que conhece diariamente as marcas da transfobia. Apesar de ser uma personagem fictícia, Suzzanný é a história real de muitas mulheres trans e travestis que vivenciam a vida através de dores, amargos e esperança.

Eu fui me rejeitando, tu sabe como isso é ruim, Cícero? não sei se tu sabe, não sei que vida levou, se rejeitou outras pessoas também, como eu, e foi mesmo uma dessas que me ajudou, a Suzzanný, será que tu ia gostar de conhecer ela? ela que me ajudou a perder essa vergonha. (GARDEL, 2021, p.135-136)

Até 2018, a transexualidade era considerada doença de acordo com Organização Mundial da Saúde, porém, apesar de sua retirada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, o preconceito é afirmado diariamente com dados, relatos e violências. De acordo com o dossiê da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) de 2025:

Em 2024, foram assassinadas 122 pessoas trans e travestis. No comparativo entre os anos de 2023 e 2024, foi percebida uma queda de 16% no número de assassinatos contra pessoas trans, de 145 em 2023 para 122 em 2024. Em um universo de mais de 1350 notificações ao longo do ano, haviam sido catalogados pelo menos 137 casos de pessoas trans assassinadas. (BENEVIDES, 2025, p.62).

Os dados apresentados por Benevides (2025) evidenciam a persistência da violência letal contra pessoas trans e travestis no Brasil. Em 2024, foram assassinadas 122 pessoas trans e travestis, representando uma redução de 16% em relação a 2023, quando foram registrados 145 casos. Apesar dessa queda percentual, os números permanecem alarmantes, indicando que a violência continua sendo uma ameaça significativa à vida dessas pessoas. Além disso, em um universo de mais de 1.350 notificações ao longo do ano, pelo menos 137 casos de assassinatos de pessoas trans foram catalogados, mostrando a gravidade e a sistematicidade do problema, que reflete a marginalização, a transfobia e a vulnerabilidade social enfrentadas cotidianamente por essa população.

Portanto, ao apresentar o foco nesse artigo na personagem Suzzanný é evidenciar que a sua trajetória narrativa denuncia um lugar de preconceito e discriminação que mulheres travestis e trans, que cotidianamente, são assassinadas e violentadas.

Identidade de Gênero e estudos territoriais

Ao falar sobre o corpo de mulheres trans e travesti é comum acontecer dúvidas e confusões sobre suas definições, por isso, nesse momento do trabalho se tem a necessidade de conceituar a identidade de gênero, assim como, corpos trans e travesti.

Para construir o conceito de gênero como uma construção social, importante destacar sobre a inscrição de cada sujeito sobre sua própria identificação, Butler (2003, p.25) defende que “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”.

O gênero de cada sujeito passa por uma linha de entendimento para além do sexo biológico, a subjetividade e a identidade, marca singular de cada pessoa, vai ter coexistência com o território, porém sua identidade somente pode ter dita pela própria pessoa. Porém, uma vivência com segurança e com acessos à direitos são pontos, que devido ao marcador social: ser trans, deflagra uma trajetória com invisibilidade e exclusão social.

Jesus (2020) no guia técnico sobre orientações acerca de conceitos e termos sobre identidade de gênero, destaca que inicialmente se faz necessário dizer da diferença entre as terminologias ‘cis’ e ‘trans’. Cis sendo a pessoa que identifica com o gênero que foi lhe atribuído quando do nascimento. Então, pessoas trans são as pessoas que no decorrer do entendimento ou da construção de sua identidade não se identificam com o gênero atribuído no nascimento.

Retornando aos conceitos dos corpos trans e travesti, durante anos foram caracterizados como patologias, numa importante e demorada decisão, em 2019 foi oficializado pela Organização Mundial de Saúde – OMS que a transexualidade não é doença mental, a informação já havia sido manifestada em 2018, mas somente no ano posterior que se tornou efetiva. Assim como outros órgãos profissionais, exemplo, Conselho Federal de Psicologia que desde 2018 publicou a Resolução CFP nº01/2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas e psicólogos no Brasil para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias. Destacando os seguintes trechos da Resolução:

Art. 4º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis. Art. 5º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício de sua prática profissional, não colaborarão com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias em relação às transexualidades e travestilidades.

Portanto, a transexualidade e travestilidade não se enquadram como doenças, se assim permaneceu por décadas diz de uma relação de poder do sistema sobre corpos e seus marcadores sociais. Cada pessoas trans, homem ou mulher, irá dizer de seu próprio reconhecimento da sua identidade, não sendo necessário intervenções cirúrgicas, que também vai caber somente à pessoa essa decisão. Bem comum na sociedade surgir a dúvida entre os termos trans e travesti, o termo a travesti de acordo com Jesus (2020) historicamente vem de uma construção marginalizada e esquecida dentro dos espaços, por isso, a terminologia foi reconstruída pelas travestis, principalmente na América do Sul, apontando um corpo político e de existência nos territórios.

Dentro da leitura territorial, torna-se fundamental incluir a perspectiva de gênero, uma vez que ele pode ser determinante nos deslocamentos forçados de sujeitos LGBTQIA+. É o caso de Suzzanný, que, apesar de passagens breves durante o romance, inicia uma trajetória de deslocamentos entre território e pertencimento.

Butler (2003) aponta como matriz heterossexual, um regime cultural que produz e regula os corpos, as identidades e os desejos, determinando o que é “homem”, “mulher” e como cada um deve se comportar.

Henning (2017) e Henning & Debert (2015) destacam como essas hierarquias se articulam não só com gênero, mas também com o ciclo de vida, a religiosidade e as dinâmicas dentro das normas da sociedade. O território, que deveria ser um espaço de afeto e acolhimento, aparece como território de vigilância e punição.

Nesse sentido, é fundamental compreender o gênero não apenas como construção social e relacional, mas também como marcador territorial, capaz de influenciar a forma como indivíduos e grupos se inserem, pertencem ou são excluídos de determinados espaços.

Como aponta Helene et al. (2021), o processo de desterritorialização, seja voluntário ou imposto, afeta diretamente as identidades e subjetividades, revelando que as desigualdades de gênero se entrelaçam com outras opressões, produzindo segregações, violências e rupturas espaciais. Discutir gênero a partir dessa perspectiva significa aproximar o debate acadêmico da realidade concreta vivida por sujeitos cujas trajetórias são moldadas, e muitas vezes limitadas, pela interseção entre normas de gênero e dinâmicas territoriais.

A relação entre gênero e território envolve compreender como os espaços são produzidos, ocupados e significados a partir de normas sociais que regulam os corpos e suas expressões. O território não é apenas um espaço físico, mas também simbólico, e nele se inscrevem disputas de poder que definem quem pode ou não pertencer. Nesse contexto, as normas de gênero atuam como barreiras ou mecanismos de inclusão, condicionando a forma como determinados sujeitos podem circular, permanecer e se reconhecer nesses espaços.

Stênio Gardel ao trazer Suzzanný para dentro do romance, explora um universo precioso e pouco articulado dentro das áreas culturais e científicas, portanto ao construir palavras que restam, na verdade, o autor possibilita um encontro da realidade que se vive pessoas trans e travestis com a fomentação de políticas públicas e valorização de memórias.

Deslocamentos subjetivos e resistência

No livro de Stênio Gardel o encontro das personagens Raimundo e Suzzanný acontece de uma forma violenta, pois essas duas pessoas apresentadas na narrativa até então conheciam como resolução de conflitos apenas a dor e a briga.

Ela acertou um chute na coxa de Raimundo, mas depois recuou e acabou se encurralando ainda mais, como Raimundo queria.

— Venha, sua aberração dos infernos.

Raimundo acertou outro murro.

— Bem nessa tua cara rebocada.

— Tu fica longe de mim, fique aí, procurando ar nesse mundo que tu vive, mas não venha me procurar e falar de mim pra seu ninguém, ouviu?

— Tu me entendeu?

Raimundo largou-lhe um chute na barriga, a pancada ecoou num grito, que morreu de uma vez, sem ar. tenho que sair daqui, alguém vai aparecer, a cara dela, a cara dela não está boa

— Pra que tu foi falar de mim? Hein? Responde!

ela está ficando branca, a cabeça pendurada desse jeito, o peito dela, subindo e descendo apressado, feito passarinho, parece que desmaiou, era só o que faltava

— Ei, acorda! Acorda!

— Que aconteceu aí?

Dois rapazes, saindo do cine. Raimundo se escondeu de novo.

— Eu vinha passando e ouvi alguém chamando aqui no beco, encontrei ela desmaiada já.

— Deve ter levado outra surra, coitada.

— Outra?

— Ela é conhecida, não leva desaforo, leva surra, perde feio, fica sem os dentes, a boca cheia de sangue, mas enche a boca pra dizer que apanha pra não apanhar a dignidade dela do chão.

— A gente conhece ela, Suzzanný, o nome dela. (GARDEL, 2021, p.104-105)

O autor evidencia como o acesso a espaços mínimos de habitação configuram territórios de segurança e existência em um contexto marcado pela vulnerabilidade social. Essa experiência encontra eco na trajetória de Suzzanný, personagem que ilustra a realidade das pessoas idosas trans, enfrentando camadas adicionais de preconceito e violações de direitos. A personagem tem dificuldade de acesso a serviços de saúde e assistência, aliada à violência institucional e à insegurança na circulação urbana, como no episódio em que Suzzanný não consegue entrar numa farmácia:

Quando entrei na farmácia entendi por que ela mandou eu entrar no lugar dela, Desculpe senhor, mas vou pedir para o senhor se retirar do nosso estabelecimento, É o quê? eu preciso desse remédio aqui, a desgraça do balconista nem pra pegar a receita, só olhou pra minha cara e olhou pra fora, pra Suzzanný. (GARDEL, 2021, p.126)

A passagem elucidada acima, evidencia o quanto a privação de espaços seguros impacta diretamente o bem-estar físico, emocional e social dessas pessoas, reforçando a necessidade de reconhecer e criar territórios de proteção e autonomia.

Segundo estudo realizado por Almeida et al. (2024), pessoa trans têm mais dificuldade de acessar cuidados médicos adequados, relatando negligência e tratamento inadequado ou hostilidade por parte de profissionais da saúde que desconhecem suas realidades e demandas específicas. Portanto, “muitas pessoas trans são levadas a buscar tratamentos alternativos que podem não ser seguros, resultando em riscos adicionais à sua saúde” (Almeida et al., 2024, p. 15).

Ao fazer a análise literária, apesar dos estudos sobre a transfobia serem relativamente recentes, porém a partir dos estudos territoriais, considera-se que o mesmo apresenta grande aporte teórico que possibilita a fomentação de estudos para se pensar mais pesquisas científicas sobre a temática tratada no livro. E que a abrangência dos estudos territoriais tem a potencialidade de agregar a vários outros saberes, pois ao analisar a vida de Suzzanný, o território consegue emergir símbolos estruturais de uma sociedade e suas implicações na vida dos sujeitos e suas territorialidades.

O papel da literatura e do território

Queria começar a escrever as felicitações de Natal. E iria começar pelo cartão da Suzzanný. Ela vai ficar toda feliz, orgulhosa até, quando ler um cartão que eu mesmo escrevi pra ela, é minha chance de dizer no papel e tudo o tanto que tu me ajudou, não consigo nem imaginar onde eu estaria agora se não tivesse te encontrado, e começou ali, minha vida nova, hoje eu vejo, naquela noite eu não sabia, foi, começou ali, e mesmo depois de eu ter te feito um mal tão grande que até hoje me arrependo, que até hoje abaixa minha cabeça, você permitiu que eu me emendasse do teu lado, enquanto tua costela quebrada se emendava, não sei pra que é dois zês e dois enes se só dá pra pronunciar um, não é como o “r” e “rr” ou “s” e “ss”, pra diferenciar, tanta letra só se for pra ser diferente, que não tem em qualquer canto e quando a gente vê não esquece mais, que nem a dona, e não pode esquecer o acento no “y”, senão fica Suzzânny, Ai, abuso só de ouvir Suzzânny, é Suzzanný, que custa? (GARDEL, 2021, p.92)

Em contextos em que as violências, vulnerabilidades, apagamentos emergem, o encontro da memória com o território apresenta-se como um aspecto teórico importante para analisar a subjetividade que atravessa a memória, e consequentemente a constituição do território. O romance *A Palavra que Resta*, de Stênio Gardel (2021), narra a trajetória de Raimundo, homem nordestino, pobre, analfabeto, homossexual e idoso, que encontra na escrita a possibilidade de reconstruir simbolicamente sua história. E sua história ganha novos contornos a partir do encontro com Suzzanný. Uma mulher travesti que também teve em sua vida, marcas da violência e da invisibilidade da sociedade, no livro, apesar de poucos detalhes sobre a sua vida, Suzzanný é uma personagem que mesmo diante do curso da vida sendo a margem, transborda e ressignifica seu território. A caminhada de Suzzanný é, simultaneamente, uma travessia territorial que abrange espaços físicos e subjetivos, bem como a transição entre a palavra e a narrativa de sua história.

As relações estabelecidas ao longo da vida deixam marcas afetivas, e é a partir desse processo que se constrói uma memória coletiva e um território subjetivo. Em *A Palavra que Resta*, a amizade entre Raimundo e Suzzanný ilustra a formação de um laço a partir do reconhecimento de memórias compartilhadas em um contexto de exclusão. O território, nesse sentido, passa a ter um desdobramento afetivo, simbólico e cultural. Segundo Tuan (1983), o lugar é um espaço tomado pela experiência vivida, onde os afetos são constituídos a partir dos contextos e redes estabelecidas. O lugar, então, não é apenas o espaço que se ocupa, mas aquilo que se sente, que se deseja e que se perde, o território se torna memória. A intimidade entre pessoas não requer o conhecimento de detalhes da vida de cada um; brilha nos momentos de verdadeira consciência e troca. Cada troca íntima acontece em um local, o qual participa da qualidade do encontro. Os lugares íntimos são tantos quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato.

Como são estes lugares? – São transitórios e pessoais. Podem ficar gravados no mais profundo da memória e, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação, mas não são guardados como instantâneos no álbum da família nem percebidos como símbolos comuns: lareira, cadeira, cama, sala-de-estar, que permitem explicações detalhadas (TUAN, 1983, p.156).

Tuan (1983) destaca que a intimidade entre pessoas não depende do conhecimento minucioso de detalhes da vida do outro, mas se manifesta nos momentos de verdadeira consciência e troca. Esses encontros íntimos acontecem em lugares específicos, transitórios e pessoais, que influenciam a qualidade da experiência e permanecem gravados na memória, proporcionando intensa satisfação quando recordados. Esses espaços íntimos, embora não formalmente reconhecidos ou simbolizados em objetos comuns, funcionam como territórios de experiência afetiva e construção de vínculos.

Por isso, o trabalho se propôs a uma articulação da ideia de território e principalmente apontar que a transfobia precisa ser um tema a ser trabalhado dentro e fora da esfera acadêmica. Através de pesquisas, pode ter a possibilidade de legitimar um discurso que promova a inclusão não apenas de pessoas trans e travestis nos espaços acadêmicos, é sim potencializando suas identidades em qualquer espaço que queira estar e viver.

Considerações finais

Ao analisar a personagem Suzzanný do romance *A Palavra que Resta* (2021), a partir dos estudos territoriais, aproxima de maneira sensível as histórias e a angústia que permeia os territórios. Porém, a vivência nesses territórios, vai depender das condições sociais, políticas, simbólicas e históricas que o sujeito está inserido, para Suzzanný, uma realidade de resistência, violência e a busca pelo afeto e pertencimento.

Portanto, ao analisar a obra de Stênio Gardel, percebe-se que a personagem Suzzanný desempenha um papel central na transformação de sua vida e de Raimundo. Apesar de a amizade entre ambos se iniciar de forma truncada, é a partir dessa relação que Gaudêncio começa a experimentar a vida de maneira autêntica, manifestando-se através de sua fala, modo de andar, vestimenta e trabalho com a costura. E também, Suzzanný estabelece seu território simbólico e afetivo, uma relação que simboliza para os dois personagens: uma possibilidade de esperar e viver.

Ao implicar o debate identitário para além de apresentar a teoria, é promover o porquê da sua discussão, os dados apresentados durante o trabalho apontam que as relações de poder têm apagado corpos trans e travestis de suas possibilidades e experiências de vida.

Para pensar o avanço em pesquisas e políticas públicas tem a importância de compreender o movimento em volta dos territórios, e como se deu sua construção, e também, compreender que o sistema cisheteropatriarcal causou efeitos violentos aos corpos trans e travestis.

Os corpos trans e travestis tem falado sobre suas vivências muito através da arte, seja através de uma personagem fictícia, até livros e canções, e para a conclusão de um trabalho sobre vivência de pessoas trans e travestis, segue a importância de compreender de que olhar a sociedade enxerga a realidade, por isso, trecho de um slam construído por Valentine Pimenta, mulher trans e negra, em 2019.

Eu sou a que está nos lençóis, nos quartos de hotel nas noites de terça-feira frias
Mas nunca a que está no cinema do shopping nos domingos cheios de alegria
Eu sou a que não serve para ser amada Muitas vezes que não merece ser beijada
Eu sou a que eles querem transar na madrugada Prazer: sou mulher trans negra
E, mais do que a porra da Barbie, sou objetificada Meu nome é Valentine
Nunca Valentina
Se quiser me encontrar, vai me achar num slam Nunca numa esquina”

Referências

- ALMEIDA, L. P. ET AL.. O acesso à população trans na atenção primária em saúde para garantia dos direitos sexuais: revisão integrativa. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 9, p. e10395, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.9-104. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/10395>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- BENEVIDES, B. G. Dossiê: **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Federal. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2025. 144 f. ISBN: 978-65-986036-1-8. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GOMES DE JESUS, J; BELDEN, C.M; HUYNH, H.V, MALTA, M, LEGRAND, S, KAZA, V.G.K, WHETTEN, K. Mental health and challenges of transgender women: A qualitative study in Brazil and India. **Int J Transgend Health**. 2020 Jun 2;21(4):418-430, v. 21, n. 4, p. 418-430, 2020. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8726648/>. Acesso em: 01 de dez.2025.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDALL, Z. L. et al. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 169-189.
- HELENE, D. et al. Dossiê território, gênero e interseccionalidades. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7071>. Acesso em: 01 dez. 2025.
- HENNING, C.E; DEBERT, G. G. Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas. **Mais 60: estudos sobre envelhecimento**, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 8-31, dez. 2015. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18587>. Acesso em: 01 dez.2025.
- HENNING, C. E.. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 47, p. 283–323, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Mw58qyvVjfSQy7hbmmZqLbm/>. Acesso em: 01 dez.2025.
- SIQUEIRA, Monica. A Ilha da Magia como “destino”: migrações de travestis para Florianópolis. Monica Siqueira. In:__. **Em busca do Eldorado**. Manaus, 2016.
- TUAN, Y.F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- Enviado em 31/12/2025
Avaliado em 15/02/2026

O USO DE REDES SOCIAIS POR PROFISSIONAIS DE DIREITO, MEDICINA VETERINÁRIA E PSICOLOGIA: limites e possibilidades, à luz da ética

Darlan Roberto dos Santos⁸

Gisele Resende Diniz⁹

Resumo

Pretende-se discutir o uso das redes sociais como ferramentas de *branding* digital, para elaboração e divulgação de marketing de conteúdo, a serviço de profissionais de Direito, Medicina Veterinária e Psicologia. Trata-se da investigação acerca de potencialidades e limites das redes sociais, como plataformas para geração de valores que incluem: identidade profissional, comunicação com públicos-alvo e posicionamento dos profissionais no meio digital, visando à consolidação de uma imagem positiva junto à sociedade. Trata-se de abordagem ensaística, baseada em pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico/avaliativo, sob perspectiva pragmática. Entende-se que, diante do papel crucial da internet, o ciberespaço deve ser explorado em todas as suas funcionalidades, o que contempla sua utilização para divulgação dos mais variados ofícios. Entretanto, há limites e determinações que precisam ser adotados pelos profissionais que utilizam redes sociais como Instagram, Facebook, Tik Tok e Youtube. Tais diretrizes, muitas vezes, determinadas pelos respectivos órgãos de classe, incluem valores éticos, cientificistas e humanísticos.

Palavras-Chaves: Identidade Profissional; Posicionamento no Meio Digital; Redes Sociais; *Branding* Digital; Marketing de Conteúdo.

Abstract

This study aims to discuss the use of social media as tools of digital branding, particularly for the design and dissemination of content marketing strategies serving professionals in Law, Veterinary Medicine, and Psychology. It investigates the potentialities and limitations of social media as platforms for generating values that encompass professional identity, communication with target audiences, and the strategic positioning of professionals in the digital environment, with the overarching goal of consolidating a positive public image. The approach adopted is essayistic in nature, grounded in exploratory research of a bibliographical and evaluative character, and guided by a pragmatic perspective. Given the pivotal role of the internet, cyberspace is understood as a field to be harnessed in all its functionalities, including its use for promoting diverse professional practices. Nevertheless, there are boundaries and regulations that must be observed by professionals engaging with platforms such as Instagram, Facebook, TikTok, and YouTube. Such guidelines, often established by their respective professional boards, are underpinned by ethical, scientific, and humanistic values.

Keywords: Professional Identity; Digital Positioning; Social Media; Digital Branding; Content Marketing.

Introdução

Profissionais das mais variadas áreas vêm utilizando as redes sociais para divulgação de seus serviços, bem como, fortalecimento de sua imagem e captação de clientes. Assim, cresce a preocupação com o uso consciente de ferramentas como Instagram, Facebook, Tik Tok e Youtube, entre outras, já que, hodiernamente, suplantam o papel de simples recursos de socialização.

⁸ Professor da Fundação Presidente Antônio Carlos, campus Conselheiro Lafaiete (MG). Pesquisador da Probic (Programa de Bolsa de Iniciação Científica – FUPAC).

⁹ Graduanda em Pedagogia pela Fundação Presidente Antônio Carlos, campus Conselheiro Lafaiete (MG). Bolsista de Iniciação Científica da Probic (Programa de Bolsa de Iniciação Científica – FUPAC).

A ocupação correta das redes sociais, com fins profissionais, contempla questões éticas e até mesmo legais, especialmente quando se trata de setores cruciais, como Direito, Medicina Veterinária e Psicologia – contemplados no presente estudo. A pesquisa é norteadada pela seguinte situação-problema: quais são as potencialidades e limites das redes sociais, como ferramentas de *branding* digital e marketing de conteúdo, a serviço de profissionais do Direito, Medicina Veterinária e Psicologia? Tais áreas compõem a delimitação proposta, representando algumas das searas que mais se destacam em redes sociais.

Trata-se de abordagem ensaística, baseada em pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico/avaliativo, sob perspectiva pragmática. A pesquisa trará, como contribuição, a sistematização de um pensamento mais coeso e aprofundado sobre o uso profissional das redes sociais.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa expositiva/explicativa, de cunho bibliográfico e análise documental. A coleta de dados abrange consulta e análise de obras, publicadas, preferencialmente, nos últimos cinco anos. Também são mobilizados os códigos de ética profissional de Direito, Medicina Veterinária e Psicologia e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em busca de subsídios para o estudo.

Quanto à abordagem/forma de avaliação, a pesquisa é qualitativa, sob uma perspectiva pragmática, ou seja: para além da reflexão conceitual, o estudo busca responder à seguinte pergunta: quais são as potencialidades e limites das redes sociais, como ferramentas de *branding* digital e marketing de conteúdo, a serviço de profissionais do Direito, Medicina Veterinária e Psicologia?¹⁰

Referencial teórico

O marketing é um processo social, que busca conectar empresas e clientes, possibilitando que relacionamentos sólidos sejam estabelecidos entre as partes. Na atualidade, tal recurso adquire variados contornos e expande-se em plataformas diversas, especialmente, no meio digital. Assim, novas ferramentas, como as redes sociais, são mobilizadas para a promoção de estratégias de marketing. (Kotler, 2017)

Outra vertente contemporânea é a utilização do marketing para a evidênciação dos indivíduos – e não apenas de organizações e produtos. Desse modo, o marketing digital pode ser uma excelente estratégia para os profissionais conquistarem clientes, fortalecendo uma marca pessoal no mercado, já que a internet se consagrou como o espaço privilegiado para estabelecer relações, realizar negócios e divulgar ideias e pessoas. (Lacerda, 2024)

É nessa perspectiva que surge a concepção de *branding*:

Branding compreende as ações envolvidas com investigação, conhecimento, desenvolvimento de conteúdo, criação de design e identidade visual. É uma forma de gerenciar marcas de forma estratégica, na intenção de seguir seu crescimento e otimizar a relação com seu público-alvo, sempre com o foco de agregar valor à marca, e não apenas aumentar o valor econômico de um produto. Trata-se, portanto, de um valor simbólico que visa alcançar os desejos do consumidor. (Ribeiro, 2020, p. 12).

¹⁰ Considerações presentes neste artigo foram apresentadas, em teor preliminar, no I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO - Conectando Ideias para o Futuro.

Corroborando tais afirmações, Matos, Pereira e Castro (2024, p.5) enfatizam:

Branding é a forma de uma empresa ou profissional usar todas as oportunidades de contato com o consumidor para expressar o motivo pelo qual deve ser escolhido em detrimento de outro.

Martins traz uma visão mais ampla do *branding*, entendido como:

Conjunto de ações ligadas à administração das marcas. São ações que, tomadas com conhecimento e competência, levam as marcas além da sua natureza econômica, passando a fazer parte da cultura e influenciar a vida das pessoas. Ações com a capacidade de simplificar e enriquecer nossas vidas num mundo cada vez mais confuso e complexo. (Martins, 2006, p.8)

Para Cobra (2018), imagens atrativas e relevantes, assim como conteúdos de apelo popular e afinados aos temas mais populares são componentes essenciais do *branding*, fundamentais para geração de interesse e engajamento. Recuero vê as redes sociais como as grandes catalizadoras do debate público, capazes de dar publicidade e popularidade a pessoas, empresas e produtos:

Uma rede social na Internet tem um potencial imenso para colaborar, para mobilizar e para transformar a sociedade. São pessoas que estão utilizando a Internet para ampliar suas conexões e construir um espaço mais democrático, mais amplo, mais plural e, com isso, gerando valores como reputação, suporte social, acesso às informações etc. (Recuero, 2014, p.25)

Como principal derivado do *branding*, tem-se o marketing de conteúdo, cujo propósito é a elaboração e disponibilização de mensagens direcionadas aos públicos-alvo:

O conteúdo criado é apresentado com o objetivo de transformar a empresa ou profissional em uma referência para o consumidor, influenciando na decisão de futuros clientes. Marketing de conteúdo é, em síntese, uma aplicação estratégica para criação e distribuição de conteúdo relevante e valioso para um público, através de canais de comunicação diversos, com o objetivo de atrair, conquistar e envolver este público, e por último estabelecer uma relação que possa vir a ser rentável. (Ferreira; Chiaretto, 2016, p. 66)

Embora essa seja uma realidade em diversas áreas, como as já citadas, o fato é que os profissionais, muitas vezes, utilizam as redes sociais sem a devida orientação, de modo indiscriminado – até mesmo “inocente” –, sem se darem conta dos riscos que uma “simples” postagem pode trazer à imagem profissional, gerando problemas como atos de desrespeito aos códigos de ética e/ou à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a transposição de limites que se impõem, quando se trata de divulgação pela internet. Como ressalta Andrade (2024, p. 177):

Trata-se ainda de um “lugar” cuja regulamentação jurídica e as regras sociais são ainda precárias, o que permite o reforço da ideia de que a internet é um espaço sem regras, quando na verdade não o é, na medida em que observamos as formas como as pessoas se comportam, adequando-se a um conjunto de normas e do que é esperado delas.

Ademais, para a realização deste estudo, serão priorizadas as seguintes redes sociais: Instagram, Facebook, Tik Tok e Youtube, abordando-as como plataformas de divulgação para profissionais de Direito, Medicina Veterinária e Psicologia, explorando suas potencialidades e limites. A opção por tais ferramentas tem respaldo em estudo recém-lançado, segundo o qual essas são as redes sociais mais utilizadas no Brasil, nos dois últimos anos (ALVES, 2024).

A título de ilustração, Nuñez e Lima (2003, p. 3) discorrem sobre as potencialidades do Instagram:

inicialmente utilizada somente como uma ferramenta dedicada à postagem de fotos, o Instagram desenvolveu inúmeras outras funcionalidades ao longo dos últimos anos, permitindo que o usuário desfrute de vídeos curtos em um formato diário nos stories, conteúdos mais densos nos IGTVs, dentre outras funcionalidades. Tais fatores fazem com que esta rede social seja aproveitada ao máximo, não somente pelos influenciadores digitais que dela extraem alguma fonte de renda, como também permite que esta seja vista como extremamente atrativa para a divulgação de marcas e demais produtos com o auxílio do marketing digital realizado nela.

De maneira similar, Facebook, Tik Tok e Youtube oferecem várias aplicabilidades. Entretanto, como já mencionado, a utilização dessas plataformas ocorre, em grande medida, sem critérios, o que pode gerar efeitos reversos: em vez de contribuírem para o fortalecimento da imagem profissional, podem até prejudicar o usuário. Esse contexto justifica a pertinência da pesquisa, que deve gerar resultados que servirão como fonte de informação e norteammento, visando ao desenvolvimento de *branding* através das redes sociais.

Resultados e discussões

É importante ressaltar o contexto em que se desenvolve a arena digital, composta pelas redes sociais, na qual profissionais das mais diversas áreas encontram terreno fértil para consolidação de sua marca profissional e também fomento de credibilidade, junto ao público. Trata-se de uma verdadeira revolução corporativa, que, conforme Corrêa (2019), impõe a empresas e profissionais a presença online e a adaptação a novas dinâmicas de comunicação.

Nesse sentido, Aaker (2015) corrobora a necessidade de se elaborar uma “visão de marca”, a partir de análise atenta às tendências de mercado, segmentos de clientes e demandas sociais. No que se refere às áreas contempladas no presente artigo, inicia-se uma análise preliminar pela advocacia.

Área de grande interesse social, o Direito ocupa espaço considerável nas temáticas desenvolvidas em redes sociais, em setores específicos como Direito do Consumidor e Direito de Famílias, entre outros. A respeito dessa realidade, Gallassi (2023, p. 410) considera:

a farta criação de perfis de advogados criminalistas e seus escritórios nas redes sociais é um processo “natural”, associado à quantidade de novas redes sociais, e, com essa nova ferramenta, é possível ganhar destaque e ficar conhecido dentro e fora do campo da advocacia na atual conjuntura.

Atento a esse cenário, em 2021, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) atualizou o Decreto nº 94/2000, que dispõe sobre a legalidade da publicidade e da informação e regulamenta questões relacionadas ao uso de meios de comunicação.

Com o Provimento 205/2021, a OAB orienta as formas de veiculação de marca do advogado. Exige-se, por exemplo, que o conteúdo veiculado em redes sociais seja de relevância, devendo ser possível comprovar sua veracidade. Em outras palavras, o marketing jurídico é permitido, mas deve ser balizado na ética, na veracidade e no interesse público.

Complementando as orientações, Arbex e Zakka (2012, p.66-67) frisam:

A pedra de toque na definição do que se pode ou não fazer em matéria de publicidade na advocacia é a ausência da intenção de transformar a profissão em simples negócio, apenas visando ao lucro. Em outras palavras, a mercantilização

da profissão deve ser evitada a todo custo por conta da noção de que a especificidade da tarefa de representar a Justiça não combina com negociação pura e simplesmente visando ao lucro. Exatamente por isso são vedados a divulgação e, obviamente, o exercício em conjunto com qualquer outra atividade, porquanto o exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização. Outro ponto importante diz respeito à manifestação do advogado na mídia: deve ser sempre pautada por elevação intelectual, bom senso, decoro e visar a objetivos exclusivamente ilustrativos, educacionais e instrutivos, sem o propósito de promoção pessoal ou profissional.

Entre as(os) médicas(os) veterinárias(os), também existe uma tendência em curso:

O marketing na medicina veterinária está se tornando uma ferramenta bastante utilizada para garantir um sucesso financeiro dos profissionais. Utilizar desta abordagem para alavancar a captação de clientes, garantindo em conjunto sua fidelidade, é de extrema importância para o sucesso na carreira de médicos veterinários, considerando o novo papel que os animais de estimação tendem a ter no ciclo familiar. (Silva et al. 2024, p. 713)

É nesse contexto que o marketing veterinário vem se desenvolvendo, devendo, entretanto, manter a ética como pilar:

Ao aplicar o conceito, devemos pensar principalmente no gerenciamento de estabelecimentos, como clínicas, consultórios, ambulatorios e hospitais, marketing pessoal, exercido pelo clínico, endomarketing, definido por marketing inter-corporativo, o relacionamento com o cliente, os custos fixos e operacionais com outros profissionais da equipe, planejar as ações de marketing, realizar ações de mercado, e por fim, estar atualizado sobre a legislação que regulamenta a prática da atividade veterinária (FLOSI, 2001, p. 18).

Na utilização de redes como Instagram, Facebook, Tik Tok e Youtube, médicos veterinários devem estar atentos, especialmente, ao artigo 13, capítulo VIII, do Código de Ética Profissional, segundo o qual não se deve oferecer ou permitir que seus serviços profissionais sejam oferecidos como prêmio de qualquer natureza. Além disso, é vetada a divulgação de serviços gratuitos, com valores promocionais ou anúncio de preços e formas de pagamento. Entretanto, serviços como banho e tosa e oferta de produtos relacionados ao mercado pet são permitidos.

Por fim, na Psicologia, a utilização das redes sociais como plataformas de divulgação e compartilhamento de informações relevantes também é uma constante:

Com a popularização do tema saúde mental nas redes sociais, nota-se um aumento da presença virtual de psicólogos e psicólogas, que viram a oportunidade de promover os seus serviços profissionais, ao mesmo tempo que desempenham um importante papel social enquanto facilitadores da discussão. O ponto de reflexão se dá a partir do interesse no modo como esses profissionais estão aproveitando o cenário virtual. (Lima; Arruda, 2023, p. 40)

Cabe ressaltar que as diretrizes relacionadas ao uso profissional de redes sociais incluem o debate acerca das enfermidades mentais e questões relacionadas a transtornos e dilemas inerentes à nossa época. Dada a complexidade da temática, o Conselho Federal de Psicologia publicou, em 2022, uma Nota Técnica, que fornece algumas orientações preciosas.

A esse respeito, Pombo alerta:

Através das redes, alguns profissionais impulsionam a narrativa, mesmo que não intencionalmente, de que tudo que gera sofrimento pode ser atribuído a um transtorno mental e que todo incômodo causador de sofrimento pode se encaixar em critérios diagnósticos (Pombo, 2017)

Schneider (2021) completa o raciocínio:

Cada vez mais pessoas buscam por profissionais nas redes sociais, e seus perfis são vistos como um cartão de visita. Entretanto, o que vem ocorrendo pode ser considerado uma frequente manutenção da ideia de recorrer a um profissional sempre que algo parecer irregular. Por mínimas que sejam, essas irregularidades são prontamente associadas a psicopatologias.

Diante dessa situação, publicações de psicólogos devem limitar-se à técnica e à ciência. Conforme a Nota Técnica, o profissional deve analisar criticamente o conteúdo a ser publicado, ciente da amplitude das divulgações nas redes sociais. Assim, orienta-se que a psicóloga e o psicólogo se certifiquem de que a publicidade profissional não tem cunho sensacionalista, e nem mesmo previsão taxativa de resultados ou autopromoção em detrimento de outros profissionais, práticas vedadas pelo Conselho Federal De Psicologia. (Conselho Federal De Psicologia, 2022)

Lima e Arruda (2024) complementam:

um diagnóstico não se faz apenas com uma listagem de sintomas e, portanto, esses não são, por si só, sinalizadores da presença de um transtorno mental, considerando que o processo de diagnosticar envolve outros fatores, como a duração e a intensidade de sintomas. Postagens com conteúdo nesse formato fomentam a banalização de transtornos mentais, considerando que outros aspectos que compõem uma investigação diagnóstica são, muitas vezes, ignorados pelos profissionais e pelos internautas. Porém, cabe ao profissional a responsabilidade por compartilhar informações adequadas e cuidadosas sobre temas em sua área de atuação.

Assim, reforça-se o necessário comprometimento dos profissionais com seus seguidores e o público em geral, no que se refere ao conteúdo disponibilizado em redes sociais, evitando a banalização de transtornos mentais e abordagens que fomentem o senso comum e ideias pré-concebidas e errôneas acerca de enfermidades e questões de cunho psicológico.

Considerações finais

O presente artigo trouxe importantes reflexões a respeito do uso de redes sociais como ferramentas de *branding* digital, por profissionais do Direito, Medicina Veterinária e Psicologia. Inicialmente, ressaltou-se o contexto contemporâneo, no qual a internet e as redes sociais constituem-se como espaços privilegiados para a interação com a sociedade.

O fato é que, para um profissional, nos tempos atuais, ter uma presença ativa no espaço virtual torna-se tão importante quanto sua atuação social. Diferentemente de outras épocas, nas quais os meios de comunicação tradicionais e as interações “boca a boca” exerciam o papel de popularizar e tornam um profissional conhecido, é nas redes sociais que, hodiernamente, busca-se informações sobre as mais diversas áreas e seus atores.

Encaixam-se, nessa perspectiva, advogados, médicos veterinários e psicólogos, entre outros profissionais. Não é por acaso que uma das palavras de ordem nessa década seja “engajamento”. É incontestável que se tem, como *zeitgeist* desta era, a obsessão pela visibilidade através das redes sociais, já que pessoas das mais variadas idades e redes sociais fazem, desses recursos, seu meio de entretenimento, informação e interação humana.

Entretanto, os estudos expressos neste estudo também suscitam preocupações e alertas. Não basta, aos profissionais, ocuparem redes como Instagram, Facebook, Tik Tok e Youtube. Existem limites a serem observados, que incluem diretrizes, muitas vezes definidas pelos órgãos de classe, levando-se em considerações critérios éticos, legais e de cunho humanístico.

Em tempos de capitalismo desenfreado, valorização da imagem em detrimento do conteúdo, fake news e sensacionalismo exacerbado, profissionais não podem se deixar seduzir pelos holofotes proporcionados pelas redes sociais. Há fronteiras que não devem ser ultrapassadas e, conforme foi evidenciado no artigo, tais limites abrangem os cuidados éticos, a observância do cientificismo e da veracidade de fatos e a prevalência do interesse público sobre o mercantilismo desenfreado.

Referências

- AAKER, David. **On Branding**. 20 Princípios que Decidem o Sucesso das Marcas. São Paulo: Bookman, 2015.
- ALVES, Raphael. **As Redes Sociais Mais Usadas no Brasil e no Mundo em 2024**. Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas>. Acesso em: 10 set. 2025.
- ANDRADE, Júlia. A Responsabilidade dos influenciadores digitais por produtos indicados em suas redes sociais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 1, n. 34, p. 162–181, 2024. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/624>. Acesso em: 10 set. 2025.
- ARBEX, Sergei; Zakka, Rogério. **Estatuto da Advocacia, Prerrogativas e Ética**. São Paulo: Manole, 2012.
- BRASIL. Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 155, n. 157, p. 59, 15 ago. 2018. CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2016.
- COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- CORRÊA, Elizabeth Saad. A comunicação digital nas organizações: tendências e transformações. **Organicom**, v. 6, n. 10-11, p. 161-167, 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução 722**: Código de Ética do Médico Veterinário. Disponível em: https://crmvsp.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Codigo_de_etica-MV.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica nº 1/2022/SOE/Plenária**. Nota Técnica sobre Uso Profissional das Redes Sociais: Publicidade e Cuidados Éticos. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 010**: Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.
- FERREIRA, Luciana; CHIARETTO, Silvana. Marketing de conteúdo em ambiente digital: uma estratégia de *branding* na perspectiva evolutiva do marketing. **Revista e-Com**, v. 10, p. 63-80, 2016.
- FLOSI, Francis. **Marketing na Veterinária**. São Paulo: Varela, 2001.

- GALLASSI, Almir. Marketing jurídico e redes sociais: as possibilidades e limites sobre a ótica do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. **Diálogo & Interação**, v. 17, n. 1, p. 456-480, 2023.
- KOTLER, Philip. **Marketing 4.0 do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
- LACERDA, Bruno Torquato. **Bens digitais**. São Paulo: Editora Foco, 2024.
- LIMA, Lorena; ARRUDA, André. Psicólogos no Instagram: a abordagem de transtornos mentais e a patologização da vida neste espaço diálogo e interação. **Diálogo & Interação**, v. 17, n. 2, p. 123-144, 2024.
- MARTINS, José Roberto. **Branding: um manual para você criar, avaliar e gerenciar marcas**. São Paulo: GlobalBrands, 2006.
- MATOS, Rayllander; PEREIRA, Dionísio; CASTRO, Daniele. *Branding* digital no desenvolvimento da identidade de micro e pequenas empresas. **Revista Foco**, v. 17, n. 5, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4948/3724>. Acesso em: 10 set. 2025.
- NÚÑEZ, Izabel; LIMA, Letícia. Representações e discursos sobre o fazer profissional em um perfil do Instagram e construções de reputação. **Revista De Estudos Empíricos em Direito**, v. 10, p. 1–26, 2023. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/781>. Acesso em: 09 set. 2025.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Código de Ética e Disciplina da OAB: **Resolução nº 02/2015**. Brasília. Disponível em: <https://www.oab.org.br/arquivos/resolucao-n022015-ced-2030601765.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Provimento nº 205/2021, de 05 de Setembro de 2000. Dispõe sobre a publicidade, a propaganda e a informação da advocacia. Disponível em: <https://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao/provimentos/205-2021>. Acesso em: 10 set. 2025.
- POMBO, Mariana Ferreira. Medicalização do sofrimento na cultura terapêutica: vulnerabilidade e normalidade inalcançável. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-14, jan./mar. 2017.
- RECUERO, Raquel. **Rede social na internet: noções, práticas e desafios da comunicação em rede**. São Paulo: Não Zero, 2014.
- RIBEIRO, Laís Conceição. **Gestão de marca e branding**. Curitiba: Intersaberes, 2020.
- SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Sartre e a psicologia clínica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.
- SILVA, Adriana Monte; ANDRADE, Carlos Setúbal; ALEIXO, Ulrich. A importância das redes sociais na medicina veterinária: uma abordagem do marketing digital para a profissão. **Revista ibero- americana de Humanidades, Ciências E Educação**, v. 10, n. 6, p. 706–714, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i6.13735>. Acesso em: 10 set. 2025.
- Enviado em 31/12/2025
Avaliado em 15/02/2026

ESTUDO DO MEIO: CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E EM SEU ENSINO

Francisco Fernandes Ladeira¹¹

Resumo

O presente artigo analisa a prática pedagógica do “estudo do meio” para além da visão superficial que a reduz a um simples passeio ou trabalho de campo. Busca-se resgatar e defender essa atividade como um método de ensino interdisciplinar e fundamental para uma educação crítica, demonstrando que a sua eficácia está vinculada a uma execução que integra três etapas indissociáveis: o planejamento, a execução e a avaliação. Conclui-se que, quando devidamente fundamentado, o estudo do meio revela-se uma metodologia que beneficia a todos os envolvidos. Confere maior autonomia e autoridade intelectual ao professor. À escola, permite construir um currículo mais significativo. Por fim, para o aluno, possibilita o desenvolvimento de um olhar crítico e investigativo sobre a realidade.

Palavras-chave: ensino de Geografia, trabalho em campo, interdisciplinaridade, professor, aluno.

Abstract

This article analyzes the pedagogical practice of "field study" beyond the superficial view that reduces it to a simple walk or fieldwork. It seeks to rescue and defend this activity as an interdisciplinary teaching method fundamental to critical education, demonstrating that its effectiveness is linked to an execution that integrates three inseparable stages: planning, execution, and evaluation. It concludes that, when properly grounded, field study proves to be a methodology that benefits all those involved. It confers greater autonomy and intellectual authority to the teacher. For the school, it allows for the construction of a more meaningful curriculum. Finally, for the student, it enables the development of a critical and investigative view of reality.

Keywords: Geography teaching, fieldwork, interdisciplinarity, teacher, student.

Considerações iniciais

A prática educacional conhecida como “estudo do meio” frequentemente é confundida, no senso comum educacional, com meros “passeios”, “visitações” ou “trabalhos de campo” (no sentido de uma atividade que se esgota em si mesma). Essa percepção superficial se relaciona a uma concepção limitada que compreende a “aula” e a “aprendizagem” como fenômenos restritos ao espaço da sala de aula, relegando quaisquer atividades extraclasse a um status não pedagógico. Além disso, ignora a complexidade inerente ao estudo do meio, que transcende a simples saída a campo, pois desconsidera suas etapas fundamentais: a “anterior”, que engloba o planejamento rigoroso e a análise preliminar do local a ser visitado, e a “posterior”, que compreende a análise, a sistematização dos dados coletados e a avaliação crítica do processo.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o estudo do meio é apresentado como recurso didático que favorece uma participação ativa do aluno na elaboração de conhecimentos, o “que depende, ao mesmo tempo, da interpretação, da seleção e das formas de estabelecer relações entre informações. (Brasil, 1998, p. 94)”.

¹¹ Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em “Ensino de Geografia em Rede” do Instituto Federal de Minas (IFMG) – *campus* Ouro Preto.

Nesse sentido, o presente trabalho analisa o “estudo do meio” como um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar a alunos e professores o contato direto com uma determinada realidade, por meio da imersão orientada na complexidade de um espaço geográfico específico e do estabelecimento de um diálogo reflexivo com o mundo.

Como afirmam Lopes e Pontuschka (2009, p. 173), essa atividade busca “verificar a pertinência e a relevância dos diversos conhecimentos selecionados para serem ensinados no currículo escolar e, ao mesmo tempo, lançar-se à possibilidade da produção de novos conhecimentos, a elaboração contínua do currículo escolar”.

De acordo com Silva (2018), o estudo do meio representa uma excelente alternativa metodológica no ensino de Geografia, haja vista se tratar de um método passível de ser desenvolvido em qualquer tipo de realidade. “Ao possibilitar um contato direto com os conteúdos trabalhados em sala de aula, permite-se ao aluno melhor entendimento da complexidade do espaço geográfico” (Silva, 2018, p. 372).

Seguindo essa linha de raciocínio, para Silva (2024), através do estudo do meio os estudantes podem observar e descrever, de maneira prática, os aspectos naturais e humanos de um determinado lugar, que passam despercebidos na maioria dos casos, fazendo com que desenvolvam um “olhar mais acurado” sobre os temas que estão em contato. Desse modo, é possível formular perguntas como: Porque a vegetação tem esses aspectos? Como determinada indústria impacta na vida das pessoas dessa cidade? Como se deu a ocupação urbana deste local? Quais os impactos ambientais e sociais, o crescimento urbano desse local iria trazer para a cidade?

Portanto, consideramos que o estudo do meio, longe de ser um apêndice recreativo, configura-se como possibilidade metodológica fundamental para uma educação crítica e significativa, capaz de operar uma síntese superadora da fragmentação disciplinar que (ainda) norteia a educação brasileira.

Metodologia

O estudo científico consiste em um processo sistemático que visa à aquisição de conhecimentos, à geração de novas descobertas e ao aprofundamento da compreensão em determinada área. Para tanto, diferentes metodologias de pesquisa podem ser empregadas de forma isolada ou combinada, a depender dos objetivos do estudo, da natureza do problema investigado, do contexto, dos recursos disponíveis e dos dados obtidos.

A metodologia empregada neste trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza teórico-conceitual. A pesquisa não envolveu a realização de um estudo empírico próprio com coleta de dados em campo, mas um exame da produção acadêmica já consolidada sobre o tema.

O estudo se constrói a partir da análise e da síntese de um referencial teórico composto por autores fundamentais da Geografia e da Educação, como Lopes e Pontuschka (2009), Pontuschka (2004; 2006), Frias (2019), Azambuja (2012), Lacoste (2006), Silva (2024), Pacheco (1999) e Milton Santos (1996), entre outros. Por meio do diálogo crítico com essas obras, o artigo realiza três movimentos principais: define e delimita o conceito de “estudo do meio”, diferenciando-o de noções simplistas; estrutura e detalha as suas etapas metodológicas fundamentais (planejamento, execução e avaliação); e, por fim, fundamenta as suas conclusões sobre a relevância e os impactos da prática na formação docente, na autonomia escolar e na aprendizagem discente.

Dessa forma, a investigação se configura como um trabalho qualitativo que tem por objetivo organizar, refletir e articular o conhecimento pré-existente, oferecendo uma base teórica para a compreensão do estudo do meio enquanto uma metodologia de ensino intencional, complexa e transformadora.

Etapas do estudo do meio

A eficácia do estudo do meio está relacionada a três etapas basilares: o planejamento, a execução e a avaliação. Dessa forma, seu êxito depende de um trabalho de planejamento flexível, porém rigoroso. Estudar e compreender *a priori* o espaço onde será realizada a atividade é essencial, pois, como salienta Pontuschka (2004), não existem “lugares privilegiados” tampouco “lugares pobres” para a sua realização. Os espaços a estudar podem variar das adjacências da unidade escolar a locais mais distantes, dependendo, sobretudo, do procedimento didático adotado pelo professor.

Nessa etapa do planejamento, é fundamental a leitura de textos que instrumentalizem teoricamente o processo de observação e os procedimentos para o tratamento do material coletado, bem como a consulta a sínteses históricas e geográficas da região estudada. A elaboração de um caderno de campo, que funciona como um “fiel companheiro” dos participantes, constitui um elemento estruturante, incorporando o roteiro, o cronograma, textos de apoio, mapas e espaços para anotações e registros diversos. De acordo com Silva (2024), espera-se que o professor, em seu planejamento, escolha um modelo de avaliação para que os alunos desenvolvam maior atenção em tudo que irá ser trabalhado, falado e aprendido em campo, visando uma melhor leitura do que vai ser visto e aprendido.

Quando pensamos em trabalho de campo em Geografia, pensamos, usualmente, em “atividades práticas”. Isso não significa um empirismo puro, já que a concepção e a escolha das atividades a serem realizadas em campo pressupõem uma reflexão teórica-metodológica. [...] Também não significa dizer que é possível separar completamente, no curso da pesquisa, teoria e prática. No entanto, seja com o objetivo de realizar uma exploração inicial, coletar dados primários ou para a realização de experimentos, a ida a campo é tomada por todos nós como uma etapa da pesquisa que extrapola a simples construção teórica do objeto de pesquisa. O trabalho de campo é o momento onde vamos realizar as atividades prática, empíricas, necessárias para testarmos nossas hipóteses iniciais a partir da coleta de dados e da observação com as realidades geográficas que nos interessam (Frias, 2019, p. 66-67).

Em sequência, a execução constitui o momento da imersão no espaço geográfico. Durante o trabalho de campo, educadores e educandos devem submergir no cotidiano do local a ser pesquisado, estabelecendo um diálogo rico com o espaço e, na condição de pesquisadores, consigo mesmos.

Nessa parte é primordial a observação e a descrição do que está sendo visto e aprendido por parte dos alunos, fazendo uma junção da teoria e da prática, colocando em prática o que foi aprendido em sala de aula e com o auxílio dos materiais disponibilizados pelo professor, fazer uma análise espacial, vendo realidades e aspectos, antes visto em sala de aula (Silva, 2024, p. 24).

Como sublinha Pontuschka (2006), trata-se do momento de descobrir que o meio é uma “Geografia viva”. Ao romper as fronteiras dos territórios institucionalizados de aprendizagem – a sala de aula e a escola –, a pesquisa de campo permite a ampliação desse território, levando, simultaneamente, a “sala de aula e a escola” para o mundo e trazendo o mundo – mais real e concreto – para dentro do espaço escolar¹².

Contudo, o estudo do meio não se encerra com o trabalho de campo. A partir dele, inicia-se um processo de sistematização extremamente cuidadoso de todo o material obtido e registrado. Chega-se, assim, à sua última etapa: a avaliação. Nas palavras de Rodrigues e Otaviano (2001, p.41) “é nessa hora que se distingue uma excursão com fins didáticos a um passeio com objetivo apenas de lazer”.

Trata-se do momento da construção do conhecimento, da análise coletiva do material coletado, quando começam a emergir os nexos, os significados e as contradições. A avaliação permite aos participantes apreciar os resultados, aprimorar os processos e, sempre que necessário, redefinir os objetivos.

É o momento da elaboração do novo conhecimento escolar, da exposição dos resultados por meio de trabalhos escolares, tais como, os textos narrativos, dissertativos e relatórios, elaboração de vídeos, mapas temáticos e ou maquetes, quadro mural com fotos, desenhos e textos; álbum de notícias, portfólios e exposição de materiais. É a fase de totalização ou de elaboração da síntese, completando o processo de estudo do tema problematizado no ponto de partida. É também o momento do debate, do seminário, da avaliação da aprendizagem e da projeção de novos estudos que acontecerão na sequência do ano letivo (Azambuja, 2012, p.193).

É também uma etapa de divulgação ética dos resultados, comunicando às comunidades estudadas os frutos da investigação, pois, como alerta Lacoste (2006), o conhecimento obtido pelo trabalho de campo “confere poder a quem o detém”. Isso significa, de acordo com o autor que, mesmo pesquisas que abordam apenas as características físicas de certo um território, não deixam, conseqüentemente, de dizer menos respeito à população que aí vive, na medida em que seus resultados tornam mais eficaz uma intervenção. Mesmo pesquisas completamente desinteressadas podem ter impactos importantes para a população estudada – sejam eles negativos ou positivos.

Ressalte-se, porém, que não há uma “receita pronta” para a execução do estudo do meio. Sua concepção e desenvolvimento devem ser sempre adaptados ao contexto singular em que a escola se insere, considerando as características do corpo discente e do espaço a ser estudado.

¹² Zusman (2011) distingue quatro maneiras de conceber o trabalho de campo em Geografia, sendo cada uma delas atrelada a um momento histórico e a uma forma específica de concepção teórica sobre a disciplina. A primeira forma de conceber o trabalho de campo nos remete às atividades de exploração territorial, durante a virada do século XIX para o XX. Na época, a Geografia se consolidava como um conjunto de conhecimentos úteis aos objetivos dos Estados nacionais e do imperialismo europeu. Quando a Geografia se consolida como disciplina universitária, na primeira metade do século XX, o trabalho de campo surge como estratégia metodológica importante, a partir de investigações e representações do mundo tendo como base os conceitos de paisagem e região. O campo, nesse contexto, passou a ser concebido como equivalente do laboratório das ciências exatas, pois permitia o estudo dos processos que interessavam à Geografia e a avaliação de hipóteses. Na década de 1970, com a Geografia Crítica e a consequente busca por transformação da realidade vigente, o trabalho de campo passou a incorporar a necessidade do pesquisador se envolver com as problemáticas sociais das comunidades por ele estudadas. Por fim, a quarta maneira de conceber o trabalho de campo na Geografia, consolidada após a década de 1990, é marcada, principalmente, pela premissa de que o trabalho de campo não pode ser reduzido ao momento em que o investigador entra em contato com os lugares e as comunidades que compõem o corpo empírico da investigação. Sendo assim, o trabalho de campo se faz presente desde o início da formulação da investigação. A interpretação teórica define, por exemplo, o tipo de atividades e perguntas que serão realizados no trabalho de campo.

Considerações finais

A realização do estudo do meio pode tornar mais significativo o processo de ensino-aprendizagem e proporcionar aos seus atores o desenvolvimento de um olhar crítico e investigativo sobre a aparente naturalidade do viver social. No entanto, lembrando Silva (2019, p. 389), esse recurso didático “não se limita a um simples passeio, sendo sua realização condicionada a um planejamento adequado, com leituras prévias, problematizações e a preparação de uma postura investigativa”.

O estudo meio permite ao professor não ficar reduzido, burocraticamente, a um simples executor de currículos e aplicador de manuais didáticos. Pelo contrário, como defende Pacheco (1999, p. 48), o professor não deve ser “apenas o operário do currículo, mas também um dos seus arquitetos”.

Dessa forma, como pesquisador de sua prática, de seu espaço, de sua história, da vida de sua gente e de seus alunos, o professor tem como meta “criar o próprio currículo da escola, estabelecendo vínculos com a vida de seu aluno e com a sua própria, como cidadão e como profissional” (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2007, p. 175-176). Essa postura investigativa fortalece a autonomia e a autoridade intelectual do docente, ressignificando seu papel para além de um técnico reproduzidor de saberes.

Para as instituições escolares, o estudo do meio também é uma forma de construir seu próprio currículo, fomentando maior autonomia em relação às instâncias administrativas superiores que, tradicionalmente, o controlam. Distancia-se, assim, “de uma concepção de educação tecnicista, baseada na racionalidade técnica, onde os ‘produtos do ensino’ são definidos a priori, ou seja, exteriormente aos interesses de seus beneficiários” (Lopes; Pontuschka, 2009, p. 174).

Para os alunos, o estudo do meio representa uma aprendizagem “mais perto da vida”, um contato mais direto com a realidade estudada. Trata-se de desenvolver hábitos e procedimentos de pesquisa, como a observação orientada e o registro sistematizado de dados e impressões pessoais. O objetivo é que os alunos aprendam a observar, na aparente banalidade do cotidiano, os aspectos contraditórios e até absurdos nele presentes, uma vez que a vivência irrefletida tende a naturalizar paisagens, ocultando a dinâmica social que as configura. Em outros termos, a aparente “normalidade” dos arranjos socioespaciais impede um olhar mais profundo, que poderia revelar os conteúdos implícitos que a aparência, por si só, não desvenda.

Conforme apontam Bergson (1999) e Kant (2012), os órgãos dos sentidos não são suficientes para apreender a realidade de forma completa, haja vista que a percepção humana é limitada e que a apreensão da realidade envolve mais do que apenas a captação sensorial. O estudo do meio, nesse sentido, fornece as lentes teórico-metodológicas para corrigir e ampliar essa percepção.

Portanto, estimular o hábito da pesquisa, por um caminho metodológico bem definido, permite ao aluno acessar uma realidade que, de outro modo, não poderia ser compreendida – o que significa, conforme enfatizou Milton Santos (1996), enxergar a essência por trás da aparência do espaço.

Em conclusão, o estudo do meio, enquanto prática de campo fundamentada, além de colaborar decisivamente para a construção de uma nova profissionalidade docente e de conferir maior autonomia às instituições de ensino, pode proporcionar a construção de um currículo mais significativo para o aluno. Superando a dicotomia entre teoria e prática, entre escola e comunidade, e entre disciplinas, esta metodologia consolida-se como um dos caminhos mais potentes para uma educação verdadeiramente integral, crítica e cidadã.

Referências

- AZAMBUJA, Leonardo Dirceu. Trabalho de campo e ensino de Geografia. **Geosul**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 181-195, 2002.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São. Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FRIAS, Renato Coimbra. O Trabalho de Campo na Geografia: características fundamentais e um convite à escuta. **Espaço e Cultura**. UERJ, RJ, n. 45, p.61-86, jan./jun.2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/issue/view/2292>>. Acesso em: 8 nov. 2025.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2006.
- LOPES, Claudivan Sanches; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia** (Londrina), [S. l.], v. 18, n. 2, p. 173–191, 2009. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2360>>. Acesso em: 8 nov. 2025.
- PACHECO, José Augusto. **Currículo**: teoria e práxis. Porto: Porto Editora, 1999.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do meio e ação pedagógica. IN: Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais ...** Rio Branco, 2006.
- _____. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, José Willian. (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004.
- PONTUSCHKA, Nidia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Nuria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- RODRIGUES, Antonia Brito; OTAVIANO, Claudia Arcanjo. Guia Metodológico de Trabalho de Campo em Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 35-43, jun. 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Diogo Jordão. O estudo do meio como uma possibilidade metodológica no ensino de Geografia: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 372–390, 2019. Disponível em: <<https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/516>>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- SILVA, Natanailson Pereira da. **A importância dos trabalhos de campo e dos estudos do meio para o ensino da Geografia**. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP. Cajazeiras, 2024.
- ZUSMAN Perla. La tradición del trabajo de campo en Geografía. **Geograficando**, 7 (7), 15-32. **En Memoria Académica**. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf>. Acesso em 8 nov. 2025.

Enviado em 31/12/2025

Avaliado em 15/02/2026

CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA PARA A PROMOÇÃO DE NOVAS SOCIABILIDADES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS HABITÁVEIS¹³

Giovana Smolski Driemeier¹⁴

Grace Kelly Vier¹⁵

Sandra Vidal Nogueira¹⁶

Resumo

O objetivo do presente estudo é analisar como a arquitetura pode qualificar e revitalizar espaços públicos habitáveis para estimular novas formas de sociabilidade urbana. Aplicou-se uma metodologia de qualitativa descritiva, baseada em levantamento bibliográfico e documental. Encontrou-se que há uma crise de sociabilidade associada à mercantilização do espaço público, a qual é intensificada por globalização, especulação imobiliária e percepção de insegurança. Defende-se que o arquiteto pode, através de seus projetos, fortalecer vínculos sociais. Conclui-se que quando os projetos arquitetônicos e de planejamento urbano são pensados de maneira sustentável, inclusiva e sensível, contribuem para cidades mais democráticas e justas.

Palavras-chave: Arquiteto. Urbanismo. Relações sociais.

Abstract

The objective of this study is to analyze how architecture can qualify and revitalize livable public spaces to stimulate new forms of urban sociability. A descriptive qualitative methodology was applied, based on a bibliographic and documentary survey. It found a crisis of sociability associated with the commodification of public space, which is intensified by globalization, real estate speculation, and the perception of insecurity. It argues that architects can, through their projects, strengthen social bonds. It concludes that when architectural and urban planning projects are designed in a sustainable, inclusive, and sensitive manner, they contribute to more democratic and just cities.

Keywords: Architect. Urbanism. Social relations.

Introdução

A literatura que trata das recentes mudanças nos espaços públicos das grandes cidades aponta para várias transformações, que incluem desde os casos extremos de privatização de ruas e praças, como ocorre nos condomínios fechados (Caldeira, 2000; Andrade, 2003) e nas favelas e bairros dominados pelo tráfico de drogas (Souza, 2000), bem como o uso de gradis no perímetro de praça como estratégia para a vedação e possibilidade de cerceamento desses espaços (Serpa, 2003) até uma retração do convívio nos principais espaços públicos da cidade em troca da convivência em espaços semipúblicos, como os *shopping centers*.

¹³ Destaca-se que o estudo foi parte de uma dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP/UFS).

¹⁴ Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Especialista em Psicanálise Infantil (FAAL). Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS). Bolsista Demanda Social da CAPES.

¹⁵ Arquiteta pelo Centro Universitário Avantis (UNIAVAN). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS). Graduada em Engenharia Civil (UFS).

¹⁶ Pedagoga pela Faculdade de Educação Campos Salles (FECS). Mestre e Doutora em Educação Supervisão e Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutorado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

Nessa perspectiva, Lefebvre (1969) considera a cidade como a projeção da sociedade sobre determinado território. Essa afirmação parece bastante simples, mas ao mesmo tempo necessária, porque se é preciso ultrapassar o empirismo da descrição geográfica, corre-se o risco de imaginar o espaço como espaço em branco, sobre a qual se inscreve a ação dos personagens sociais e das instituições, sem encontrar obstáculos, a não ser o traçado das gerações anteriores. Isso corresponderia a conceber a natureza como totalmente moldada pela cultura e, assim, que toda problemática social tem origem na união destes dois termos, através do processo dialético pelo qual "uma espécie biológica particular (dividida em classes)", o homem, se transforma e transforma o seu desenvolvimento na luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho.

Os espaços públicos da cidade são os principais cenários para permitir encontros, relações interpessoais, troca de conhecimentos e informações entre os cidadãos e destes com a próprio meio em que estão inseridos. Os espaços públicos revelam muito do contexto urbano, cultural ou social, material ou imaterial (Moll, 2019).

As possibilidades de encontros na cidade, a expansão e troca de conhecimentos e o desenvolvimento das experiências, introduzem no meio urbano potencialidades educadoras inerentes ao espaço, estimulando a cidadania. O patrimônio existente na cidade tem o potencial de possibilitar diálogos entre as comunidades, encorajando o sentimento de identidade e pertencimento, sendo assim, um aspecto educador, com a capacidade de fazer com que os próprios cidadãos, coletivamente, reconheçam, valorizem e preservem o patrimônio (Paulo; Costa, 2022).

Relações que ultrapassam a materialidade do espaço, tornando indissociável as relações entre os espaços e as ações, passam a caracterizar uma nova categoria, a instância social, refletindo a estrutura social, tornando os lugares urbanos objetos do cidadão, aumentando os limites das instituições educacionais, fazendo dos diferentes espaços públicos uma grande escola aberta (Alves; Brandenburg, 2018).

O papel do arquiteto é essencial na transformação e qualificação dos espaços públicos, arquitetônicos e de valores históricos da cidade, buscando potencializá-los em educadores, sustentáveis e promotores da cidadania. O espaço será socializador quando possuir relações adequadas com o entorno, refletir a história do lugar, propiciar encontros e relações humanas, gerar diferentes sensações e percepções e apresentar qualidades arquitetônicas (Severini; Nunes, 2022).

Sendo assim, desenhou-se como objetivo do presente estudo é analisar como a arquitetura pode qualificar e revitalizar espaços públicos habitáveis para estimular novas formas de sociabilidade urbana. Para tanto, empregou-se uma metodologia qualitativa, do tipo descritiva, tendo como técnica de coleta de dados a bibliográfica e documental. Os dados advindos foram analisados articulando-se os conceitos.

Resultados e discussões

Ao estudar a relação do espaço público e da sociabilidade urbana, é possível compreender que a crise no espaço público chegou seguida por uma crise na sociabilidade como um todo, e principalmente nas relações entre indivíduo e espaço. De fato, as transformações nas dinâmicas sociais e urbanas ao longo do tempo têm impactado diretamente na forma como as pessoas interagem entre si e com o ambiente ao seu redor. O problema não são os espaços públicos, mas o que eles representam, as relações entre as pessoas e das pessoas com o próprio espaço. Há uma tendência preocupante em direção ao individualismo, que pode minar os princípios de coletividade e compromisso político. À medida que as pessoas se concentram mais em seus interesses pessoais, corremos o risco de perder a capacidade de construir consenso e tomar decisões que beneficiem a sociedade como um todo. Passamos pelo surgimento de um novo espaço público que vem sendo formado, reformulado e reestruturado pela era informacional (Habermas, 2003).

Para compreender a crise no espaço público é necessário pensar na crise das relações e não a dissociar da crise na sociabilidade urbana. O espaço público não é apenas físico; é um espaço onde interações humanas acontecem. Quando há uma crise nas relações sociais, isso inevitavelmente reflete no espaço público, fazendo com que haja uma diminuição no uso dos espaços. É verdade que, ao longo do tempo, as relações humanas têm sido cada vez mais interiorizadas e centradas na familiaridade e na afeição. Isso pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo mudanças na estrutura familiar, o advento das redes sociais e tecnologias de comunicação, e até mesmo o ritmo acelerado da vida moderna. Essa percepção do "outro" como uma ameaça e a tendência de atribuir a responsabilidade pelos problemas sociais às autoridades, em vez de assumir responsabilidade individual, são fenômenos preocupantes que refletem uma desconexão e uma falta de senso de comunidade em muitas sociedades modernas (Cerqueira, 2013).

A experiência do espaço público é essencial para a criação de vínculos sociais significativos. A mercantilização dos espaços públicos, pode resultar na exclusão de grupos sociais menos privilegiados e na perda do caráter inclusivo e democrático desses espaços. Além disso, a percepção de insegurança, muitas vezes amplificada pelos meios de comunicação e pela falta de políticas públicas¹⁷ eficazes, pode levar as pessoas a se retirarem ainda mais dos espaços públicos, reforçando a segregação e a fragmentação social. É importante reconhecer que a resposta à sensação de insegurança não deve ser apenas o fechamento e a privatização dos espaços, mas sim o investimento em políticas de segurança pública, no design urbano inclusivo e na promoção da participação cidadã. Criar espaços públicos seguros, acolhedores e acessíveis é fundamental para promover a coesão social e o senso de pertencimento à comunidade (Cerqueira, 2013).

As cidades são compostas por espaços públicos e privados, cada um com funções e características diversas. Nos espaços privados, o controle é estabelecido por limites definidos e o acesso não é livre a qualquer pessoa. Por outro lado, os espaços públicos, como ruas, praças, parques e calçadas, são concebidos como áreas abertas e acessíveis a todas as pessoas, são projetados para facilitar a interação social. A natureza aberta e inclusiva dos espaços públicos é fundamental para o funcionamento saudável das cidades. Ao planejar e projetar o ambiente urbano, é essencial garantir que os espaços públicos sejam bem cuidados, seguros, acolhedores e adequados às necessidades e interesses das comunidades locais. Isso requer um esforço conjunto entre governos, urbanistas, arquitetos e comunidades locais, para que os espaços públicos sejam verdadeiramente representativos e acessíveis a todos (Elali, 1997).

A arquitetura tem uma função social, fato que acaba se tornando insignificante, pelo motivo de não haver soluções socialmente indiferentes, ou seja, toda intervenção nos ambientes das pessoas, seja qual for o objetivo específico do arquiteto, tem uma implicação social. Cada projeto arquitetônico deve ser concebido com sensibilidade e empatia em relação às comunidades que servirá, buscando sempre melhorar a qualidade de vida e fortalecer os laços sociais nos ambientes construídos. Ao projetar, os arquitetos devem considerar não apenas os aspectos técnicos e estéticos, mas também as consequências sociais de suas intervenções. Isso inclui a promoção da acessibilidade, a adaptação às necessidades de diferentes grupos sociais, a sustentabilidade ambiental e a valorização da identidade cultural local (Hertzberger, 2015).

¹⁷ Políticas públicas são planos de ação e decisões tomadas pelo governo para abordar questões específicas da sociedade e alcançar determinados objetivos de interesse público. Elas abrangem uma ampla gama de áreas, como saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, economia, entre outras. Essas políticas são desenvolvidas com base em análises de problemas sociais, econômicos ou ambientais, e geralmente envolvem a alocação de recursos, a criação ou modificação de leis e regulamentos, a implementação de programas e projetos e a coordenação de esforços entre diferentes setores e atores sociais. Desempenham um papel fundamental na organização e funcionamento de uma sociedade, buscando promover o bem-estar social, econômico e ambiental, além de garantir direitos e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

Projetar espaços inclusivos e acessíveis vai além de simplesmente atender às necessidades básicas; é sobre promover a qualidade de vida, a igualdade de oportunidades e a integração social. Adotar uma abordagem crítica permite que arquitetos questionem as normas estabelecidas e as desigualdades estruturais que moldam o ambiente construído. Isso é essencial para conceber espaços que sirvam verdadeiramente a toda a comunidade, não apenas a grupos privilegiados. Afinal, a qualidade de um ambiente construído é medida não apenas por sua estética, mas também por sua capacidade de promover a igualdade e o bem-estar de todos os que o utilizam (Hertzberger, 2015).

Alguns fatores que podem contribuir para a criação de espaços mais democráticos através do projeto arquitetônico: **Acessibilidade Universal:** Projetar espaços que sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas ou mentais, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. **Participação Comunitária:** Incluir a comunidade no processo de planejamento, garantindo que suas necessidades, desejos e preocupações sejam considerados desde o início do projeto. **Diversidade Espacial:** Criar espaços multifuncionais e diversos que possam ser utilizados de várias maneiras pela comunidade, promovendo a interação social e a apropriação coletiva do espaço. **Sustentabilidade Ambiental e Social:** Integrar práticas sustentáveis tanto do ponto de vista ambiental quanto social, buscando soluções que reduzam o impacto ambiental e melhorem a qualidade de vida das pessoas. **Transparência e Acesso à Informação:** Projetar espaços que promovam a transparência e o acesso à informação, tornando as decisões de planejamento e gestão mais acessíveis e compreensíveis para todos os cidadãos. **Respeito à História e Cultura Locais:** Valorizar e preservar a história e a cultura locais nos projetos arquitetônicos, reconhecendo a identidade única de cada comunidade e promovendo um senso de pertencimento. Ao considerar esses fatores e incorporá-los ao processo de planejamento, os arquitetos podem contribuir significativamente para a criação de espaços mais democráticos e inclusivos, que atendam às necessidades e aspirações de toda a sociedade (Neufert, 2013).

O espaço urbano é traçado de acordo com uma análise das funções humanas, é verdade que entender como as pessoas interagem e utilizam um espaço público é fundamental para projetar espaços que atendam às suas necessidades e promovam a vitalidade urbana. Os espaços públicos não devem ser vistos como projetos estáticos, mas sim como locais dinâmicos que evoluem ao longo do tempo em resposta às demandas e preferências da comunidade. Essa abordagem reconhece que as cidades são organismos vivos que estão constantemente mudando e se adaptando, e que os espaços públicos devem refletir essa dinâmica. Além de serem locais para interação social e atividades recreativas, os espaços públicos também desempenham um papel importante como palcos para a expressão cultural e política da comunidade. Os melhores espaços públicos são aqueles cuidadosamente planejados, mas que também permitem uma evolução orgânica e participativa ao longo do tempo (Robba; Macedo, 2010).

É importante identificar às necessidades específicas de uma determinada região ao planejar e desenvolver o espaço urbano. Isso envolve garantir que haja uma variedade de espaços públicos que atendam às demandas por lazer, cultura, recreação e interação social. Além disso, reconhecer que a cidade é um cenário de encontros e uma integração de funções é essencial para criar espaços urbanos vibrantes e dinâmicos. Isso significa projetar espaços que facilitem a interação entre as pessoas e promovam uma sensação de comunidade e pertencimento. Os espaços livres, como parques e praças, desempenham um papel fundamental nesse contexto. Eles embelezam a paisagem urbana, esses espaços verdes podem se tornar pontos de referência icônicos na paisagem da cidade, contribuindo para a identidade única de uma determinada localidade. Portanto, ao planejar o desenvolvimento urbano, é importante considerar cuidadosamente a inclusão de espaços verdes e outros espaços livres que enriqueçam a qualidade de vida dos residentes e contribuam para a formação de uma identidade urbana distintiva (Robba; Macedo, 2010).

A criação de espaços na arquitetura vai muito além de simplesmente desenhar formas e distribuir elementos em um espaço. É um processo complexo que envolve uma compreensão profunda das necessidades humanas, das dinâmicas sociais e das condições ambientais. Ao criar espaços públicos e urbanos, é essencial questionar desde o início as razões subjacentes para a criação desse espaço e como ele se encaixa em um sistema mais amplo de produção do espaço urbano. Além disso, é importante envolver a comunidade no processo de planejamento, garantindo que suas necessidades sejam incorporadas ao projeto. Isso ajuda a garantir que os espaços criados atendam verdadeiramente às necessidades e aspirações das pessoas que os utilizarão (Netto, 2002).

Os espaços livres possuem uma função social que se fundamenta em permitir a reunião de pessoas e cabe ao arquiteto a estruturação desses espaços de modo a integrar vários elementos. É necessário projetar espaços públicos fazendo com que a comunidade se sinta responsável por eles, fazendo com que a sociedade crie um sentimento de identificação e pertencimento. É importante entender como as pessoas que utilizam determinado espaço percebem o local e o que sentem ao permanecer nele para assim compreender de que modo esse espaço influencia nas sensações e comportamento desses indivíduos (Netto, 2002).

Intervir na paisagem urbana através de elementos arquitetônicos, mobiliário urbano e elementos naturais é uma abordagem poderosa para criar espaços que inspirem diferentes sensações e percepções nos usuários. A união entre sensações e percepções é um conceito poderoso na arquitetura, pois permite aos arquitetos criar espaços que vão além da função puramente utilitária e buscam despertar emoções e experiências significativas nos usuários. A percepção humana é realmente ativada pelos ambientes e objetos ao nosso redor, nossos sentidos desempenham um papel fundamental nesse processo (Alcantara; Araújo; Rheingantz, 2004).

Os espaços públicos são locais de encontro e interação, onde pessoas de diferentes origens, idades e status social se encontram e participam da vida urbana. Os espaços públicos são cada vez mais plurifuncionais, o que significa que eles servem a uma variedade de propósitos e atividades, tornando difícil prever com precisão como serão usados. Essa multiplicidade de usos reflete a diversidade e a complexidade da vida urbana contemporânea. Portanto, ao valorizar e promover os espaços públicos, estamos fortalecendo não apenas o tecido urbano, mas também os laços sociais e a coesão comunitária, criando assim cidades mais vibrantes, inclusivas e democráticas (Souza, 2022).

A falta de interesse e investimento nas áreas periféricas e bairros mais pobres muitas vezes resulta em espaços públicos precários, mal conservados e de baixa qualidade, o que pode afetar profundamente o sentimento de pertencimento e identidade dessas comunidades em relação à sua própria cidade. Ao estender a qualidade do projeto a toda dimensão urbana e a todos os cidadãos, podemos criar cidades mais justas, inclusivas e habitáveis, onde todos sintam que realmente pertencem e contribuem para o desenvolvimento coletivo. Isso não apenas melhora a qualidade de vida das pessoas, mas também fortalece o tecido social e promove uma cultura de cidadania e participação ativa (Carvalho; Fridman; Strauch, 2019).

Os espaços públicos desempenham um papel crucial na vida urbana e, como tal, devem ser considerados uma das prioridades dos governantes municipais. Eles são locais onde as pessoas se reúnem, interagem e participam da vida comunitária, influenciando diretamente a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos (Pippi; Lautert, 2019).

Os espaços públicos têm poder. Não é apenas o número de pessoas que os usam, mas o número ainda maior de pessoas que se sentem melhor na sua cidade só por saber que estão nela. Espaços públicos podem mudar como você vive em uma cidade, o que você sente da cidade, se escolhe uma cidade em vez de outra, e o espaço público é uma das razões mais importantes para ficar em uma cidade. Acredito que uma cidade de sucesso é como uma festa incrível. As pessoas ficam nela porque estão se divertindo (Burden, 2014).

O cuidado e a preocupação com o espaço público refletem um desejo comum por cidades melhores, onde os cidadãos são priorizados e seus interesses são considerados fundamentais. Zelar pelo bem-estar das pessoas na cidade é essencial para criar comunidades mais vibrantes, seguras, sustentáveis e saudáveis (Abrahão, 2011).

A qualidade do ambiente físico dos espaços públicos tem um impacto significativo na quantidade e na variedade de atividades realizadas nesses locais. As atividades desenvolvidas nos espaços públicos abertos podem ser categorizadas como necessárias, opcionais e sociais. Se o ambiente físico possui uma alta qualidade, as atividades opcionais e sociais serão realizadas naturalmente em maior número (Dias; Esteves, 2017).

Muitas vezes, as cidades podem parecer visualmente impressionantes, com seus edifícios, shoppings e casas iluminadas. No entanto, por trás dessa aparente beleza, a falta de áreas de convivência e recreação em espaços públicos pode ter um impacto significativo na qualidade de vida e na forma urbana da cidade. A precariedade, a depredação, a falta de investimento público e o planejamento deficiente são questões que afetam significativamente a qualidade e a segurança dos espaços públicos, prejudicando a experiência urbana dos cidadãos e a qualidade de vida como um todo (Jacobs, 2011).

Cada cidade é única, com suas próprias características, necessidades e desafios específicos. Portanto, é essencial realizar um estudo individualizado para cada cidade, a fim de desenvolver soluções urbanas que atendam às demandas e promovam o bem-estar de seus habitantes. Ao planejar o desenvolvimento urbano, é crucial considerar uma série de fatores, incluindo a densidade populacional, a distribuição demográfica, as atividades econômicas, o transporte, o meio ambiente e a cultura local. Essa análise detalhada permite identificar as principais demandas e prioridades da comunidade, orientando o planejamento de espaços públicos, comerciais e urbanos (Jacobs, 2011).

As pessoas desempenham um papel fundamental na criação de cidades mais convidativas e seguras, tanto em termos de segurança percebida quanto vivenciada. Consolidar o pensamento coletivo de ocupar praças e parques é uma estratégia poderosa para criar uma cidade mais vibrante, segura e inclusiva. Quando as pessoas se reúnem em espaços públicos, como praças e parques, elas não apenas promovem um senso de comunidade e pertencimento, mas também ativam esses lugares como centros de atividades sociais, culturais e políticas. É importante que os profissionais de arquitetura, urbanismo e paisagismo considerem a multifuncionalidade dos espaços públicos ao projetá-los. Isso significa criar espaços flexíveis e adaptáveis, que possam acomodar uma variedade de atividades e eventos ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, é essencial garantir que esses espaços sejam projetados de maneira interessante e convidativa, com elementos que incentivem as pessoas a se envolverem e interagirem com o ambiente ao seu redor (Gehl, 2013).

A valorização da escala humana nos espaços urbanos é uma ideia fundamental para a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos. Ao considerar a escala humana em todos os níveis de projeto urbano, desde o planejamento até a implementação, podemos criar cidades mais habitáveis, inclusivas e centradas nas necessidades e aspirações de seus habitantes. Uma abordagem voltada para as pessoas no planejamento urbano é essencial para construir uma cidade verdadeiramente "de pessoas para pessoas" (Gehl, 2013).

A qualidade ao nível dos olhos é um aspecto essencial para garantir que os espaços públicos sejam agradáveis, funcionais e acolhedores para os usuários. Grandes distâncias a serem percorridas a pé, vazios excessivos e detalhes acima do nível dos olhos podem não atender à escala humana. O térreo desempenha um papel crucial na articulação das relações entre os cidadãos e a cidade. Ao projetar e revitalizar os espaços urbanos, é importante priorizar o desenvolvimento do térreo como um ambiente convidativo, inclusivo e enriquecedor, que promova uma melhor qualidade de vida e experiência urbana para todos. Os elementos das praças desempenham um

papel fundamental na promoção da relação entre os cidadãos e a cidade, especialmente porque estão localizados no nível dos pedestres (Silva; Oliveira; Malfitano, 2019).

O planejamento urbano é um sistema complexo, que deve considerar a cidade com o todo, contudo deve se atentar aos detalhes e aos elementos mais próximos do usuário. O equilíbrio entre uma visão abrangente do planejamento urbano e uma atenção cuidadosa aos detalhes é essencial para criar cidades que sejam funcionais e inclusivas para todos os seus habitantes. Considerar as necessidades básicas de interação social é fundamental no planejamento urbano, e isso se reflete nos detalhes dos locais de estar, descanso e passagem. Proporcionar áreas de estar e permanência qualificadas em espaços públicos é essencial para promover a sociabilização e a interação entre os usuários. Ao harmonizar o espaço urbano com os sentidos humanos e criar áreas de estar e permanência que ofereçam diversas possibilidades de interação, o planejamento urbano pode promover uma maior sociabilização e vitalidade nos espaços públicos (Gehl, 2013).

O planejamento urbano envolve uma ampla gama de aspectos que os arquitetos devem considerar para criar espaços públicos convidativos e atrativos. Criar espaços públicos convidativos é essencial para estimular a ocupação natural desses locais pela comunidade. Ao projetar elementos que tornem os espaços públicos atraentes e agradáveis, as pessoas são naturalmente incentivadas a utilizá-los e desfrutar de suas funcionalidades. Essa abordagem leva em consideração o conceito de "ativadores urbanos", que são elementos ou características dos espaços urbanos que incentivam a atividade e interação entre as pessoas (Pippi; Lautert, 2019).

Antes de iniciar qualquer projeto de espaço livre urbano, é fundamental realizar um estudo detalhado sobre o funcionamento e dinâmica do local. Esse estudo prévio permite compreender as características únicas do espaço, as necessidades e desejos da comunidade local e as questões específicas que precisam ser abordadas no projeto. Portanto, diretrizes de projeto que levem em consideração um estudo prévio abrangente são essenciais para garantir que os espaços livres urbanos atendam às necessidades da comunidade. Considerar os detalhes relacionados à escala humana é essencial para criar espaços urbanos que promovam interações sociais naturais e sejam atrativos para os cidadãos pessoas (Pippi; Lautert, 2019).

A arquitetura desempenha um papel fundamental não apenas na criação de espaços físicos, mas também na formação cultural, social e identitária das pessoas e comunidades. Ao reconhecer e valorizar a responsabilidade educacional da arquitetura, é possível promover uma maior consciência cultural, social e ambiental entre as pessoas, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva. A educação por meio da arquitetura possibilita a compreensão cultural e a construção do indivíduo em relação a sua identidade e pertencimento (Gehl, 2013).

A arquitetura e o planejamento urbano têm o potencial de se tornarem agentes educadores, tanto pela forma como moldam o ambiente construído quanto pela maneira como são utilizados como ferramentas de aprendizado e reflexão. Portanto, a arquitetura e a organização espacial da cidade têm o potencial de se tornarem ferramentas educativas, contribuindo para uma maior consciência cultural, social, ambiental e cívica entre as pessoas e comunidades (Lorentz, 2016).

Observa-se a importância da arquitetura para além das técnicas construtivas, ela possui responsabilidade maior dentro da sociedade. A educação por meio da arquitetura possibilita a compreensão sociocultural e a construção do sujeito em relação a sua identidade e pertencimento (Elali, 1997).

A problemática dos espaços públicos das cidades brasileiras como um todo traz questões recorrentes, como a percepção constante de insegurança e falta de manutenção do patrimônio público, o que resulta na baixa utilização desses espaços. A revitalização de espaços públicos pode desempenhar um papel crucial na mitigação dos desafios enfrentados pelos espaços urbanos, como

a sensação de insegurança e a baixa utilização. Os projetos de revitalização de espaços públicos têm o potencial de transformar áreas subutilizadas ou degradadas em locais inclusivos que atendam às necessidades e aspirações das comunidades locais (Pippi; Lautert, 2019).

A realização de estudos prévios com a participação ativa da população local e dos profissionais de arquitetura é fundamental para o sucesso de projetos de revitalização de espaços públicos. O envolvimento da população e de arquitetos desde as fases iniciais de planejamento é essencial para o desenvolvimento de espaços públicos que atendam verdadeiramente às necessidades e aspirações das comunidades locais. Essa abordagem colaborativa pode resultar em ambientes urbanos mais dinâmicos, inclusivos e seguros para todos (Gehl, 2013).

Considerações finais

O estudo analisou como a arquitetura pode qualificar e revitalizar espaços públicos habitáveis para estimular novas formas de sociabilidade urbana. Observou-se como as dinâmicas sociais contemporâneas, influenciadas pela urbanização acelerada, pela globalização e pelas inovações tecnológicas, afetam profundamente a configuração dos espaços públicos. O impacto das tecnologias e da conectividade digital, por exemplo, transforma as formas de interação entre as pessoas, tanto nos espaços físicos quanto no mundo virtual. O uso de redes sociais e plataformas digitais oferece novas formas de engajamento cívico e de participação nos processos urbanos, mas também expõe desafios significativos relacionados à exclusão digital, ao isolamento social e à fragilização das relações face a face. Assim, o design arquitetônico e urbano tem a responsabilidade de minimizar essas disparidades, criando espaços que favoreçam a convivência humana real e presencial, ao mesmo tempo em que possibilitam o acesso às novas tecnologias de maneira inclusiva.

A arquitetura, quando utilizada como um instrumento de transformação do espaço público, deve garantir a inclusão e a representatividade de todas as camadas sociais. Neste contexto, elementos como a acessibilidade, o conforto térmico e climático, o design estético e a integração com a natureza se apresentam como pilares fundamentais. O estudo demonstrou que a criação de espaços que contemplem essas dimensões não é apenas uma resposta às exigências urbanísticas, mas também uma forma de garantir a qualidade de vida para todos os habitantes das cidades. A arquitetura, por meio de soluções inovadoras, pode ainda otimizar a convivência social, criando espaços públicos que proporcionem tanto momentos de lazer quanto de reflexão coletiva.

Além disso, evidencia-se que políticas públicas integradas e processos participativos são imprescindíveis para que os espaços públicos possam cumprir plenamente o seu papel social. A aplicação das ideias discutidas oferece elementos para que arquitetos, urbanistas e gestores possam atuar na formulação de projetos mais inclusivos. Quando adotadas, tais diretrizes, torna-se possível o enfrentamento dos desafios da mercantilização do espaço, da percepção da insegurança e da fragmentação social, fortalecendo o pertencimento comunitário e a coesão social.

Aponta-se que o estudo apresenta limitações, relacionadas ao seu caráter bibliográfico e descritivo. Sugere-se que pesquisas futuras possam aprofundar a análise aqui apresentada a partir de estudos de caso, acompanhamento a implementação de projetos de revitalização e a participação cidadã em contextos urbanos distintos. Espera-se que esse tipo de investigação empírica possa validar e expandir as propostas apresentadas, de maneira a reforçar a compreensão de que a arquitetura pode contribuir para a construção de cidades mais justas, acolhedoras e democráticas.

Referências

ABRAHÃO, Sergio. Espaço público na São Paulo do século XXI: Perspectivas. **arq.urb**, n. 6, p. 73–90, 2011. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/305>. Acesso em: 22 abr. 2024.

- ALCANTARA, Denise de; ARAÚJO, Monica Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. Os sentidos humanos e a construção do lugar: em busca do caminho do meio para o desenho universal. In: Seminário Acessibilidade no Cotidiano (CD-Rom), **Anais**, Rio de Janeiro, 2004, . Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=jO6h4qwAAAAJ&citation_for_view=jO6h4qwAAAAJ:IjCSPb-OG4C. Acesso em: 22 abr. 2024.
- ALVES, Alceli Ribeiro; BRANDENBURG, Elena Justen. **Cidades Educadoras**: um olhar acerca da cidade que educa. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. **População, espaço e gestão na metrópole**: Novas configurações, velhas desigualdades. 1ed. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2003.
- BURDEN, Amanda. **Como os espaços públicos fazem as cidades funcionarem**. 2014. Palestra ministrada no TED em mar. 2014. Disponível em https://www.ted.com/talks/amanda_burden_how_public_spaces_make_cities_work. Acesso em: 21 abr. 2024.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Edusp, 2000.
- CARVALHO, Camila; FRIDMAN, Fania; STRAUCH, Julia. Desigualdade, escala e políticas públicas: uma análise espacial dos equipamentos públicos nas favelas cariocas. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/jKnRbycQSskfHcnFyntN4ki/?lang=pt#>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. **Espaço público e sociabilidade urbana**: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p.122. 2013.
- DIAS, Marina Simone; ESTEVES, Milton. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 39, p. 635–663, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/QmYsNQG4LwkY5zNqCVtZg9n/#>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 2, n. 2, p. 349–362, jul. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/gJBMZCtYWS6spmQfbWgqsMx/?lang=pt#>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- LORENTZ, Rafael De Conti. A arquitetura como ferramenta de construção da cidadania. In: II Congresso Internacional Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura: Protagonismo Responsável. **Anais**. São João del-Rei: SEER/OJS, 2016. p. 99-110. Disponível em: <https://reciprocidade.emnuvens.com.br/novapedagogia/article/view/145/171>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- MOLL, Jaqueline. Pela utopia de cidades educadoras: por um mundo onde todos tenham lugar. **Àgora**, v.6, n. 11, p. 27-38, 2019. Disponível em: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/kultur/article/view/3777>. Acesso em 12 abr. 2023.
- NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**: princípios, normas e prescrições sobre construções, instalações, distribuições e programas de necessidades, dimensões de edifícios, locais e utensílios. 18. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

- NETTO, J. Teixeira Coelho. **A construção do sentido na arquitetura**. 5 ed. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2002.
- PAULO, Fernanda dos Santos; COSTA, Daianny Madalena. Educação Popular: articulações entre Paulo Freire, gestão democrática e Cidades Educadoras. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 36, p. 737–755, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1597>. Acesso em: 5 out. 2023.
- PIPPI, Luis Guilherme Aita; LAUTERT, Alice Rodrigues. Praças como espaços públicos relevantes: Conceitos pertinentes ao projeto. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 4, n. 1, p. 112–124, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/revprojetar/article/view/16796>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. 3. Ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- SERPA, Angelo. Apropriação social versus requalificação dos parques e praças na capital baiana. In: ESTEVES JUNIOR, Milton; URIARTE, Ury Montoya (orgs.). **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador, EDUFBA, 2003.
- SEVERINI, Valéria Ferraz; NUNES, Gabriela Parreira. **Arquitetura hostil: cidade para quem?** Cadernos CERU, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 76-95, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/207099>. Acesso em: 5 out. 2023.
- SILVA, Marina Jorge da; OLIVEIRA, Marina Leandrini; MALFITANO, Ana Paula Serrata. O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 438–447, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/4TLCBnDqHt7g5x5Vh7RCxQf/?lang=pt#>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- SOUZA, Andre Felix de. Sociabilidade pública: interação social e espaços públicos. **GEOUSP**, v. 26, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/hYvckPL6YppLYndGhjn9grh/#>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- SOUZA, M. L. de . **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- Enviado em 31/12/2025
- Avaliado em 15/02/2026

ARQUITETURA E ESPAÇO PÚBLICO HABITÁVEL: CONCEPÇÕES E INFLUÊNCIAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Giovana Smolski Driemeier¹⁸

Grace Kelly Vier¹⁹

Sandra Vidal Nogueira²⁰

Resumo

Atualmente, vem se levantando discussões acerca do espaço público habitável e sua relevância nas relações sociais contemporâneas. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é compreender como a arquitetura concebe o conceito de espaço público habitável e a influência deste nas relações sociais contemporâneas. Para tanto, empregou-se uma metodologia qualitativa, do tipo revisão teórica e crítica bibliográfica, baseada em autores clássicos e contemporâneos da arquitetura, urbanismo e das ciências sociais. Os resultados demonstraram a distinção entre “lugar” e “não-lugar”, demonstrando que a apropriação cotidiana oferece significado ao espaço urbano. Além disso, é perceptível que as facetas da mercantilização, a fragmentação do espaço e a sensação de insegurança, enfraquecem a esfera pública, limitando a convivência social. Por outro lado, planejamentos como as apropriações efêmeras dos ambientes, a arquitetura participativa e o uso de tecnologias interativas favorecem a concepção de espaços dinâmicos e inclusivos. Considerando isso, conclui-se que a força do espaço público é correlacionada a sua capacidade de estimular encontros, diversidade e coesão social, elementos essenciais para cidades mais democráticas e humanas.

Palavras-chave: Espaço público, arquitetura, sociabilidade urbana.

Abstract

Currently, discussions are emerging about habitable public space and its relevance in contemporary social relations. Therefore, the objective of this article is to understand how architecture conceives the concept of habitable public space and its influence on contemporary social relations. To this end, a qualitative methodology was employed, including a theoretical review and critical bibliography, based on classical and contemporary authors in architecture, urbanism, and the social sciences. The results demonstrated the distinction between "place" and "non-place," demonstrating that everyday appropriation gives meaning to urban space. Furthermore, it is clear that the facets of commodification, the fragmentation of space, and the feeling of insecurity weaken the public sphere, limiting social interaction. On the other hand, planning approaches such as ephemeral appropriations of environments, participatory architecture, and the use of interactive technologies favor the design of dynamic and inclusive spaces. Considering this, it can be concluded that the strength of public spaces is correlated with their ability to foster encounters, diversity, and social cohesion, essential elements for more democratic and humane cities.

Keywords: Public space, architecture, urban sociability.

¹⁸ Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Especialista em Psicanálise Infantil (FAAL). Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista Demanda Social da CAPES.

¹⁹ Arquiteta pelo Centro Universitário Avantis (UNIAVAN). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Graduada em Engenharia Civil (UFFS).

²⁰ Pedagoga pela Faculdade de Educação Campos Salles (FECS). Mestre e Doutora em Educação Supervisão e Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutorado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

Introdução

O debate sobre o espaço público tem adquirido novos contornos com o advento da contemporaneidade. Este, pode assumir diferentes conceitos dependendo do contexto e da relação com a cidade no decorrer da história, configurando sua inserção na malha urbana, de forma conceitual e estrutural. Um espaço pode simultaneamente, durante o tempo, adotar atributos de mercado, de espaço político e mais além ser um espaço contemplativo, podendo sofrer alterações por meio do tempo traduzindo a contextualização social, política, cultural e urbanística característica de determinado período. Desse modo, o espaço público pode ser definido como importante marca urbana podendo apresentar, por meio de suas transformações, a leitura histórica de uma cidade (Daroda, 2012).

O espaço público é um elemento inerente ao espaço urbano. Juntamente com a arquitetura e a natureza, ruas, praças e parques compõe uma parte da imagem da cidade. O ambiente edificado no espaço urbano é uma representação da cultura, economia e dos valores de um lugar, é um fragmento da identidade e da imagem urbana. O espaço público pode ter função transformadora no funcionamento das cidades, pode ser entendido como um espaço de integração e ter importante condição de expressão e individualidade dentro de um ambiente diversificado (Gomes, 2002).

Para que um espaço público possa ser considerado habitável, a disposição do espaço precisará ter em conta as necessidades de acessibilidade, cuidado, saúde, convívio, segurança, esparcimento e conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. As cidades deverão estimular a instalação de áreas ar livre que fomentem o contato com a natureza e promovam o relacionamento social. A transformação de uma cidade deve ser presidida pela harmonia entre as novas necessidades, a sustentabilidade e a preservação de edifícios e símbolos que remetem ao seu passado e existência (AICE, 2020).

São os espaços livres da cidade que possibilitam a convivência entre as pessoas, o ambiente natural e edificado, proporcionando locais de encontro e um meio de comunicação que reflete a diversidade social da cidade. Desta forma, os espaços públicos permitem que as pessoas possam usufruir a cidade por meio das experiências sociais e por conseguinte um melhor uso do ambiente em que habitam (Jacobs, 2000).

Considerando isso, o objetivo do presente artigo é compreender como a arquitetura concebe o conceito de espaço público habitável e a influência deste nas relações sociais contemporâneas. Para tanto, empregou-se uma metodologia qualitativa, do tipo revisão teórica e crítica da bibliografia especializada já publicada.

A compreensão da arquitetura acerca do conceito de espaço público habitável

Para Marc Augé (1994) o termo “espaço” é mais subjetivo que “lugar”, já que se aplica indiferentemente a uma extensão, ou a uma grandeza temporal; enquanto lugar é particular, relativo e histórico. O lugar caracteriza-se pela valorização das relações de afetividade entre os indivíduos e o ambiente. O lugar se mostra mais amplo quando comparado com o sentido geográfico de localização, sendo um produto da experiência humana. O espaço, hoje cada vez mais privativo e menos público, extingue conexões e relações sociais, indicando uma afinidade de contato com a cidade através de empecilhos, contribuindo assim, cada vez mais para a ausência da prática do espaço urbano. Esses espaços são caracterizados, segundo Augé (1994), como “não lugares”, ou seja, espaços vinculados a finalidades específicas, que excluem a possibilidade de encontro e de sociabilidade. Se um lugar pode se definir como identitário e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário e nem como histórico, definirá um não-lugar. A modernidade produz não-lugares, espaços que não são em si lugares antropológicos.

Sendo assim, “não-lugares” são espaços nos quais o indivíduo não produz afinidade ou conexões com o ambiente. Para Augé (1994), quem frequenta um “não-lugar” passa a ser como passageiro. A identidade e a individualidade são estabelecidas através de parâmetros convencionados impedindo a criação de identidades e relações sociais, a diferença entre lugares e não-lugares passa pela oposição do lugar ao espaço.

A ocupação define o espaço como lugar, ao contrário dos não-lugares, onde não há utilização, não há apropriações, sendo assim, não existe importância histórica ou cultural, sendo predicado do não-lugar a falta da rotina cotidiana, por meio das quais, o indivíduo forma a ligação com o espaço. Através da vivência o espaço se torna um lugar, passando a ter significado e memória. O dia a dia possibilita que os espaços sejam vivenciados (Jacobs, 2000).

Constantes alterações fazem parte da sociedade contemporânea na sua dinâmica, e essas transformam seus espaços e seus processos sociais. A cidade moderna apresenta mudanças a todo momento e demonstra a necessidade de ter espaços adequados que traduzam o comportamento e as necessidades dos seus usuários. Os espaços públicos precisam apresentar uma característica transformadora na dinâmica da multiplicidade tipológica e morfológica que a cidade possui. Nos espaços públicos existe a coexistência de informações diversas, compartilhadas e conectadas constituindo uma rede de relações sociais (Gomes, 2002).

O espaço público tem a sua paisagem formada pelo traçado das ruas, parques, praças e elementos de composição como fachadas, vegetações e espaços públicos sendo compreendido como um ambiente ininterrupto. Um componente fundamental na leitura da cidade é o traçado das ruas, que está ligado ao seu desenvolvimento, é através delas que ocorre a mobilidade e deslocamento dos usuários. A rua não é exclusivamente um trajeto funcional, mas também um percurso que evidencia a disparidade social de uma cidade e oportuniza experiências no espaço urbano. A rua permite diferentes formas de uso, desde uma via de acesso e circulação de veículos até uma extensão das nossas casas, a rua conecta a cidade ao mesmo tempo em que representa história e a cultura do local (Lynch, 2007).

A praça na qualidade de espaço público é um local de significativo valor histórico, cultural e de convívio social, são espaços elementares na configuração urbana e compõem um importante espaço público da história das cidades. Considerando a praça como um lugar de encontro e de sociabilidade, historicamente é palco de manifestações, considerada como espaço simbólico e lugar de memória é consequência da integração entre morfologia e apropriação. Compreende formas espaciais que caracterizam a organização do espaço urbano constituindo importantes referenciais urbanos que revelam a necessidade de se ter em meio à cidade um espaço comum de socialização (Jacobs, 2000).

O espaço público, ao longo do tempo, vai sendo entendido de acordo com a estrutura existente no período e com os interesses predominantes nessa estrutura. O espaço está sempre relacionado a configuração espacial, ao poder e as relações sociais. Na Antiguidade o espaço público esteve mais associado ao poder, já na Idade Média o espaço público foi o local das relações sociais e a partir do renascimento verificou-se uma maior relevância no papel desses espaços na configuração espacial. Com seus múltiplos significados a praça sempre representou o espaço de maior vivacidade urbana. Considerados espaços representativos, atuando como marco visual e como ponto focal na organização espacial da cidade. As praças representam nós de confluência social e são espaços essenciais ao cotidiano da cidade. Assim, precisamos pensar a praça, não como objeto isolado, mas como um elemento intrínseco à cidade (Lynch, 1997).

Os espaços públicos são cenários da cidade e parte da sua paisagem, possuem significado por seu uso e função que desempenham na sociedade e pela relação que estabelecem com a cidade. Praça, ruas, parques são espaços elementares para a prática do espaço urbano, para a experimentação da cidade e para a construção de significados coletivos (Jacobs, 2000).

O meio urbano está e sempre esteve em constante transformação, porém com o aparecimento de novas ocupações produtivas e financeiras, levou a modificações significativas no funcionamento, na noção de tempo e na malha territorial dos centros urbanos, transformando conceitos e criando novos contextos. A cidade é um espaço construído através de processos históricos, que transformam o contexto urbano e atualizam o próprio conceito de cidade (Cerqueira, 2013).

Os espaços públicos urbanos se formam e se modificam a partir do uso cotidiano, retratam modificações decorrentes de processos sociais, políticos e econômicos, as novas atividades, provocadas por esses processos, determinam novas formas de vivenciar o espaço público. A conservação do desenho da cidade, a organização do espaço e a paisagem urbana são conceitos elementares no resgate e preservação da memória e da história da cidade. Sendo assim, os espaços públicos, são capazes de preservar o desenho urbano, garantindo a interação entre os usuários e resgatando valores sociais em uma sociedade quase virtual (Jacobs, 2000).

O contexto urbano contemporâneo requer uma adaptação territorial baseada na noção de mutabilidade e na ideia de pluralidade. O cotidiano acontece em um mundo plural, com liberdade de escolha e fácil acesso à informação. Assim sendo, é imprescindível que o espaço público integre novos aspectos, seja qualificado de forma que forneça a interação e facilite relações sociais, recuperando valores em uma cidade fragmentada. No contexto contemporâneo, os espaços livres públicos da cidade têm novas necessidades e novos espaços precisam ser criados e recriados, para suprir as exigências e necessidades da cidade atual. Além dos novos espaços, os espaços existentes precisam ser transformados, recriados e adaptados, para atender as atuais necessidades dos usuários, com a intenção de gerar lugares para integração e que auxiliem na melhoria da qualidade de vida da população que faz uso desses espaços (Cerqueira, 2013).

Diferentes formas constituem os espaços públicos de uma cidade, múltiplos fatores influenciam no seu uso, e consequentemente no convívio e nas interações que acontecem no espaço. Perspectivas ligadas ao perfil dos usuários, assim como aspectos físicos do espaço, refletem diretamente no uso do espaço, ao passo que o próprio aproveitamento é um dos fatores que influencia a apropriação destes espaços (Lynch, 2007).

O desempenho dos espaços está ligado a forma espacial da cidade. Algumas propriedades básicas determinam a existência de um adequado sistema de espaços abertos públicos, esses aspectos se desenvolvem a partir de conceitos de continuidade, conexão e abertura, como funcionalidade, sentido, a maneira pela qual o espaço pode ser percebido e mentalmente diferenciado através da sua estrutura, transparência, legibilidade, congruência e significado, adaptação às atividades que se propõe a realizar (Lynch, 2007).

Os espaços públicos livres são os cenários da vida e neles são realizadas diferentes atividades do cotidiano das pessoas, como circulação, convivência, entretenimento, interação ou somente observação do desenrolar da vida nesses espaços. São essas manifestações que originam o uso e as formas de ocupação dos espaços públicos e por conseguinte, da cidade. Alguns elementos físicos colaboram para que um lugar possa ser agradável, o que favorece o uso do espaço. Elementos como local para sentar, comércio de alimentos e bebidas, sombra, circulação de pessoas, – atividades que propiciem interações sociais (Lynch, 1997).

Os espaços públicos mais bem-sucedidos são aqueles que oferecem flexibilidade e oportunidades para os usuários se apropriarem e personalizarem o ambiente de acordo com suas necessidades e interesses. Ao projetar espaços públicos com elementos que permitam a transformação e a apropriação pelos usuários, os arquitetos podem criar ambientes mais dinâmicos, inclusivos e vibrantes que atendam verdadeiramente às necessidades e aspirações das comunidades locais. Essa abordagem colaborativa e participativa é fundamental para o desenvolvimento de espaços públicos que sejam verdadeiramente significativos e valorizados pelos usuários (Gehl; Gemzoe, 2002).

A abordagem de apropriações efêmeras nos espaços públicos urbanos é fundamental para criar ambientes dinâmicos e inclusivos que respondam às necessidades e interesses em constante mudança da comunidade. No geral, as apropriações efêmeras nos espaços públicos urbanos têm o potencial de transformar e enriquecer o tecido urbano, oferecendo oportunidades para a expressão criativa, a interação social e a renovação contínua do ambiente urbano. Ao integrar essas intervenções temporárias ao planejamento urbano, as cidades podem criar ambientes mais vibrantes, inclusivos e dinâmicos para todos os seus habitantes (Gehl; Gemzoe, 2002).

A abordagem do efêmero no espaço público é fascinante e ressoa com a natureza dinâmica das sociedades contemporâneas. A arquitetura efêmera, que se destaca pela sua temporariedade e adaptabilidade, pode desempenhar um papel crucial na criação de espaços urbanos que sejam flexíveis e receptivos às necessidades em constante evolução das comunidades. Ao criar instalações ou estruturas temporárias no espaço público, os planejadores urbanos e arquitetos podem proporcionar novas experiências e oportunidades de interação para os cidadãos. Esses espaços efêmeros têm a capacidade de catalisar mudanças nos padrões de uso e movimento, revitalizando áreas subutilizadas e promovendo a vitalidade urbana. Além disso, a natureza temporária dessas intervenções permite que sejam experimentadas e adaptadas ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas preferências e necessidades da comunidade. Isso cria uma dinâmica de constante renovação e reinvenção do espaço público, incentivando a participação cidadã e o engajamento com o ambiente urbano. Portanto, através da arquitetura efêmera podemos criar espaços públicos mais inclusivos, vibrantes e adaptáveis, que refletem verdadeiramente as necessidades e aspirações das comunidades que eles servem (Souza, 2022).

A integração de elementos interativos mediados por tecnologias no espaço urbano é uma tendência cada vez mais relevante e promissora (Daroda, 2012). Essa abordagem reconhece o impacto das tecnologias na forma como percebemos e interagimos com o ambiente urbano. Essas tecnologias podem fornecer informações contextuais, facilitar a comunicação e a colaboração entre os cidadãos, e até mesmo permitir que os usuários influenciem ativamente o design e a funcionalidade do espaço público. Além disso, a capacidade de mutabilidade e adaptação do espaço público, possibilitada pela integração de elementos interativos, permite que os usuários se sintam mais conectados e empoderados em relação ao ambiente urbano. Eles não apenas fazem parte do espaço, mas também têm a oportunidade de contribuir para sua transformação e evolução por meio de suas interações e experimentações.

A presença de pessoas em espaços públicos não só incentiva o uso contínuo desses espaços, mas também cria um ambiente mais seguro, vibrante e acolhedor para todos os usuários. A interação entre diferentes grupos de pessoas, envolvidas em diversas atividades, enriquece a dinâmica do espaço público e contribui para uma maior sensação de pertencimento e identidade comunitária. Os espaços urbanos com uso misto ou integrado são especialmente propícios para promover a interação entre os cidadãos, já que combinam uma variedade de funções, como residências, serviços, comércio, lazer e cultura, em uma mesma área. Isso cria oportunidades para encontros casuais, trocas culturais e colaboração entre os residentes e visitantes, enriquecendo a experiência urbana e fortalecendo os laços sociais. Portanto, promover a diversidade de usos e atividades nos espaços públicos é essencial para criar cidades mais inclusivas, dinâmicas e humanas.

Ao reconhecer e valorizar a multiplicidade de interesses e necessidades das comunidades urbanas, podemos projetar e gerenciar espaços públicos que atendam verdadeiramente às demandas e aspirações dos cidadãos (Jacobs, 2000).

O espaço público e a influência das relações sociais na contemporaneidade

As relações entre o espaço público e o espaço privado desempenham um papel fundamental na dinâmica social e urbana de uma cidade. Ao promover uma integração saudável entre esses dois domínios, os planejadores urbanos podem ajudar a criar ambientes urbanos que atendam às necessidades e aspirações de todos os seus habitantes (Cerqueira, 2013).

As práticas contemporâneas de agregação social atuam como suporte para uma reformulação no modo como as pessoas estabelecem relações interpessoais. Atualmente o espaço virtual faz parte do cotidiano das pessoas, isso não alterou somente a natureza do espaço, mas ampliou também o sentido de presença, constituindo um novo campo para experiências (Daroda, 2012).

As atividades, as habitações, o deslocamento, o trabalho e o lazer são razões que determinam a relação do cidadão com a estrutura urbana. Essa estrutura sofre constantes modificações, em ritmo cada vez mais apressado, é possível notar essas transformações pelo comportamento, pelas novas formas de habitar, pelas necessidades do dia a dia dos cidadãos, assim como na forma com que o espaço urbano é perpetrado por esse novo perfil de usuário (Daroda, 2012).

Para Bauman (2000) o esvaziamento do espaço público pode provocar uma extenuação do indivíduo, limitando seus direitos, especialmente, nas tomadas de decisão. Situação que demonstra a crescente fragilidade da esfera pública e a ausência do domínio público, o espaço público deixa de desempenhar sua função de local de encontro e diálogo sobre problemas privados e questões públicas.

A fragilidade da relação entre os espaços públicos e privados pode ter uma série de consequências negativas para a vida urbana, afetando a segurança, coesão social, identidade cultural e inclusão urbana. O processo de apropriação da cidade que se vive nos dias atuais sofre uma profunda interferência do cenário urbano vivido na contemporaneidade que, tem a urgência como característica significativa. É essencial que os planejadores urbanos e as autoridades municipais adotem abordagens integradas e inclusivas para promover uma relação mais saudável e equilibrada entre esses dois domínios, visando garantir espaços públicos seguros, acessíveis e acolhedores para todos os cidadãos (Cerqueira, 2013).

No estudo da conexão entre espaço público e as relações sociais urbanas é preciso levar em consideração que muitos fatores influenciam na formação dessas relações. Uma dessas influências é uma manifestação característica dos centros urbanos, onde fica visível a diferença na ocupação de determinadas áreas em conformidade com o poder aquisitivo de quem as ocupa. Há diferentes estruturações dos espaços públicos em áreas de condomínios de alto padrão, de bairros residenciais da classe média e de área de menor poder aquisitivo. Fica evidenciado nos espaços públicos que essa distinção espacial e organizacional vem acompanhada por diferentes relações entre as pessoas e o espaço (Cerqueira, 2013).

As formas de uso dos espaços públicos diferem muito, quando levado em consideração a faixa de renda da população que os utiliza. Para analisar a urbanidade dos espaços públicos é preciso fazer uma diferenciação, ruas das áreas de favela diferem de ruas de bairro com maior poder aquisitivo, da mesma forma como a dinâmica social estabelecida nesses espaços é diferente. A disposição da urbanização dispersa, apresenta uma segregação socioespacial urbana. Essa dispersão

que vem ocorrendo nas áreas urbanas e alterando a forma como as cidades são estruturadas acaba gerando uma ocupação diferenciada (Reis Filho, 2007).

As favelas são áreas que apresentam uma identidade espacial específica, ao mesmo tempo em que fazem parte da sociedade como um todo. O desenvolvimento dessas áreas, com suas habitações precárias e carência de investimentos em infraestrutura, compreende um funcionamento característico em seus espaços públicos. As relações sociais das classes econômicas mais baixas tendem a ser mais interligadas, moradores próximos constituem uma rede de cooperação (Nunes, 2002).

Os espaços públicos existentes nas favelas são públicos e coletivos, público por serem de livre acesso e coletivos por darem suporte as atividades da comunidade. A configuração espacial se assemelha aos assentamentos espontâneos, como consequência do restabelecimento das relações sociais e apropriação do espaço público (Nunes, 2002).

O aumento nos índices de violência e as mudanças nos padrões de consumo vem influenciando alterações na configuração espacial urbana. A busca por espaços mais seguros é cada vez maior, locais como condomínios, ruas e bairros fechados. A busca por essa segurança o acaba fragmentando e tornando o espaço urbano descontínuo, o que limita o direito de circulação da população criando uma espécie de segregação socioespacial (Souza, 2022).

É importante destacar a relação entre espaço público e relações sociais. Os lugares que as pessoas frequentam na cidade não só revelam seu cotidiano, mas também refletem dinâmicas sociais mais amplas, como a forma como diferentes grupos interagem e se apropriam do espaço. Essa apropriação do espaço é crucial para a construção de identidade e sentido de pertencimento. Portanto, ao discutir a definição de lugar e a apropriação do espaço urbano, é importante considerar não apenas questões de segurança, mas também como essas decisões afetam a coesão social, a diversidade e a inclusão na cidade (Carlos, 2007).

A discussão sobre a definição do lugar permite delinear uma interseção entre o espaço público e a relações sociais, como forma de investigação sobre a apropriação desses espaços pela população. Os lugares que as pessoas frequentam na cidade revelam seu cotidiano e a sua forma de vida, através dela o homem se apropria do espaço e vai dando significado ao seu uso. Dessa forma, discutindo representação de lugar podemos visualizar maior conexão entre espaço público e sociabilidade urbana (Carlos, 2007).

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida (Carlos, 2007, p. 29).

Os espaços são formados em função de um período e de uma lógica que estabelece comportamentos, formas de uso, tempo e a duração do uso. Ser lugar depende da concepção de uma conexão, entre o usuário e o ambiente. Dessa forma, o espaço precisa ser vivenciado, experimentado, só assim é criado um vínculo para com ele (Carlos, 2007).

É possível estabelecer uma ligação entre os fatores que permitem a definição do lugar e aqueles que vêm influenciando a vivência nos espaços públicos atuais. Uma discussão que se faz necessária é sobre os motivos contemporâneos que influenciam na apropriação do espaço público, enfraquecendo o elo estabelecido ou dificultando que ele se forme. Ainda assim, é preciso levar em

conta a complexidade da cultura contemporânea para discuti-la compreendendo o atual cenário (Gehl; Gemzoe, 2002).

A cultura do lugar, como resultado da relação entre as pessoas e os espaços públicos urbanos, vem sendo influenciada pelas transformações vividas na contemporaneidade. O lugar se determina, como a identidade histórica que conecta o usuário ao local onde decorre a vida, mas cada vez mais a situação se vê influenciada pelas relações do lugar com um espaço mais amplo. Reflexo de um cenário globalizado, onde as fronteiras físicas são discutidas e reconstruídas pelos avanços tecnológicos (Augé, 1994).

A inserção da tecnologia no meio urbano está redefinindo não apenas o espaço físico, mas também as interações sociais e as dinâmicas culturais das cidades. Essa transformação é um fenômeno complexo e multifacetado que merece atenção e análise cuidadosa. No entanto, é importante reconhecer que a inserção da tecnologia no meio urbano também traz desafios e preocupações, como questões de privacidade, exclusão digital e desigualdade de acesso. Portanto, o debate sobre as novas espacialidades formadas pela tecnologia deve incluir considerações éticas, sociais e políticas, a fim de garantir que essas transformações beneficiem a todos os cidadãos e promovam cidades mais inclusivas, democráticas e sustentáveis (Daroda, 2012).

Segundo Bauman (2003), há lugares que utilizam o consumo como finalidade única e assim não promovem interação, lugares que tornam o habitante da cidade em consumidor. Nesses ambientes o consumo é o que importa e os encontros apenas atrapalham. Levando em conta essa categorização de Bauman, esses espaços atuam como inibidores da criação de vínculo.

A mercantilização altera a dinâmica de produção dos espaços públicos, intervindo na vida das pessoas, a sensação de insegurança vem esvaziando esses espaços públicos. Ser lugar depende da criação de uma conexão, entre a pessoa e o ambiente, os espaços precisam ser vivenciados. Por meio da experimentação do lugar acontece a relação com ele, e essa relação influenciará no vínculo do indivíduo com dado espaço, influenciando sua relação com toda a cidade, o que começa com o espaço indefinido transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e atribuímos valor (Bauman, 2011).

Para discutir espaço público na contemporaneidade é necessário mencionar a influência do consumo nesse cenário. A procura pela liberdade individual vêm agindo como legitimadora de ações e discursos, da mesma forma com o consumo. Na atual sociedade de consumo, o impulso de reproduzir o estilo de vida hoje proposto não é mais associado à imposição externa, mas uma comprovação da liberdade pessoal. A reprodução dessa dinâmica pode ser observada nos espaços públicos urbanos à medida que vemos seus usos se tornarem mais diferenciados ou com determinados direcionamentos, parques que tem seu uso vinculado a atividades comerciais, o que acaba selecionando as pessoas que o frequentam, praças com projetos que desconsideram o acesso universal e que segregam ao inibir veladamente o uso por esta ou aquela parcela da população. O consumo representa um problema para o espaço público urbano quando impõe barreiras ao convívio da diversidade, o que fere a construção social desses espaços (Bauman, 2011).

Estamos vivendo uma transformação significativa na dinâmica entre os espaços públicos e privados, onde o domínio do privado sobre o público está se tornando mais proeminente. A transformação dos espaços públicos em mercadoria e a apropriação do espaço privado de usos característicos do espaço público são questões que exigem uma reflexão crítica e ação coletiva para garantir que os espaços urbanos continuem a ser espaços de encontro, diversidade e democracia (Bauman, 2000).

A extenuação da esfera pública causa artificialismo nas relações sociais. As relações capitalistas foram incorporadas aos valores e costumes gerando uma alteração na percepção e apropriação do espaço público. O consumo determina projetos e formas no espaço e o lazer se transformou em consumo. Dessa forma, a distribuição dos espaços e sua apropriação, seguem uma lógica mercantilista e o espaço público se torna mercadoria para o consumo de poucos (Serpa, 2007).

No contexto da efemeridade e da constante mudança que caracterizam o mundo contemporâneo, a noção de "ter" como sinônimo de liberdade individual está sujeita a uma reavaliação. A liberdade individual não pode ser separada da liberdade compartilhada pela sociedade. Ambas estão interconectadas e são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e justa. A perda do sentido de comunidade pode abrir espaço para o egoísmo e a desconfiança, minando os valores de solidariedade, confiança e igualdade que são fundamentais para o funcionamento saudável de uma sociedade democrática e inclusiva (Bauman, 2011).

A sensação de insegurança nos espaços públicos é um reflexo direto desse enfraquecimento das relações sociais. Isso, por sua vez, mina a coesão social e a qualidade de vida tanto individual quanto coletiva. Portanto, é essencial promover espaços públicos seguros e inclusivos, onde as pessoas se sintam parte de uma comunidade e possam interagir livremente. Isso não apenas promove uma sensação de pertencimento e bem-estar, mas também fortalece os laços sociais e os valores democráticos que são essenciais para uma sociedade saudável e justa (Cerqueira, 2013).

A espacialização da criminalidade é importante para entender onde ocorrem mais transgressões, mas a percepção de segurança de uma pessoa pode ser influenciada por uma variedade de fatores. Uma pessoa pode classificar um lugar perigoso por diversas razões: intuição, condições ambientais favoráveis, falta de apoio social. Uma rua mal iluminada será evitada sempre que possível, assim como um parque com muitas barreiras visuais ou uma área deserta, sem movimento que possa ser considerado apoio social (Jacobs, 2000).

A sensação de insegurança nos espaços públicos altera a percepção que cada indivíduo tem do ambiente e interfere na dinâmica de apropriação desses espaços. O abandono dos espaços públicos ou a imposição de barreiras ou monitoramento nesses espaços acabam, por diminuir o uso. As relações passam a ser condicionadas pela convivência limitada e geram um isolamento social e o crescimento e continuidade do individualismo como as consequências desse cenário (Jacobs, 2000).

O enfraquecimento dos laços sociais e decorrente sensação de segurança contribui demasiadamente para a reprodução da interiorização da convivência. A valorização da individualidade, associada ao enfraquecimento dos laços sociais, são tendências determinantes da situação na qual se encontram as cidades atuais no que se refere a esse crescimento da sensação de insegurança. Evitar o outro traz uma falsa sensação de segurança e leva a uma segregação, influenciando as cidades a erguendo barreiras físicas, segregando as áreas e funções, formando espaços inseguros (Bauman, 2000).

As tendências de isolamento são um contraponto entre liberdade individual e vigilância social. Através da falta de confiança no outro e na solidariedade, perdemos não só a prática da solidariedade, mas a crença no seu valor e importância, característica essencial da sensação de insegurança atualmente compartilhada (Bauman, 2003).

O esvaziamento dos espaços públicos é uma das consequências das novas configurações urbanas, e isso tem profundas implicações nas interações sociais e na dinâmica das cidades. As mudanças são profundas nas interações pessoais e na relação indivíduo com o espaço. Essas

transformações no cotidiano das pessoas não afetam apenas o espaço público, mas a todo tipo de interação que a cidade permite, marcando cada vez mais as relações sociais (Cerqueira, 2013).

Espaços públicos na cidade contemporânea desempenham um papel fundamental na promoção da circulação, do lazer, do trabalho e de uma série de outras atividades que contribuem para a vitalidade e a coesão social das comunidades urbanas. A dinâmica dos espaços públicos é crucial para o desenvolvimento de vínculos sociais e para a construção de uma sensação de pertencimento e segurança entre os cidadãos. A relação dos espaços públicos com o consumo é um aspecto que precisa ser considerado (Cerqueira, 2013).

Embora o consumo desenfreado possa ser prejudicial, a diversificação das atividades e das ofertas nos espaços públicos pode contribuir para atrair uma maior diversidade de pessoas e para promover uma maior interação social (Bauman, 2011). Em relação à segurança, os espaços públicos desempenham um papel crucial na criação de uma sensação de proteção e apoio social. Quando os espaços são bem projetados, iluminados e ativamente utilizados pela comunidade, eles tendem a ser percebidos como mais seguros e acolhedores. Os espaços públicos na cidade contemporânea são locais de encontro, interação e expressão da vida urbana, onde as pessoas podem se conectar, compartilhar e celebrar sua diversidade e sua identidade coletiva. Valorizar e investir na qualidade e na acessibilidade desses espaços é essencial para promover cidades mais inclusivas, democráticas e sustentáveis.

Considerações finais

A partir do texto, pode-se conceber que o espaço público habitável se revela como um elemento central para a vida urbana na contemporaneidade, porque ele tem um papel simbólico, social e, inclusive, cultural, não se resumindo apenas a sua dimensão física. Em termos históricos, pode-se constatar que as cidades assumiram papel de centralidade na produção econômica e na experiência humana, justificando um desafio técnico e social diante da necessidade cada vez maior de ampliar suas potencialidades. E, ao mesmo tempo, procuram dar condições amplas para que seus habitantes possam usufruir das condições de potencialidade produzidas e ofertadas. Desta forma temos na cidade um grande paradoxo, buscar o desenvolvimento econômico e promover o desenvolvimento humano e o equilíbrio ambiental.

O estabelecimento de uma diferenciação entre lugar e não lugar, coloca em evidência a inevitabilidade da apropriação cotidiana para que os espaços ganhem significado e identidade própria. No entanto, as dificuldades advindas da mercantilização, da fragmentação urbana e da constante insegurança, que faz com que cada um busque sentir-se seguro, comprometem as vivências em esfera pública, limitando as interações sociais.

Neste âmbito, advêm práticas alternativas, tais como a arquitetura participativa, as apropriações efêmeras e o uso de tecnologias interativas, que se posicionam como capazes de ressignificar o espaço urbano e de promover inclusão, diversidade e coesão social. Com isso, conclui-se que cidades que priorizam espaços públicos habitáveis dinâmicos e acessíveis a todos os públicos, se direcionam para um projeto urbano com características democráticas, sustentáveis e solidários.

Referências bibliográficas

- AICE. Associação Internacional das Cidades Educadoras (2020). **Rede Brasileira de Cidades Educadoras**. Disponível em <https://www.edcities.org/rede-brasileira/>. Acesso em: 5 jun. 2023
- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus Editora, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007
- CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p.122. 2013.
- DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.122. 2012.
- GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.L., 2002.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana – Ensaio de Geopolítica da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NUNES, Débora. **Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades**. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. As principais cidades e vilas do Brasil: importância da vida urbana colonial. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 45, p. 60-67, 2000.
- SOUZA, Andre Felix de. Sociabilidade pública: interação social e espaços públicos. **GEOUSP**, v. 26, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/hYvckPL6YppLYndGhjn9grh/#>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- Enviado em 31/12/2025
- Avaliado em 15/02/2026

DESTINAÇÃO SOCIAL DE PARTE DO IMPOSTO DE RENDA E SEUS IMPACTOS NO FINANCIAMENTO À PROJETOS SOCIAIS NO ESTADO DO TOCANTINS

Jhayson Soares Pereira²¹
Marli Terezinha Vieira²²
Delson Henrique Gomes²³
Valtuir Soares Filho²⁴

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a prática da destinação social de parte do Imposto de Renda no estado do Tocantins, verificando seus impactos no financiamento de projetos sociais. A pesquisa adota abordagem quantitativa e documental, utilizando dados da Receita Federal referentes aos anos de 2024 e 2025, além de revisão bibliográfica sobre responsabilidade social e incentivos fiscais. Os resultados indicam crescimento significativo no potencial de arrecadação e, sobretudo, no montante efetivamente destinado, que apresentou evolução superior a 30% no período analisado. Observou-se ainda um expressivo aumento no número de contribuintes engajados, embora o percentual destinado continue reduzido em relação ao potencial total disponível. Conclui-se que a destinação social do Imposto de Renda constitui um instrumento relevante de fomento a projetos sociais, mas que ainda enfrenta desafios, como baixa adesão em determinados municípios e a necessidade de maior articulação entre Estado, sociedade civil e instituições locais.

Palavras-chave: Imposto de Renda; responsabilidade social; destinação tributária; projetos sociais; Tocantins.

Abstract

This study aims to analyze the practice of allocating part of the Income Tax to social purposes in the state of Tocantins, assessing its impacts on the financing of social projects. The research adopts a quantitative and documentary approach, using data from the Federal Revenue Service for the years 2024 and 2025, in addition to a literature review on social responsibility and tax incentives. The results indicate significant growth in both the potential for collection and, more importantly, the amount effectively allocated, which showed an increase of more than 30% during the analyzed period. A considerable rise in the number of engaged taxpayers was also observed, although the proportion allocated remains low compared to the total available potential. The study concludes that the social allocation of Income Tax constitutes a relevant instrument for fostering social projects, but it still faces challenges, such as low participation in certain municipalities and the need for stronger coordination between the State, civil society, and local institutions.

Keywords: Income Tax; social responsibility; tax allocation; social projects; Tocantins.

Introdução

Em meio às crescentes demandas sociais do Brasil, observa-se a necessidade de mecanismos eficazes de financiamento para projetos que promovam cidadania, inclusão e desenvolvimento humano. Um desses instrumentos, ainda pouco explorado pela maioria dos contribuintes, é a possibilidade de destinar parte do Imposto de Renda (IR) devido a iniciativas de cunho social, cultural e esportivo. Esta prerrogativa, prevista na legislação federal, permite que pessoas físicas e jurídicas direcionem uma fração do imposto para fundos e projetos previamente

²¹ Graduando em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

²² Professora e pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins - UFT.

²³ Professor e pesquisador na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

²⁴ Professor e pesquisador na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

aprovados, sem custos adicionais, contribuindo diretamente para a transformação da realidade de comunidades vulneráveis.

Contudo, apesar do potencial de impacto social e da previsão legal assegurada pelo Decreto nº 9.580/2018, que regulamenta a arrecadação e destinação do imposto de renda, a adesão da sociedade a esse mecanismo ainda é limitada, sobretudo no estado do Tocantins.

A escassez de campanhas informativas, a dificuldade de acesso a informações claras e o desconhecimento por parte dos contribuintes são fatores que dificultam a consolidação desse instrumento como uma política pública efetiva de fomento à responsabilidade social.

Diante disso, esta pesquisa busca compreender os desafios relacionados à divulgação e à adesão à destinação social do imposto de renda no estado do Tocantins, assim como analisar os impactos dessa prática no financiamento de projetos sociais locais. Parte-se da seguinte questão-problema: quais são os desafios na divulgação da destinação social de parte do Imposto de Renda no estado do Tocantins e seu impacto no financiamento de projetos sociais?

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a possibilidade e os obstáculos enfrentados na prática da destinação social do imposto de renda no estado do Tocantins. Como objetivos específicos, propõe-se: (1) investigar, na literatura e na legislação, os fundamentos relacionados à responsabilidade social; (2) levantar dados e desafios referentes à destinação de parte do imposto de renda; e (3) propor estratégias de comunicação e sensibilização para a sociedade tocantinense.

Justifica-se este estudo pela urgência em se ampliar a efetividade de instrumentos que pro o desenvolvimento social por meio de mecanismos já disponíveis na legislação tributária brasileira. Ao fomentar a participação cidadã e o engajamento direto da população com políticas públicas, a destinação social do imposto de renda se apresenta como um elo promissor entre o dever fiscal e a transformação social, sobretudo em estados com grandes demandas sociais, como o Tocantins.

Referencial teórico

O contador e a responsabilidade social

O desenvolvimento do papel social do contabilista emerge conforme a própria evolução da sociedade, sendo presente sempre quando é preciso exercer sua função. Em detrimento das atividades humanas, o conhecimento contábil não foi gerado espontaneamente, e sim por meio da união de fenômenos de caráter social, econômico, político, institucional e cultural. (Iudícibus; Lopes, 2012).

Ao estudar o contabilista, é necessário analisar a sociedade e a forma como ela se organiza, já que esse profissional está profundamente ligado à estrutura social e econômica em que atua.

Ele está diretamente e indiretamente relacionado à gestão dos recursos de uma sociedade, registrando todas as atividades e como os recursos são alocados ao longo do tempo, oferecendo informações para decisões sobre a destinação desses recursos em situações imprevistas. (Jochem, 2008).

Iudícibus e Lopes (2012, p. 48) salientam que “embora muitos de seus métodos sejam concebidos sob influência das empresas e de fatores institucionais, essa disciplina acaba incorporando em seu código genético as características da sociedade toda”.

O contador se atenta para a relação entre as empresas e o próprio meio, de tal forma que a ideia de que o contabilista responsável socialmente seja dimensionado no âmbito social. Já o objeto da contabilidade, que é o patrimônio particularizado, e os conjuntos destes, formam a riqueza de uma nação, qual seja o patrimônio social. Assim, a contabilidade possui responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da sociedade em geral (Jochem, 2008).

“O patrimônio, na vocação neopatrimonialista, não é apenas aquilo que é útil ao indivíduo, mas também o que deve ser útil à sociedade” (Sá, s.d.).

O profissional contábil encontra-se inserido em um ambiente que influencia a vida de indivíduos e grupos, e reconhecer a amplitude desta interferência é primordial para compreender a realidade social estabelecida ao longo do exercício de suas atividades. “Responsabilidade pode ser entendida como uma obrigação que alguém assume legal ou moralmente as consequências de seus atos ou quando houver vinculação legal ou contratual com ações de terceiros” (Figueredo, 2007).

Aplicando esse termo na esfera social, pode-se dizer que o contador assume uma obrigação com a sociedade em fornecer informações relevantes ao desenvolvimento socioeconômico, já que influenciará decisões futuras inerentes à sociedade. Para Reis (s.d.), a responsabilidade social pode ser compreendida como uma forma de conduzir as atividades, sendo corresponsável pelo desenvolvimento social.

A atuação do contabilista contribui extensivamente para a atuação de diversos indivíduos que formam os patrimônios no âmbito das entidades, por isso “não pode apenas ater-se ao registro dos fatos ocorridos na empresa preparando relatórios, mas possuir uma visão gerencial e social contribuindo com os gestores para tomada de decisões e igualmente com a sociedade a qual ele se insere” (Almeida; Rejane, 2008, p. 54).

Almeida e Rejani (2008, p. 55) expressam que “o contador tem para si também uma responsabilidade social e profissional seja, para com os acionistas da empresa, funcionário, fornecedor, meio ambiente e com a sociedade da qual ele é inerente”. Desta forma, as informações elaboradas definem importantes ações a serem tomadas no cotidiano das organizações, tanto quanto os demais usuários que possuem estreita relação com elas. “A responsabilidade do contador torna-se incalculável no processo contábil com o intuito de tornar as relações patrimoniais respeitadas e promotoras da promoção humana e social” (Jochem, 2008, p. 12).

Segundo Reis (s.d.), a apresentação da responsabilidade social do contabilista se dá ao evidenciar seus conhecimentos e competências, contribuindo para a taxa de sucesso das empresas, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico regional. Logo, a própria profissão contábil, no atual paradigma econômico mundial, quando fornece a informação correta e eficiente, pode determinar os benefícios sociais. “Neste ambiente organizacional modificado, a figura do contador pode emergir como um agente de mudanças, através da adoção de uma postura ética e proativa, tornando-se um difusor das ideias de responsabilidade social” (Reis, s.d.).

Para Jochem (2008, p. 21), as atividades “do profissional da contabilidade precisam ser encaradas de maneira mais ampla dentro do viés de que a visão do contabilista de hoje não se restringe à técnica, seu papel na sociedade é muito mais amplo: o da responsabilidade social”.

Imposto de renda pessoa física

O Imposto de Renda no Brasil encontra-se regulamentado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, o qual consolida a legislação tributária relacionada ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Essa norma tem como objetivo reunir e sistematizar os

dispositivos que tratam do imposto em questão, garantindo maior clareza e segurança jurídica para sua aplicação.

De acordo com o referido decreto, o fato gerador do imposto é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda e de proventos de qualquer natureza, abrangendo rendimentos do trabalho, do capital, bem como ganhos de capital e quaisquer acréscimos patrimoniais (Brasil, 2018). O regulamento também define critérios de apuração, deduções legais, isenções e as modalidades de tributação, como a tributação exclusiva na fonte, a apuração mensal por carnê-leão e a declaração de ajuste anual.

Em abril de 2024, a Receita Federal e o Serpro anunciaram a migração definitiva para uma plataforma online baseada em nuvem, marcando o fim do programa instalável (Imposto de Renda Pessoa Física 2025). A nova ferramenta validará dados em tempo real e integrará informações de sistemas bancários, reduzindo erros comuns. Embora a adesão total não seja imediata, espera-se que 70% dos contribuintes utilizem o modelo web até 2026.

Ao sistematizar o arcabouço normativo do imposto de renda, o decreto contribui para a racionalização da legislação fiscal, promovendo maior acessibilidade ao contribuinte e às autoridades fazendárias, além de refletir os princípios constitucionais da legalidade e da capacidade contributiva.

Participação popular

O Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, que regulamenta o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, prevê em seu artigo 80 um conjunto de deduções permitidas na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Física (Brasil, 2018). Com base em legislações específicas anteriores. Essas deduções visam, em grande parte, incentivar políticas públicas e sociais por meio de incentivos fiscais.

Entre as deduções permitidas estão as contribuições efetuadas a projetos culturais aprovados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); os investimentos realizados em atividades audiovisuais; as contribuições aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como aos Fundos do Idoso, tanto em nível nacional quanto local (Brasil, 2018). Além disso, são dedutíveis os valores destinados ao apoio direto a projetos esportivos e paradesportivos previamente aprovados, e a contribuição patronal paga pelo empregador doméstico à Previdência Social.

Segundo o Decreto nº 9.580/2018, também permite a dedução do imposto de renda retido na fonte e do imposto pago no exterior, bem como das doações e patrocínios voltados para o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). Contudo, há limites específicos: por exemplo, a soma das deduções relacionadas a incentivos culturais, audiovisuais, esportivos e sociais não pode ultrapassar 6% do imposto devido. Já as doações ao Pronon e ao Pronas/PCD ficam limitadas a 1% cada uma.

Essas disposições evidenciam a utilização do sistema tributário como ferramenta de fomento a áreas estratégicas, como cultura, esporte, saúde e assistência social, refletindo o princípio da solidariedade fiscal e a função extrafiscal do tributo.

Por se tratar do Imposto de Renda, a renúncia fiscal é feita por parte da União. Isso significa que o contribuinte tem a opção de, em vez de destinar esse percentual de IR aos cofres do Governo Federal, destine-o a um fundo, que pode ser municipal, estadual ou nacional. O contribuinte que destinar parcela de seu imposto devido a um dos fundos, por sua vez, além de ter

cumprido com seu dever cidadão de pagar o seu tributo, terá a certeza de que a parcela que “deixou de entregar diretamente para os cofres públicos”, terá uma destinação certa, por ele definida, e socialmente relevante, como, por exemplo, propiciar um futuro melhor a crianças e jovens carentes (Estigara, 2009, p.92).

No caso da legislação tributária brasileira, a destinação de parte do Imposto de Renda devido para os fundos é encarada como uma forma de incentivo fiscal, que se concretiza pela renúncia de receita pública por parte do Ente tributário, que deixa de receber tais valores nos cofres públicos, sendo tais valores destinados diretamente pelo contribuinte para o fundo por ele escolhido. De acordo com Estigara (2009, p.71), o objetivo da Constituição Federal de 1988 “com a renúncia advinda dos incentivos fiscais, é direcionar o contribuinte a uma conduta socialmente responsável”.

Os incentivos fiscais são mecanismos que permitem à população participar diretamente das ações do Estado, fomentando e dividindo com este práticas de responsabilidade social. É importante aumentar o aproveitamento de tais incentivos fiscais, popularizando-os o máximo possível, pois, conforme adverte Estigara (2009, p.91), “os incentivos fiscais efetivamente potencializam o exercício da responsabilidade social.”

Não se pode deixar de falar em tributação num contexto de responsabilidade social, pois, se por um lado, a prerrogativa que tem o Estado de exigir tributos tem por objetivo a promoção do bem comum (e a consequente promoção da dignidade humana), Por outro lado, a prerrogativa do Estado de não recolher ou não exigir o tributo deve servir como um instrumento para promover condutas socialmente responsáveis (Estigara, 2009). Na sequência será abordado a legislação que trata sobre possibilidade de doações ao Fundo Nacional do Idoso, bem como a criança e adolescente.

Fundo Nacional do Idoso

A Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, institui o Fundo Nacional do Idoso, destinado a financiar programas e ações voltados à promoção dos direitos sociais da pessoa idosa. A norma estabelece como objetivo central assegurar a autonomia, integração e participação efetiva dos idosos na sociedade, além de fortalecer políticas públicas que garantam sua qualidade de vida (Brasil, 2010).

De acordo com o artigo 1º da referida lei, o Fundo Nacional do Idoso é composto por diversas fontes de receita, como recursos orçamentários da União, contribuições de pessoas físicas e jurídicas dedutíveis do Imposto de Renda, além de doações e aplicações financeiras. Essa possibilidade de dedução está prevista também nos artigos 2º e 3º da norma, permitindo que tanto pessoas físicas quanto jurídicas destinem parte do tributo devido a projetos aprovados e vinculados aos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais do Idoso (Brasil, 2010).

O compromisso do Estado brasileiro com a proteção e a promoção dos direitos da pessoa idosa também está previsto na Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso a participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar (Brasil, 1988).

Segundo Oliveira e Araújo (2018), a Lei nº 12.213/2010 configura-se como um instrumento relevante de financiamento social, pois, por meio de incentivos fiscais, possibilita que contribuintes destinem recursos para políticas de atendimento à população idosa. Dessa forma, parte do imposto que seria direcionada exclusivamente ao Tesouro Nacional pode ser aplicada diretamente em programas que promovam a cidadania, a inclusão e a valorização da pessoa idosa.

Assim, a legislação se consolida como uma política pública de renúncia fiscal que, além de estimular a responsabilidade social, amplia os mecanismos de participação da sociedade no financiamento de ações voltadas à promoção dos direitos do idoso. Na sequência descreve-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a possibilidade de doações.

Estatuto da criança e do adolescente

A Lei nº 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representa um marco jurídico e social na defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. A norma estabelece a doutrina da proteção integral e define que os direitos desse público devem ser assegurados com absoluta prioridade (Brasil, 1990).

Entre os instrumentos criados para garantir essa proteção estão os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, regulamentados no âmbito do ECA como mecanismos de financiamento das ações deliberadas pelos Conselhos de Direitos. Esses fundos têm como finalidade apoiar projetos e programas que promovam o desenvolvimento e a cidadania infanto juvenil, sendo abastecidos por recursos orçamentários e por doações incentivadas.

O artigo 260-A do estatuto prevê a possibilidade de dedução do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas que contribuam financeiramente com os fundos. Essa dedução fiscal reforça a articulação entre política pública e participação social, permitindo que contribuintes se envolvam diretamente com causas sociais de relevância.

No entanto, é importante observar que a eficácia desses instrumentos depende da transparência, do controle e da eficácia na gestão dos recursos pelos entes federados.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, com abordagem quantitativa e análise documental. O objetivo é gerar conhecimento prático, voltado para a realidade do estado do Tocantins, com ênfase na análise dos dados estatísticos da Receita Federal do Brasil, referentes às destinações sociais do Imposto de Renda nos anos de 2024 e 2025, períodos escolhidos por já estarem com informações consolidadas e disponíveis publicamente.

A pesquisa documental será realizada com base em legislações pertinentes como o Decreto nº 9.580/2018, a Lei nº 12.213 (Fundo Nacional do Idoso) e a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Serão incluídas ainda publicações institucionais da Receita Federal, relatórios anuais e bancos de dados disponibilizados oficialmente pelo órgão. Essas fontes embasarão os conceitos de responsabilidade social, incentivos fiscais e participação cidadã, conforme apontado por autores como Estigara (2009), que destaca que os incentivos fiscais “efetivamente potencializam o exercício da responsabilidade social” (p. 91), e Reis (s.d.), para quem a responsabilidade social é “uma forma de conduzir as atividades sendo corresponsável pelo desenvolvimento social”.

Quanto à natureza da pesquisa, destaca-se o uso de dados secundários, já consolidados, os quais serão coletados e analisados de forma estatística e descritiva, conforme orientações de Marconi e Lakatos (2021), que enfatizam que o rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é essencial para garantir a validade dos resultados. Segundo Souza (2021), a análise bibliográfica e documental é essencial para conhecer e analisar o tema da pesquisa com base em produções científicas e normativas anteriores, permitindo ao pesquisador embasar e direcionar sua investigação.

A apresentação e interpretação dos dados serão feitas por meio de gráficos, tabelas e comparações percentuais, permitindo identificar o volume e a evolução das destinações realizadas no Tocantins. O tratamento estatístico básico será realizado com o uso de softwares como Excel ou Google Sheets, respeitando os princípios da pesquisa quantitativa conforme sugerido por Creswell e Clark (2013, p. 22), que definem: “o pesquisador coleta e analisa de modo persuasivo e rigoroso tanto os dados qualitativos quanto os quantitativos, integra os achados e extrai inferências usando essas abordagens em um único estudo ou programa de investigação”, ainda que, neste caso, concentre-se apenas na abordagem quantitativa.

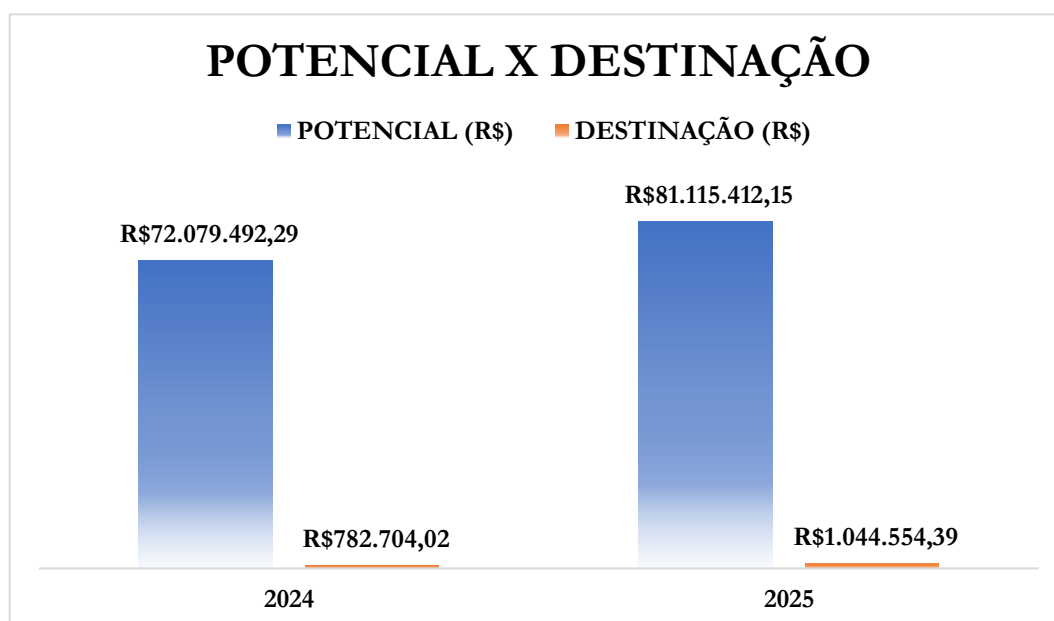
O recorte geográfico delimita-se ao estado do Tocantins, com destaque para os municípios que apresentaram maior e menor adesão ao mecanismo de destinação do IR. Já o recorte temporal restringe-se aos anos de 2024 e 2025, justamente por serem os mais recentes com dados públicos completos disponíveis. Conforme Yin (2016), a validade do estudo está diretamente ligada à coleta e interpretação adequadas dos dados, garantindo que as conclusões representem com fidelidade a realidade estudada.

Quanto às considerações éticas, ressalta-se que a pesquisa utilizará exclusivamente dados públicos, sem envolvimento de seres humanos, o que dispensa a necessidade de submissão ao comitê de ética. Ainda assim, será garantido o uso das informações exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, respeitando os princípios que regem a pesquisa responsável.

Resultados e discussão

A análise dos dados referentes às destinações sociais do Imposto de Renda no estado do Tocantins nos anos de 2024 e 2025 permite identificar avanços relevantes, mas também desafios persistentes. O estudo busca evidenciar não apenas a evolução do potencial de arrecadação e dos valores efetivamente destinados, mas também o comportamento dos contribuintes diante desse mecanismo de participação social. Ao comparar os dois períodos, torna-se possível compreender o crescimento do engajamento, as diferenças regionais e os fatores que influenciam a conversão do potencial em recursos aplicáveis aos projetos sociais, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1: Potencial da destinação do Imposto de Renda no Tocantins



Fonte: Receita Federal Do Brasil (2025).

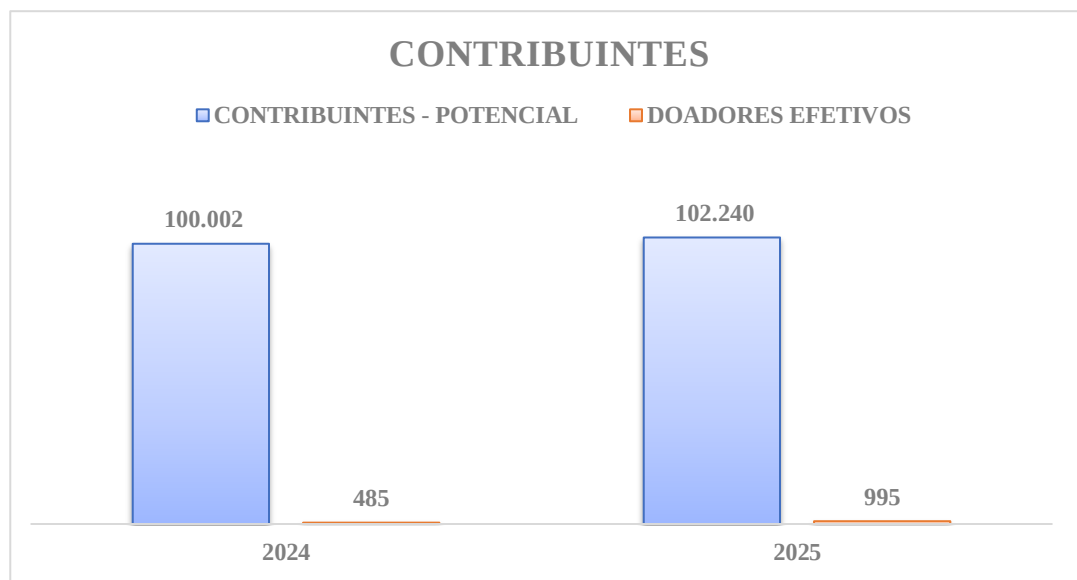
Conforme dados acima, no ano de 2024, o potencial de arrecadação registrado foi de R\$ 72.079.492,29. Já em 2025, esse valor apresentou um crescimento expressivo, alcançando R\$ 81.115.412,15, o que representa um aumento de aproximadamente 12,5% no montante disponível para destinação. Esse crescimento indica que houve uma ampliação significativa do potencial, seja por maior base de contribuintes ou por elevação dos valores declarados.

Ainda consoante a figura 1, quando se analisam os valores efetivamente destinados, também se observa uma evolução importante. Em 2024, as destinações somaram R\$ 782.704,02, enquanto em 2025 esse número ultrapassou a marca de um milhão de reais, chegando a R\$ 1.044.554,39. Isso corresponde a um crescimento em torno de 33,5%, superando proporcionalmente o aumento do potencial e demonstrando maior engajamento dos contribuintes no período mais recente.

Em termos percentuais, o avanço também é visível. Em 2024, apenas 1,09% do potencial disponível foi efetivamente convertido em destinação. Em 2025, esse índice subiu para 1,29%. Embora a diferença pareça pequena em termos percentuais, reflete uma melhora concreta no aproveitamento dos recursos, sinalizando que houve maior mobilização e conscientização para ampliar as destinações.

De forma geral, de acordo com a figura 1, a comparação entre 2024 e 2025 revela uma evolução positiva, no que se refere tanto ao potencial de arrecadação quanto aos valores destinados. De forma que as destinações aumentaram em ritmo mais acelerado do que o potencial. Apesar disso, o percentual destinado ainda permanece baixo diante do total possível, o que evidencia a necessidade de intensificar campanhas de informação e incentivo, de modo a ampliar a participação e transformar mais efetivamente o potencial em recursos aplicáveis.

Figura 2: Total de contribuintes potencial e doadores efetivos



Fonte: Receita Federal Do Brasil (2025).

A figura 2 apresenta que em 2024, o número de contribuintes com potencial para realizar destinações foi de 100.002 pessoas, enquanto no exercício de 2025 esse contingente aumentou, alcançando 102.240 pessoas, o que representa um crescimento de 2,24%. Esse resultado demonstra que o universo de contribuintes com capacidade de participar do processo de destinação se manteve praticamente estável, com apenas uma variação discreta de um ano para outro.

Por outro lado, quando se observa o número de doadores efetivos, o crescimento é muito mais expressivo. Em 2024, unicamente 485 contribuintes efetivamente realizaram destinações, enquanto em 2025 esse número saltou para 995, o que corresponde a um aumento de 205,15% no período. Esse avanço revela um ganho significativo em termos de engajamento, indicando que mais contribuintes passaram a aderir ao processo de destinação.

A análise comparativa evidencia, portanto, uma diferença importante entre o crescimento do potencial e o crescimento da participação efetiva. Enquanto o contingente total de contribuintes evoluiu de forma modesta, a quantidade de doadores mais do que dobrou, mostrando que as estratégias de mobilização, sensibilização e incentivo adotadas entre os dois períodos foram eficazes em ampliar a adesão.

Em síntese, pode-se afirmar que os dados de 2025 revelam não apenas a manutenção do potencial de arrecadação, mas principalmente um avanço considerável no número de doadores efetivos. Isso reforça a ideia de que, embora exista ainda uma grande margem de crescimento frente ao total de contribuintes, os resultados apontam para um caminho positivo de ampliação da participação e fortalecimento das destinações, conforme se verifica no quadro 01.

Quadro 1 – Municípios com maior potencial de arrecadação (2024 e 2025)

MUNICÍPIOS	2024 (R\$)	2025 (R\$)
Palmas	38.182.334,25	43.370.908,39
Araguaína	9.988.483,94	11.019.111,75
Gurupi	5.282.047,54	6.003.322,37
Porto Nacional	3.013.844,43	3.301.919,91
Paraíso do Tocantins	1.910.129,62	2.200.895,33
Colinas do Tocantins	1.054.367,01	1.260.061,66
Guaraí	943.373,63	1.025.891,09
Dianópolis	821.824,31	876.633,57
Araguatins	773.758,02	858.104,98
Miracema do Tocantins	694.725,42	791.589,16

Fonte: Receita Federal Do Brasil (2025).

Os dados apresentados acima mostram a evolução do potencial de arrecadação das principais cidades do Tocantins entre os anos de 2024 e 2025. De maneira geral, observa-se um crescimento expressivo nos valores, indicando uma tendência positiva de ampliação do montante disponível para destinação no estado.

Em 2024, Palmas/TO concentrou o maior potencial, com R\$ 38.182.334,25, e em 2025 esse valor emergiu para R\$ 43.370.908,39, representando um crescimento de cerca de 13,6%. A municipalidade de Araguaína, segunda colocada, também apresentou aumento relevante, passando de R\$ 9.988.483,94 para R\$ 11.019.111,75, um acréscimo aproximado de 10,3%. Gurupi seguiu a mesma tendência, com elevação de R\$ 5.282.047,54 em 2024 para R\$ 6.003.322,37 em 2025, crescimento de 13,6%.

Outros municípios de médio porte também tiveram resultados positivos. Porto Nacional aumentou seu potencial de R\$ 3.013.844,43 para R\$ 3.301.919,91, enquanto Paraíso do Tocantins saltou de R\$ 1.910.129,62 para R\$ 2.200.895,33. Em Colinas do Tocantins, os valores foram de R\$ 1.054.367,01 em 2024 para R\$ 1.260.061,66 em 2025, o que representa uma variação de aproximadamente 19,5%, sendo um dos crescimentos mais expressivos proporcionalmente entre os municípios listados.

Na sequência, Guaraí cresceu de R\$ 943.373,63 para R\$ 1.025.891,09, Dianópolis de R\$ 821.824,31 para R\$ 876.633,57, Araguatins de R\$ 773.758,02 para R\$ 858.104,98 e Miracema do Tocantins de R\$ 694.725,42 para R\$ 791.589,16. Embora em valores absolutos esses municípios representem menores potenciais quando comparados às maiores cidades do estado, todos apresentaram crescimento no período analisado, confirmando uma tendência geral de elevação nos montantes disponíveis.

Em síntese, a análise evidencia que todas as cidades tocantinenses listadas tiveram aumento em seus potenciais de arrecadação entre 2024 e 2025. Palmas e Araguaína permanecem como polos principais de arrecadação, mas evidencia-se o crescimento proporcional de municípios como Colinas do Tocantins e Paraíso do Tocantins, que apresentaram variações acima da média. Esses resultados indicam não apenas a concentração nos grandes centros, mas também a expansão da arrecadação em cidades de médio porte, o que pode fortalecer o equilíbrio regional no estado.

A análise dos municípios que apresentam potencial significativo de destinação, mas que não registraram repasses efetivos nos anos de 2024 e 2025, revela importantes disparidades que precisam ser consideradas em estudos e estratégias de mobilização, conforme dados apontados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Municípios com potencial, mas sem destinação (2024 e 2025)

Municípios (2024)	Valor (R\$)	Municípios (2025)	Valor (R\$)
Colinas do Tocantins	1.054.367,01	Colinas do Tocantins	1.260.061,66
Arraias	397.596,51	Arraias	435.391,61
Augustinópolis	366.081,52	Augustinópolis	404.322,96
Xambioá	244.826,19	Alvorada	205.456,57
Araguaçu	201.746,75	Araguaçu	190.657,76

Fonte: Receita Federal Do Brasil (2025).

No ano de 2024, Colinas do Tocantins destacou-se como a 6ª cidade com maior potencial de destinação do estado, alcançando o montante de R\$ 1.054.367,01, mas sem nenhuma destinação registrada. Essa situação se repetiu em 2025, quando o município apresentou crescimento em seu potencial, atingindo R\$ 1.260.061,66, porém, novamente, sem converter esse valor em resultados práticos. O cenário observado em Colinas mantém-se dois anos consecutivos com alta capacidade de contribuição, mas sem registros de destinação, evidencia a necessidade de maior articulação e conscientização junto à população local, configurando-se como um ponto crítico para análise de políticas de incentivo.

Além de Colinas, outros municípios também apresentaram potenciais expressivos, mas com ausência de destinação. Em 2024, figuraram nesse grupo Arraias (R\$ 397.596,51), Augustinópolis (R\$ 366.081,52), Xambioá (R\$ 244.826,19) e Araguaçu (R\$ 201.746,75). Já em 2025, permaneceram na lista Arraias (R\$ 435.391,61) e Augustinópolis (R\$ 404.322,96), acompanhados de Alvorada (R\$ 205.456,57) e Araguaçu (R\$ 190.657,76).

Um aspecto relevante é a evolução observada em Xambioá, que em 2024 constava entre as cidades com potencial, mas sem destinação, e em 2025 conseguiu registrar duas destinações efetivas. Esse avanço demonstra que, apesar das dificuldades, o engajamento pode ser estimulado quando há estratégias direcionadas. O contraste entre Xambioá e Colinas do Tocantins reforça a importância de políticas públicas e ações locais de conscientização que transformem o potencial identificado em repasses reais.

Os resultados da presente pesquisa reforçam que a existência de potencial financeiro não garante, por si só, a efetivação das destinações. Existem fatores de ordem social, cultural e de mobilização comunitária que interferem diretamente na conversão desses valores em repasses, sendo fundamental que gestores e entidades locais promovam campanhas de incentivo para reverter esse quadro.

A análise realizada sobre o financiamento a projetos sociais no Estado do Tocantins permite constatar avanços relevantes, ainda que insuficientes diante do potencial identificado na presente pesquisa. Os dados referentes aos anos de 2024 e 2025 evidenciam um crescimento expressivo do montante disponível para destinação, que passou de cerca de R\$ 72 milhões em 2024 para mais de R\$ 81 milhões em 2025, representando uma variação positiva de 12,5%. Paralelamente, os valores efetivamente destinados a projetos sociais apresentaram incremento superior, atingindo 33,5% no mesmo período.

Outro aspecto de destaque refere-se à ampliação do número de contribuintes engajados no processo, que mais que dobrou de um ano para o outro. Tal resultado confirma que as estratégias de sensibilização e mobilização aplicadas no período analisado apresentaram resultados concretos, contribuindo para a expansão da participação social. Apesar disso, o índice de aproveitamento do potencial ainda é reduzido, situando-se em 1,29% em 2025, o que demonstra a existência de ampla margem para crescimento.

Observam-se também disparidades regionais que impactam diretamente o financiamento dos projetos. Enquanto municípios como Palmas-TO e Araguaína-TO concentram os maiores volumes de arrecadação, localidades como Colinas do Tocantins, mesmo apresentando expressivo potencial, não registraram destinações efetivas nos dois anos analisados.

Essa discrepância reforça a necessidade de políticas públicas mais direcionadas, capazes de estimular a adesão em áreas com baixa mobilização comunitária.

Portanto, os impactos no financiamento de projetos sociais no Tocantins são positivos, sinalizando uma tendência de fortalecimento desse mecanismo de apoio. Todavia, persiste o desafio de converter o elevado potencial de arrecadação em recursos efetivos, exigindo maior articulação entre Estado, sociedade civil e instituições locais. Por meio dessa integração será possível consolidar uma cultura de participação cidadã e solidariedade fiscal, ampliando o alcance e a efetividade das ações sociais financiadas por meio das destinações tributárias.

Considerações finais

O presente estudo evidenciou que a destinação social de parte do Imposto de Renda no estado do Tocantins constitui um mecanismo relevante para o financiamento de projetos sociais, configurando-se como um elo entre o dever fiscal e a promoção do desenvolvimento humano. Os resultados apontaram crescimento tanto no potencial de arrecadação quanto nos valores efetivamente destinados, bem como um expressivo aumento no número de contribuintes engajados no processo. Esses indicadores confirmam o avanço da prática, ainda que o percentual de aproveitamento em relação ao potencial disponível permaneça reduzido.

Apesar dos progressos observados, verificou-se que a taxa de conversão do potencial em destinações efetivas permaneceu inferior a 2%, revelando uma discrepância significativa entre a capacidade contributiva da população e a adesão ao mecanismo. Além disso, identificaram-se disparidades regionais relevantes: enquanto municípios como Palmas e Araguaína concentram os maiores valores, localidades como Colinas do Tocantins, embora apresentem elevado potencial, não registraram destinações nos anos analisados. Essa desigualdade regional reforça a necessidade de políticas públicas mais direcionadas para ampliar a participação social em todo o estado.

Diante desse cenário, considera-se essencial fortalecer estratégias que incentivem a prática da destinação tributária, promovendo a consolidação de uma cultura de solidariedade fiscal. Para tanto, sugerem-se as seguintes medidas de melhoria:

- Ampliar campanhas de divulgação permanentes e acessíveis, utilizando mídias digitais, rádios comunitárias e redes sociais para conscientizar os contribuintes.
- Capacitar agentes locais, como contadores, professores e líderes comunitários, para atuarem como multiplicadores de informação.
- Aprimorar a transparência e a prestação de contas, por meio da divulgação de relatórios claros sobre os valores destinados e os resultados alcançados pelos projetos.
- Implementar incentivos específicos para municípios com baixa adesão, a fim de reduzir as disparidades regionais.
- Investir em soluções tecnológicas, com plataformas digitais simplificadas que facilitem o processo de destinação.
- Integrar a temática às práticas de educação fiscal, em escolas e universidades, estimulando a formação de cidadãos mais conscientes e participativos.
- Ampliar pesquisas futuras, com comparações em outros estados ou séries temporais mais longas, permitindo avaliar a evolução do mecanismo de forma mais abrangente.

Em síntese, conclui-se que os impactos da destinação social do Imposto de Renda no Tocantins são positivos e crescentes, mas ainda aquém de seu potencial real. A superação desse desafio depende da articulação entre Estado, sociedade civil e instituições locais, a fim de expandir a participação cidadã e assegurar maior efetividade às ações sociais financiadas por meio desse instrumento fiscal.

Referências

- ALMEIDA, Rejane; REJANI, R. **Responsabilidade social do contabilista**. 2008.
- BREVIÁRIO, A. G. **Os três pilares da metodologia da pesquisa científica: o estado da arte**. Ucrânia: Editora Appris, 2021. 131 p.
- BRASIL. **Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 nov. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9580.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set. 20.
- BRASIL. **Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010**. Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza a deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacionais do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12213.htm. Acesso em: 29 set. 2025.
- CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Designing and conducting mixed methods research**. 3. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2013.
- ESTIGARA, Adriana. **Responsabilidade social e incentivos fiscais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FIGUEIREDO, Ricardo Carvalho de. **A responsabilidade social do contabilista**. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/JSSS-7X3GK2/1/figueiredo_ricardo_carvalho_de_dissertao_mestrado_2007.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. ***Teoria avançada da contabilidade***. São Paulo: Atlas, [s.d.]. Acesso em: 12 maio 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. ***Teoria da contabilidade***. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JOCHER, Laudelino. ***O contabilista e a responsabilidade social: uma abordagem crítica da evolução histórica***. Paraná: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2008.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. ***A responsabilidade social e civil do contabilista***. Portal da Contabilidade, [s.d.]. Disponível em: https://www.portaldacontabilidade.com.br/tematicas/responsabilidade_social.htm. Acesso em: 12 maio 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. ***Técnicas de pesquisa***. Atualização da edição João Bosco Medeiros. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Maria das Graças; ARAÚJO, Fernanda. **O financiamento de políticas públicas para idosos no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 22, n. 1, p. 123-140, 2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Doações DIRPF por UF – 2025*. Disponível em: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/publico/EstatisticaIRPF/doacoesDIRPF UF 2025.HTML>. Acesso em: 26 set. 2025.

REIS, Luciano Gomes dos. ***A contabilidade e a responsabilidade social nas organizações***. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SÁ, A. Lopes de. ***A função social do contabilista***. Revista Mineira de Contabilidade. Disponível em: <https://crcmg.emnuvens.com.br/rmc/article/view/550>. Acesso em: 12 maio 2025.

SOUZA, A. S.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

YIN, Robert K. ***Pesquisa qualitativa do início ao fim***. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

Enviado em 31/12/2025

Avaliado em 15/02/2026

O RITUAL INDÍGENA DA QUEIMA DO CANSANÇÃO NA ALDEIA KATOKINN – PARICONHA/AL

Josefa Alice da Silva²⁵
José Adelson Lopes Peixoto²⁶

Resumo

Analisaremos o ritual indígena da Queima do Cansanção na aldeia Katokinn, em Pariconha, Alto Sertão de Alagoas. O ritual se configura como elemento de extrema importância para esse povo, pois representa a renovação do sentimento de pertença étnica entre seus membros, que se autoflagelam com uma planta urticante na busca pela purificação. Utilizamos as metodologias da pesquisa de campo, realização de entrevistas, produção de fotografias e análise bibliográfica embasada em autores como: Alberti (2013), Matta (2005), Mendonça (2019), Oliveira (1996), Peirano (2002), Peixoto (2018) e Rodrigues (2023), buscando aprofundar as análises dos conceitos de ritual, etnografia, grafismos, memória e identidade.

Palavras-chave: Indígena. Identidade. Ritual.

Abstract

We will analyze the indigenous ritual of the Burning of Cansanção in the Katokinn village, in Pariconha, Alto Sertão de Alagoas. The ritual is extremely important for this people, as it represents the renewal of the feeling of ethnic belonging among its members, who self-flagellate with a stinging plant in the pursuit of purification. We used the methodologies of field research, conducting interviews, producing photographs, and bibliographic analysis based on authors such as: Alberti (2013), Matta (2005), Mendonça (2019), Oliveira (1996), Peirano (2002), Peixoto (2018) and Rodrigues (2023), seeking to deepen the analysis of the concepts of ritual, ethnography, graphic representations, memory, and identity.

Keywords: Indigenous. Identity. Ritual.

Introdução

Habitantes do município de Pariconha, no estado de Alagoas, o povo indígena Katokinn desenvolve sua vivência em meio ao Sertão nordestino. A aldeia está situada na zona urbana e distante apenas algumas ruas do centro da cidade, formada por 20 famílias em território reivindicado, porém, não reconhecido (Ascom MPF/AL, 2023). Logo na entrada, é possível notar casas de alvenaria e uma interrupção no calçamento da rua. O ritual da Queima do Cansanção ocorre nos dois terreiros da aldeia: o primeiro está localizado no centro da comunidade, o segundo terreiro, maior, fica próximo ao açude onde ocorre a queima do cansanção, ambos os terreiros são de chão batido. Esse espaço apresenta variações de relevo, com áreas mais altas e outras mais baixas, mas tais características não comprometem a realização do ritual.

Historicamente, o povo Katokinn tem vínculos com os indígenas Pankararu, da região de Jatobá – PE, especificamente do aldeamento denominado Brejo dos Padres, para onde migraram, no início século XIX, em busca de melhores condições de vida e terras para trabalhar, vindos das ilhas de Sorobabel, Acará e Várzea (Peixoto, 2018). Posteriormente, “povos indígenas na Região Nordeste do Brasil vivenciaram um processo de expulsão dos seus territórios e, com a extinção oficial dos aldeamentos a partir de meados século XIX, adotaram o silêncio e a invisibilidade étnica

²⁵ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL – *Campus* III). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL).

²⁶ Professor Titular lotado no curso de História na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL – *Campus* III). Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

como estratégia de sobrevivência” (Peixoto, 2018, p. 45-46). Assim, alguns fugiram para outras regiões e acabaram em Pariconha/AL.

Como resultado desse processo, foi formado um grupo denominado “Katokinn”, tendo como representante religioso o pajé Jovelino Soares de Araújo. Conforme relata Vieira (2013, p. 2), “Em 2001, o grupo liderado pelo pajé Arvilino e sua filha Maria das Graças se organizou e começou o processo de reivindicação do reconhecimento da identidade étnica”. O nome “Katokinn” foi sugerido por Maria das Graças (conhecida localmente como Nina), filha de Arvilino, após receber, em sonho, uma inspiração dos encantados, entidades espirituais que orientam a comunidade (Vieira, 2013).

Dado o exposto, esta pesquisa tem como objetivo descrever os elementos que compõem o ritual da Queima do Cansação, praticado pelo povo Katokinn, compreendido como um elemento identitário que alimenta o sentimento de pertencimento étnico e fortalece as relações com saberes religiosos ancestrais, compartilhados coletivamente. A metodologia adotada se fundamenta em dados bibliográficos e em trabalho de campo, baseado na observação participante e no registro fotográfico realizado durante um final de semana, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2024.

Posteriormente, no dia 6 de abril de 2024, em um sábado, foi realizada entrevista com a senhora Maria de Lurdes Menezes (popularmente conhecida como Dona Miúda), indígena da aldeia Katokinn, que está imersa naquele espaço sagrado. Cabe frisar que, para a realização da entrevista, embasamo-nos no estudo de Alberti (2013), que trata da utilização dos relatos orais de memória como fonte histórica.

Para a realização das descrições sobre os significados de ritos e símbolos que compõe o Ritual da Queima do Cansação, buscamos nos ancorar nos pressupostos da pesquisadora Marisa Peirano (2001), para quem os rituais devem ser percebidos de diferentes formas, tendo em vista que cada interpretação pode revelar camadas diversas de significado quando se presencia um ritual.

A pesquisa de campo se fundamentou nos escritos de Oliveira (1996), que destaca três atos essenciais para o trabalho etnográfico: o olhar, o ouvir e o escrever. Em nossa pesquisa, o “olhar” se refere à observação atenta da aldeia, do ritual e de todo o contexto ao redor, buscando compreender os elementos que compõem aquele espaço sociocultural. O “ouvir” foi fundamental desde o início do processo, a partir das aulas teóricas que possibilitaram o primeiro contato com os estudos sobre os povos indígenas, bem como o aprendizado sobre as etapas necessárias para a realização de entrevistas e os cuidados a serem tomados antes de presenciar o ritual.

Por fim, o “escrever” teve papel importante durante o ritual, permitindo o registro de tópicos, dúvidas e reflexões surgidas no momento da observação, além da transcrição das entrevistas e do uso de fragmentos das falas de Dona Miúda. Esses três eixos metodológicos foram fundamentais para orientar e sustentar o trabalho de campo.

A pesquisa bibliográfica se ancorou na leitura de autores que realizaram estudos sobre os povos indígenas do Alto Sertão alagoano, seus rituais religiosos, expressões socioculturais e identitárias. Desse modo, destacamos os seguintes autores: Peixoto (2018), com seus estudos sobre identidade, religião e pertencimento indígena; Matta (2005), sobre as corridas do umbu e penitências presentes no ritual, e Rodrigues (2023), que aborda a participação feminina e a importância da mulher no ritual da Queima do Cansação do povo Katokinn.

Para uma boa compreensão da pintura corporal, assim como sua importância e conexão com o sagrado, seguimos os pressupostos de Mendonça (2019). Utilizamos, também, os estudos de Amorim e Silva (2017) e Peixoto e Souza (2024), sobre a formação da etnia Katokinn e seus processos de resistência ao longo dos anos.

Primeiras impressões no campo

O grupo étnico Katokinn, em sua formação inicial, compunha um coletivo junto ao povo Karuazu, cuja trajetória foi marcada por um processo migratório vindo de Pernambuco ao final do século XIX em busca de melhores condições de vida, até se estabelecer no Sertão alagoano. Atualmente, “os Karuazu estão situados na zona rural do município de Pariconha – Nordeste brasileiro – na microrregião serrana do Sertão alagoano, a 312 km da capital do estado, Maceió” (Barreto, 2010, p. 30). Ainda segundo a autora, o processo de emergência étnica teve início em 1999, a partir do qual o povo começou a se organizar politicamente, culminando no reconhecimento oficial em 2003.

Com o processo de migração em busca por melhorias, os Katokinn formaram uma nova comunidade, em função das condições precárias por falta de mantimentos que estavam vivenciando no ano de 2002. Assim, “ao separar-se dos Karuazu, formou um povo independente - os Catókinn - com seu representante religioso, o pajé Jovelino Soares de Araújo” (Amorim, 2003, p. 62). O etnônimo Katokinn surge de um sonho da cacique Nina, que aprendeu com seus pais as tradições religiosas e recebeu esta denominação dos Encantados (Amorim, 2003).

No mês de fevereiro de 2024, realizamos o primeiro contato com o município de Pariconha e com o povo Katokinn, justamente no período em que acontecia o ritual da Queima do Cansanção, objeto central desta pesquisa. Ao adentrar na aldeia Katokinn, situada próxima ao centro da cidade, os atos de olhar, ouvir e escrever se mostraram essenciais para a condução da pesquisa de campo (Oliveira, 1996). O olhar se revelou fundamental, pois, na primeira visita à aldeia, foi necessário observar atentamente cada espaço; o ouvir exigiu atenção aos detalhes das falas, às conversas e às pessoas presentes, de modo a compreender a realidade vivida pela comunidade.

Seguindo essas etapas, ao chegar à aldeia Katokinn, observamos a existência de dois terreiros, áreas de chão batido onde ocorrem os rituais, considerados espaços sagrados pelos indígenas da comunidade, pois é neles que se estabelecem os contatos com os Encantados. Na entrada da aldeia, os dois terreiros são visivelmente demarcados. À esquerda, localiza-se o terreiro situado no centro da aldeia, denominado “Terreiro do Mestre Katokinn”. Os arredores desse espaço sagrado são ocupados por residências e, em frente, encontra-se o poró, local de acesso exclusivo aos homens. Segundo Peixoto (2018, p. 132), “o Poró (casa dos homens) é o lugar em que acontecem quase todos os rituais fechados; nele se vivenciam as relações entre o sagrado e o mundo real”.

Para chegar ao segundo terreiro, é necessário seguir em linha reta pela entrada da aldeia. Poucos metros adiante, à direita, há um acesso que leva ao local. A curta distância permite o deslocamento a pé. Esse terreiro é mais espaçoso e é nele que ocorre a principal parte do ritual da Queima do Cansanção. Ao seu redor há algumas casas, porém mais afastadas. No mês de fevereiro de 2024, a vegetação se encontrava verdejante, e, ao final da tarde, a paisagem se tornava especialmente bela, quando o sol se punha atrás da serra e próximo ao açude, outro espaço simbólico para os Katokinn, considerado sagrado e preservado pela comunidade. Na primeira visita à aldeia, em 23 de fevereiro de 2024, presenciamos um ritual noturno no terreiro principal, o “Terreiro do Mestre Katokinn”. Foi possível observar e analisar a vivência ritualística, percebendo como a experiência de campo difere significativamente da teoria.

Antes do início do ritual, alguns indígenas realizam uma marcação nas bordas do terreiro, sinalizando que, em breve, acontecerá o ritual de abertura. A partir desse momento, não é mais permitido atravessar o espaço central; o deslocamento deve ocorrer apenas pelas margens. Quando o ritual começa, permanecem no interior do terreiro apenas os Praiás e os cantadores. No sábado à noite, durante a saída dos Praiás do poró, em direção ao terreiro, foi possível observar elementos

significativos em suas indumentárias, como o fumo, a flauta e o maracá, que eles seguravam nas mãos.

Tanto os Praiás quanto os cantadores permanecem descalços durante todo o ritual, gesto que representa o contato direto com o sagrado e o respeito aos Encantados. Os movimentos realizados seguem padrões específicos: em círculo, contornando o terreiro; em forma de cruz; e, em certos momentos, em pareia (pares), quando duas moças entram juntas, posicionando-se uma à direita e outra à esquerda do Praiá, segurando suas vestes como forma de fortalecer e proteger o ritual.

Cada Praiá é vestido por um homem denominado de moço e os Encantados são considerados entidades vivas. Como afirma Matta (2016, p. 75), “os Praiás são as manifestações materializadas dos encantados, através do uso de vestimentas e máscaras rituais confeccionados de caroá”. Nesse contexto, os zeladores exercem um papel fundamental: são pessoas escolhidas para receber uma semente simbólica e assumir a responsabilidade de cuidar das vestimentas tanto do Praiá quanto do moço, de modo a manter a presença do Encantado próxima à comunidade.

Durante o ritual, havia pessoas indígenas e não indígenas reunidas ao redor do terreiro, incluindo crianças, adolescentes e idosos, que permaneceram até tarde observando o evento. Alguns levaram cobertores para se aquecer durante a noite, enquanto aqueles que residem nas proximidades da aldeia acompanhavam o ritual a partir de suas casas. Em nenhum momento, durante a observação, as crianças demonstraram cansaço ou vontade de deixar o local; pelo contrário, mostraram interesse e satisfação em estar presentes, mesmo enfrentando a poeira e o frio.

Desde muito cedo, as crianças da aldeia manifestam interesse em participar dos rituais. Elas crescem imersas nesse contexto, desenvolvendo um sentimento de pertencimento e o reconhecimento de seu papel nos eventos ritualísticos da comunidade (Peixoto, 2018). Além disso, nesses momentos, apropriam-se das memórias e saberes compartilhados por meio da família e dos anciãos.

Os conceitos de memória individual e memória coletiva, de Halbwachs (2003), auxiliaram-nos na compreensão das narrativas do povo indígena Katokinn, sobre suas histórias, tornando dependente uma da outra. As lembranças ajudam a reconstituir um fato Histórico, tendo em vista que as testemunhas exercem um papel primordial na recordação dos acontecimentos. Segundo o autor:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele (Halbwachs, 2003, p. 51).

Nesse sentido, a memória coletiva e individual assume grande importância para os povos indígenas, sendo os ensinamentos e conhecimentos transmitidos pelos pais e pelos mais velhos aos mais jovens, essenciais para o fortalecimento cultural. Estar presente nos espaços de preparação e participar dos rituais configura uma forma de pertencimento, além de garantir a continuidade das tradições e da cultura, que se reafirmam cada vez mais durante esses eventos.

Durante a entrevista com Dona Lurdes, ela ressaltou que as crianças gostam de participar dos rituais e que até ocorrem disputas para ver quem dança com o Praiá no momento da dança da pareia. Essa memória e esses ensinamentos são incorporados no cotidiano das crianças, uma vez que as mães ou outros membros da família as levam aos rituais, despertando desde cedo seu interesse e participação.

As corridas do umbu e a queima do cansanção

O umbu, fruto do umbuzeiro, possui grande significado para os povos indígenas do Alto Sertão alagoano, pois, por meio do ritual associado a esse fruto, é possível prever se a safra do ano será boa ou não. Além disso, a festa tem como objetivo pedir proteção e fortalecer os processos de resistência do grupo. A tradição das corridas do umbu ocorre entre os meses de dezembro e março, período em que o fruto está em processo de floração e desenvolvimento.

A primeira etapa, denominada Flechamento do Umbu, acontece quando o primeiro fruto maduro do umbuzeiro é encontrado e levado para a aldeia. O umbu é então embrulhado em folhas de mamoneira e colocado em uma trave para ser flechado. A esse respeito, conforme descreve Peixoto (2018, p. 124), “os índios pintados com tauá e os Praiás armados de arco e flechas tentam, um a um, acertar o fruto com a flecha. Aquele que consegue, retira o umbu da trave e o entrega ao especialista do seu convívio”. Ainda segundo o autor, o fechamento do umbu ocorre segundo uma sistemática específica:

Na ordem, o primeiro a tentar flechar o fruto, são os Praiás, caso não consigam, passa a vez para as lideranças ou para alguém escolhido pelo pajé. Essa festa é vista como garantia para proteção de toda a safra, devido à crença de que ao encontrar uma árvore frutífera, um dos seus frutos deve ser acertado com uma flecha e com essa ação, transferem o encanto para cuidar da árvore e evitar que os frutos sejam estragados pelos insetos. Essa prática se aplica ao fruto abundante em cada região; no Sertão, o umbu (Peixoto, 2018, p. 125).

Esse momento é de grande alegria e muito aguardado pela comunidade, pois marca o início das corridas do umbu. Após o Flechamento, ocorre a Puxada de Cipó, segundo momento desta etapa ritualística, que se assemelha a um cabo de guerra entre dois grupos: os dançadores e os Praiás. Conforme Peixoto (2018, p. 126), “se o grupo vencedor for do lado Oeste, significa que haverá uma boa safra e um ano de fartura; caso contrário, é sinal de escassez de chuvas e de que a comunidade precisa se preparar para enfrentar suas consequências”. Após o resultado, a etnia Katokinn se prepara para a colheita, seja ela favorável ou desfavorável.

O terceiro momento da etapa ritualística, e objeto deste estudo, é a Queima do Cansanção. Segundo Peixoto (2018, p. 128-129), “suas folhas e caules possuem coloração verde-claro e são encontradas geralmente na mata, próximas à catingueira rasteira, com maior incidência após as chuvas”. Essa planta, conhecida em algumas regiões como urtiga, provoca queimaduras e coceira ao entrar em contato com a pele.

A Queima do Cansanção ocorre durante quatro finais de semana no período da quaresma (Rodrigues, 2023). As pessoas participam motivadas pela devoção, fé ou por promessas feitas, sendo que “não há quantidade determinada de pessoas para dançar o cansanção; o número de participantes depende da vontade e da devoção dos indivíduos daquela etnia” (Peixoto, 2018, p. 129). Indivíduos de muita fé que dançam mesmo enfrentando desconfortos físicos, como as marcas deixadas no corpo durante o ritual.

O ritual da Queima do Cansanção que observamos teve início na noite de sábado, em 23 de fevereiro de 2024. Durante a observação, verificou-se que o evento é aberto pelo pajé, que permanece nas bordas do terreiro. Antes de ingressarem no espaço sagrado, os Praiás permanecem no poró tocando a flauta; em seguida, dirigem-se em fila ao terreiro, ao som das flautas e dos maracás. Nessa atividade, o pajé comanda os cantos utilizando o maracá, revezando essa função com outros cantadores ao longo do ritual.

Ao presenciar o ritual naquela noite, foi possível perceber a força da tradição dos povos indígenas, bem como a resistência e a fé presentes tanto nos moços de Praiá quanto na comunidade ao redor. Em alguns momentos, observamos que as crianças ficavam ansiosas durante a dança dos Praiás, especialmente na dança da pareia, quando as meninas aguardavam sua vez para dançar.

Em certas ocasiões, as mulheres participam, formando pares com alguns Praiás. Conforme Peixoto (2018, p. 131), “algumas mulheres realizam esse bailado junto com eles. Algumas poucas vezes duas mulheres dançam na mesma pareia, uma de cada lado do Praiá”. Ainda na noite de sábado, foi servida uma garapa preparada pelos indígenas, feita com rapadura e água. O balde com a garapa circula ao redor de todo o terreiro e os observadores, indígenas e não indígenas, são convidados a beber.

Na tarde do domingo, 24 de fevereiro, houve a continuidade do ritual. Inicialmente, os Praiás e os participantes que dançariam segurando os galhos de cansanção se reuniram no primeiro terreiro. Os dançadores exibiam pinturas corporais feitas com tinta de tauá ou barro branco, produzida por eles mesmos. Embora homens e mulheres estivessem pintados, apenas os homens realizavam a pintura. Essas pinturas têm a função de proteção espiritual e complementação ritualística, ambas de cunho sagrado para a comunidade, e seus desenhos não seguem um padrão fixo ou significados específicos; o homem responsável escolhe como pintar cada corpo (Mendonça, 2019). Após dançarem por um período no primeiro terreiro, prepararam-se para se dirigir ao segundo.

Algumas mulheres, cuja participação será detalhada na próxima seção deste artigo, carregavam cestos com alimentos na cabeça e se organizaram em fila para seguir ao segundo terreiro, localizado próximo ao açude. Elas foram acompanhadas pelos cantadores, dançadores, Praiás e demais espectadores até o local da Queima do Cansanção. Durante a circulação no terreiro, os dançadores carregaram os galhos de cansanção nas costas. Conforme Rodrigues (2023, p. 115), “depois do processo da dança, os galhos de cansanção são dispostos no centro do terreiro, os Praiás se juntam e pulam na pilha de cansanção formada”. Em seguida, apresentamos uma fotografia desse momento.

Fotografia 1 – Praiás pisando o cansanção



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).

Na fotografia 1, podemos observar os Praiás pisando com força sobre o Cansanção, enquanto outros permanecem nas bordas do terreiro. No centro da imagem, há cinco Praiás em contato direto com a plante urticante. No alto da cena, aparecem algumas nuvens escuras, com um

leve brilho do sol ao lado esquerdo. É possível distinguir o açude e a paisagem ao fundo, assim como as pessoas em pé que assistem ao evento. Nota-se que se trata do fim de uma tarde.

Durante a queima, o círculo vai se fechando progressivamente, intensificando o contato com o Cansanção. Os sinais de irritação na pele dos dançadores são visíveis, manifestando-se em bolhas. Logo após a dança, os galhos de cansanção são colocados no centro do terreiro para que os Praiás possam pisá-los novamente. Nesse momento, é possível notar tanto a resistência dos povos indígenas quanto a alegria de estar naquele espaço ritualístico. Trata-se de um evento marcado por muita fé, ancestralidade e resistência, conforme destacado por Peixoto (2018). A dança do toré é uma prática simbólica e ritualizada, realizada em círculo, na qual todos os observadores podem participar ao final do ritual. Sobre essa etapa, Peixoto (2018, p. 136) comenta que:

Os dançadores, com a pele cheia de bolhas, dançam alegremente à medida em que vão depositando o cansanção no centro do círculo e, ato contínuo, os Praiás pisam em cima até os galhos ficarem totalmente destruídos. É uma dança de resistência, coragem e devoção à ciência indígena. Logo em seguida, começam um Toré com um sentido mais festivo e alegre, pois esse evento marca o início do ano religioso daquele povo, reafirma a aliança com o sagrado, reforça suas crenças no encantamento e purifica o povo para um ano de atividades, resistência e união.

Durante a entrevista com Maria de Lurdes Menezes, foi possível perceber o quanto ela está imersa no ritual. A indígena, que participa frequentemente da Queima do Cansanção e de outros rituais na aldeia, ressaltou a importância de pisar o cansanção durante o evento: “O pisar no cansanção é onde você recebe muitas energias; se você está ali focado no que está acontecendo, você sente, percebe algo ao seu redor” (Menezes, 2024)²⁷. Em sua fala, a entrevistada relatou que participa ativamente dos rituais na aldeia e, quando não está diretamente envolvida com as práticas rituais, atua na cozinha junto a outras mulheres, preparando os alimentos que são servidos durante o evento. Ainda assim, destacou estar sempre imersa em ambos os espaços, vivenciando integralmente o momento coletivo.

A delimitação da fronteira e o sentimento de pertencimento a um grupo são fundamentais para a constituição da identidade, seja ela individual ou coletiva (Pollack, 1992). Os rituais na aldeia Katokinn funcionam como formas de fortalecimento e reafirmação desse pertencimento. Posto isso, nas palavras de Peirano (2002, p. 22), “ritos seriam dramas sociais fixos e rotinizados, e seus símbolos, no âmbito da razão durkheimiana, estariam habituados para uma análise microsociológica refinada”.

Esses rituais fazem parte do calendário cultural e religioso dos povos indígenas do Alto Sertão alagoano, assim como dos Katokinn, ressaltando sua fé e seus costumes. Durante a Queima do Cansanção, apesar do contato com a urtiga provocar irritação na pele e o surgimento de bolhas, os indígenas não se incomodam, pois, a fé e a importância do momento ritualístico prevalecem, reafirmando sua aliança com o sagrado.

A participação feminina no ritual da queima do cansanção

A presença das mulheres durante o ritual é bastante notável e de grande importância. Durante a pesquisa de campo, foi possível observar a participação feminina na dança junto aos Praiás na noite de sábado, conforme mencionado anteriormente, e também no dia seguinte, quando carregavam os cestos. Na manhã de sábado, algumas mulheres organizavam os cestos, que continham alimentos como refrigerante, pipoca, frutas, entre outros. Esses cestos são ofertados aos

²⁷ Entrevista oral realizada com Maria de Lurdes da Cruz Menezes, no dia 07 de abril de 2024, na Aldeia Katokinn, localizada no município de Pariconha/AL.

Encantados como forma de agradecimento. Os Praiás dançam durante toda a manhã e, após o meio-dia, é servido o pirão, acompanhado de arroz e carne, preferencialmente, de carneiro.

Há algumas interdições que devem ser respeitadas nas semanas que antecedem os rituais, como jejuns alimentares e sexuais, e a proibição do contato físico. Durante o evento, as mulheres devem estar vestidas com recato. Conforme Matta (2016, p. 67), “este ritual envolve penitência, valores morais, contato dos homens com os Encantados”, sendo fundamental respeitar essas interdições e manter uma postura de respeito durante toda a celebração.

Durante o ritual, a alimentação é preparada pelas mulheres, na cozinha localizada em frente ao terreiro. Nessa atividade, algumas delas se reúnem e ficam responsáveis por preparar e servir a refeição. Durante a entrevista, Dona Miúda destacou que as mulheres não podem mexer o pirão, embora participem de várias atividades durante o ritual. Ao ser questionada sobre o motivo dessa proibição, a entrevistada preferiu não comentar, mas enfatizou a importância de as mulheres apenas cozinhare e consumirem o alimento, ressaltando que não lhes é permitido mexer o pirão.

É possível observar a presença de homens e mulheres na cozinha enquanto o ritual acontece, cuidando da comida até o momento em que ela é servida, por volta do meio-dia. Os pratos de barro, contendo arroz, pirão e carne de bode, são colocados na janela da cozinha, e os primeiros a se servirem são os cantadores e os Praiás. O batalhão de Praiás²⁸ retorna ao terreiro após pegar a comida. O grupo formado por cantadores, pajé, cacique e o batalhão de Praiás, com os pratos nas mãos, realiza uma dança cruzando o terreiro para agradecer pela refeição e, em seguida, se dirige ao poró, onde retiram suas vestimentas para poder comer. Logo depois, a comida é servida aos convidados e às pessoas ao redor do terreiro.

Na tarde do domingo, 25 de fevereiro de 2024, ocorreu a Queima do Cansanção, quando as “Botadeiras” levam, em suas cabeças, os cestos que são oferecidos aos encantados. Elas seguem em cortejo acompanhadas pelos demais participantes até o terreiro próximo ao açude. Ao chegarem, colocam os cestos nas bordas do terreiro, momento em que os Praiás começam a abençoar as oferendas (Rodrigues, 2020), como ilustrado na fotografia a seguir.

Fotografia 2 – Mulheres “botadeiras de cestos”



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2024).

Este evento foi registrado no terreiro localizado no centro da aldeia, denominado “Mestre Katokinn”. Já havia ocorrido a Queima do Cansanção, e as participantes retornavam para o terreiro principal para a finalização do ritual com o toré. Na fotografia 2, as mulheres carregam os cestos de

²⁸ O termo “batalhão de Praiás” tem sua origem a partir de uma organização um batalhão onde os Praiás se organizam em uma ordem hierárquica, sendo assim denominada.

alimentos sobre a cabeça; sendo possível notar a presença das pessoas ao redor das margens do terreiro, os desenhos na parede do lado direito da fotografia, bem como o céu azul com algumas nuvens.

Durante o ritual, a pintura corporal é um elemento muito presente e possui significado específico; homens e mulheres pintam seus corpos para estabelecer contato com o sagrado. Essa pintura, caracterizada pelo grafismo na cor branca, é realizada em rituais como a Queima do Cansanção. A pintura corporal está sempre presente nos rituais, apresentando diferenças entre os gêneros: as mulheres são adornadas com uma lua no rosto, pinturas nos braços e pulseiras com pequenas bolinhas, enquanto os homens têm o corpo inteiro pintado. A seguir, apresentamos uma fotografia que ilustra o grafismo corporal em um homem:

Fotografia 3 – Grafismo corporal no homem



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).

Na terceira fotografia, é possível observar o grafismo corporal dos homens, com desenhos em forma de cruz no corpo e nas costas, um elemento presente em todos os rituais, inclusive na pintura corporal. Essa pintura é produzida a partir de uma argila branca denominada “Tauá”, que passa por um processo tradicional de preparação antes de ser aplicada nos corpos dos membros do grupo (Mendonça, 2019). A pintura corporal funciona como uma ligação entre o humano e o sagrado, servindo também como proteção espiritual.

Considerações finais

Este artigo abordou a realização do ritual da Queima do Cansanção na aldeia Katokinn. O objetivo de descrever e analisar o ritual foi alcançado a partir das observações feitas durante as visitas de campo e do levantamento bibliográfico realizado. A descrição se baseou nos relatos dos dias 24 e 25 de fevereiro de 2024, que marcaram também o primeiro contato com o ambiente de pesquisa. Foram discutidos os acontecimentos e os significados compartilhados, tanto por meio da entrevista realizada quanto pelas referências bibliográficas que fundamentaram o estudo.

Destacamos a importância das celebrações ritualísticas das Corridas do Umbu, que ocorrem em três fases: Flechamento do Umbu, Puxada de Cipó e Queima do Cansanção. A última fase, objeto principal deste trabalho, foi detalhadamente descrita como uma forma pela qual o povo Katokinn se mantém conectado à sua religião e aos costumes praticados na aldeia. É por meio dessas celebrações que se reafirmam os elementos sagrados da identidade indígena vinculada aos Pankararu.

Ao realizar seus rituais, o povo Katokinn se aproxima de seus ancestrais, resistindo às tentativas de apagamento de sua fé e perpetuando seu legado através das crianças, que aprendem observando e participando desses eventos. O reconhecimento enquanto etnia indígena é fundamental para garantir seus direitos e enfrentar as tentativas de silenciamento. Nesse sentido, o ritual evidencia para os observadores a importância desse momento para a comunidade, com cada integrante da aldeia participando conforme suas possibilidades.

Este artigo também destacou a observação e o primeiro contato com o ambiente, a organização do ritual, a realização da Queima do Cansação, a participação feminina e as simbologias da pintura corporal, elemento de grande significado para o povo Katokinn. O intuito foi descrever o ritual dessa etnia para que interessados no tema possam encontrar mais fontes sobre essa prática essencial para os Katokinn, para o movimento indígena e para a sociedade envolta.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: Iphan – AL, 2017.
- MPF/AL, Ascom. Território Katokinn: demarcação, educação, saúde e água na pauta do MPF. **Tribuna Hoje**, Maceió, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/interior/2023/11/17/129784-territorio-katokinn-demarcacao-educacao-saude-e-agua-na-pauta-do-mpf>. Acesso em: 04 dez. 2025.
- BARRETO, Juliana Nicolle Rebelo. **Corridas do imbu: rituais e imagens entre os índios karuazu**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- MATTA, Priscila. **Dois elos da mesma corrente: uma etnografia da Corrida do Imbu e da Penitência entre os Pankararu**. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MENEZES, Maria de Lurdes da cruz. **A mulher durante o ritual**. Entrevista concedida a Josefa Alice da Silva, abril de 2024. Aldeia Katokinn – Pariconha. Entrevista gravada no formato MP3.
- MENDONÇA, Vinícius Alves. **Imagens e interpretação: a imaterialidade das pinturas corporais Jiripankó. Sobre Ontens**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 130-141, 2019.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
- PEIRANO, Mariza. **O Dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume; Dumara, 2001.
- PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.
- RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. **“É tão bom dançar toré com os praiás”: etnicidade e ritual entre os Jiripankó – Alagoas**. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.
- SILVA, E. C. O.; PEIXOTO, J. A. L.; SOUZA, T. S. “Órfãos da mãe terra”: emergência territorial dos Katokinn no Alto Sertão de Alagoas (2002-2023). In: ROCHA, Adauto Santos da; SOARES, Brunemberg da Silva; MENDONÇA, Vinícius Alves de. (Orgs.). **Povos indígenas e culturas subalternizadas em Alagoas**. Palmeira dos Índios - AL: Editora Gphial, 2024. p. 111-133.
- VALENTIM, Letícia Alves; PEIXOTO, José Adelson Lopes. As corridas do Umbu na aldeia Katokinn. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 1, p. 56-70, 2023.
- VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. O sonho do etnônimo Katokinn e o Rei dos Peixes: Perspectivas analíticas em Jung e Lévi-Strauss. In: **Anais do Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal: ANPUH, 2013.
- Enviado em 31/12/2025
- Avaliado em 15/02/2026

OBRIGAÇÃO ALIMENTAR NO BRASIL: EFEITOS JURÍDICOS, SANÇÕES E INOVAÇÕES DO PROJETO DE LEI N. 2201/2024

Karla Beatriz Hortolani Rodrigues Hashimoto²⁹

Arthur Amorim Oliveira³⁰

Ygor Alves Pereira³¹

Resumo

A obrigação alimentar no direito brasileiro é fundamental para garantir a dignidade da pessoa humana e a solidariedade familiar, abrangendo não só a alimentação, mas também moradia, saúde, educação e lazer. Com natureza jurídica híbrida, é regida pelo binômio necessidade-possibilidade. O inadimplemento acarreta sanções como prisão civil, penhora de bens e medidas coercitivas atípicas. O Projeto de Lei n. 2201/2024 propõe reforçar esses mecanismos e criar um cadastro nacional de devedores. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica, documental e jurisprudencial. O projeto representa avanço, mas exige atenção ao equilíbrio entre efetividade e garantias constitucionais.

Palavras-chave: alimentos, inadimplemento, responsabilidade.

Abstract

The obligation to provide support in Brazilian law is essential to ensuring human dignity and family solidarity, encompassing not only food but also housing, health, education, and leisure. With a hybrid legal nature, it is governed by the need-possibility binomial. Noncompliance leads to sanctions such as civil imprisonment, asset seizure, and atypical coercive measures. Bill No. 2201/2024 proposes to strengthen these mechanisms and create a national registry of debtors. This study employed a qualitative methodology, based on bibliographic, documentary, and jurisprudential review. The proposal represents progress but requires careful balance between legal effectiveness and the debtor's constitutional.

Keywords: support, default, responsibility.

Introdução

A obrigação alimentar, no ordenamento jurídico brasileiro, constitui instrumento essencial para a concretização da dignidade da pessoa humana e da solidariedade familiar, princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988.

Mais do que um dever patrimonial, trata-se de um vínculo jurídico que visa assegurar condições mínimas de subsistência e desenvolvimento ao alimentando, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, abrangendo, além da alimentação em sentido estrito, itens como moradia, educação, saúde, vestuário e lazer, caracterizando sua natureza híbrida e personalíssima.

Atualmente a fixação da pensão alimentícia segue o binômio necessidade-possibilidade, conforme disposto no §1.º do art. 1.694 do Código Civil, buscando equilibrar os interesses de quem necessita da prestação e a capacidade financeira de quem deve fornecê-la.

²⁹ Professora Mestra do Curso de Direito e orientadora do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Católica Dom Orione.

³⁰ Acadêmico do 8º Período do Curso de Direito e orientando do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Católica Dom Orione.

³¹ Acadêmico do 8º Período do Curso de Direito e participante voluntário do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Católica Dom Orione.

O inadimplemento da obrigação, entretanto, ainda representa um desafio recorrente na prática forense brasileira, sendo alvo de medidas coercitivas diversas, como a prisão civil, penhora de bens e, mais recentemente, medidas atípicas autorizadas com base no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil.

Nesse cenário, o Projeto de Lei n. 2201/2024 surge como resposta legislativa à persistente inadimplência alimentar, propondo, entre outras medidas, a formalização de sanções atípicas, a criação de um cadastro nacional de devedores e a responsabilização mais rigorosa de quem oculta deliberadamente sua real condição financeira para evitar o cumprimento da obrigação.

A análise crítica da proposta legislativa, à luz dos direitos fundamentais e dos princípios processuais constitucionais, é o objeto central deste artigo.

A obrigação alimentar no direito brasileiro:

A obrigação alimentar figura-se como um instituto essencial à proteção da dignidade da pessoa humana e à efetivação da solidariedade familiar.

Juridicamente falando, o termo "alimentos" não se restringe apenas à alimentação, abrangendo também tudo aquilo que é necessário à manutenção de uma existência digna, como moradia, vestuário, educação, saúde e lazer, como explicado por GAGLIANO; PAMPLONA FILHO (2020), p. 413.

A natureza jurídica da obrigação alimentar é complexa e híbrida, conforme DIAS (2017). Embora possua conteúdo patrimonial, sua origem encontra-se nas relações familiares, justificando-se a sua necessidade em razão dos vínculos de afeto e cuidado, de acordo com o entendimento de MADALENO (2020).

Complementa ainda a doutrina, GONÇALVES (2021), p. 438 que ela combina aspectos de direito pessoal, por ser intransferível e intransmissível em vida, com características de obrigações civis e até de direito fundamental social. Apresenta, ainda, peculiaridades como a periodicidade, a imprescritibilidade enquanto subsistir a necessidade, a irrenunciabilidade no caso de menores, e a possibilidade de revisão judicial sempre que houver alteração nas circunstâncias das partes.

Importante destacar que, a fixação do encargo alimentar obedece ao conhecido binômio necessidade-possibilidade, previsto no §1.º do art. 1.694 do Código Civil. Isso significa que a pensão deve ser estabelecida atendendo-se as necessidades do alimentando e também a capacidade econômica do alimentante. A jurisprudência contemporânea tem evoluído para um trinômio, que inclui também a razoabilidade, de modo a assegurar que a prestação alimentar seja equilibrada e proporcional à realidade concreta das partes envolvidas, levando-se em conta alguns critérios práticos, como por exemplo, o padrão de vida anterior, a idade, o estado de saúde e o projeto educacional do alimentando.

Pode ser fixada mediante percentual dos rendimentos líquidos (para assalariados) ou valor fixo (no caso dos profissionais autônomos ou liberais).

A revisão, exoneração ou majoração da pensão é admitida sempre que houver alteração significativa na capacidade de quem paga ou nas necessidades de quem recebe, conforme autoriza o art. 1.699 do Código Civil. Alguns fatores como perda de emprego, aumento de renda, constituição de nova família, conclusão dos estudos ou mudança no custo de vida são comumente levados em consideração pelo Judiciário.

É importante destacar que a modificação da pensão alimentícia tem efeitos *ex nunc*, não alcançando os valores em atraso, que permanecem devidos.

O não pagamento da pensão alimentícia e suas consequências legais:

O não pagamento da pensão alimentícia é tratado com elevada gravidade no direito brasileiro, dada a essencialidade dessa prestação para assegurar a sobrevivência e o bem-estar do alimentando.

A inadimplência não é considerada apenas um descumprimento contratual, mas também uma violação de dever jurídico imposto por lei e sustentado por princípios constitucionais, especialmente o da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar e da proteção integral à criança, ao adolescente e ao idoso.

Em razão disso, o sistema jurídico contempla diversas medidas coercitivas e sanções que visam compelir o devedor ao cumprimento da obrigação alimentar, além de preservar os direitos do alimentando de forma célere e eficaz.

A mais emblemática dessas medidas é a prisão civil do devedor de alimentos, prevista nos artigos 528 a 533 do Código de Processo Civil de 2015, sendo decretada quando o devedor, regularmente citado, deixa de pagar as três últimas parcelas devidas, somadas às que se vencerem no curso da ação, sem apresentar justificativa plausível. O prazo máximo de encarceramento é de 90 dias, e o cumprimento da pena se dá em regime fechado, em cela separada dos presos comuns, conforme estabelece a legislação e orientações dos tribunais superiores.

É fundamental destacar que essa prisão tem natureza puramente coercitiva, objetivando exercer pressão psicológica e social sobre o devedor para que este quite a dívida ou celebre acordo de pagamento. Mesmo após o cumprimento da pena, a dívida alimentar permanece existente, e o alimentando pode prosseguir com sua execução.

Nesse sentido, o sistema jurídico brasileiro traz um conjunto robusto e diversificado de mecanismos civis, administrativos e penais, destinados à satisfação do crédito alimentar.

Dentre as medidas civis, merecem destaque a penhora de bens móveis e imóveis, saldos bancários, aplicações financeiras e outros ativos do devedor, desde que sejam suficientes para satisfazer o crédito.

Administrativamente tem-se a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes (SPC e SERASA), além do protesto judicial da decisão que reconhece a dívida alimentar, conforme autoriza o artigo 517 do Código de Processo Civil.

Nos últimos anos, o Poder Judiciário passou a admitir o uso de algumas medidas atípicas, desde que sejam observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Dentre essas medidas, destaca-se a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, bloqueio de passaporte e a restrição à participação em concursos públicos.

No âmbito penal, o inadimplemento injustificado pode configurar o crime de abandono material, previsto no artigo 244 do Código Penal, penalizado com detenção de um a quatro anos e multa.

O não pagamento reiterado da pensão alimentícia pode, ainda, causar repercussão na esfera do direito familiar, influenciando em assuntos como guarda, convivência e exercício da autoridade

parental, em razão de poder ser interpretado como indício de negligência ou abandono, especialmente se estiver associado a outros comportamentos omissivos.

Análise do Projeto de Lei n. 2201/2024

O Projeto de Lei n. 2201/2024, em tramitação no Congresso Nacional, propõe importantes alterações na legislação referente à obrigação alimentar, especialmente no que diz respeito às medidas aplicáveis em caso de inadimplemento.

Trata-se de uma iniciativa legislativa que reflete a preocupação com a crescente judicialização da pensão alimentícia e com a necessidade de tornar mais eficaz a responsabilização do devedor, além de proteger de forma mais célere e efetiva os direitos fundamentais dos alimentandos, particularmente crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos.

Seu principal objetivo é reforçar os instrumentos de coerção contra os devedores contumazes de alimentos, por meio da ampliação dos mecanismos legais disponíveis para garantir o adimplemento da obrigação e inibir condutas omissivas. Trata-se de uma resposta jurídica à ineficácia das medidas tradicionais.

A doutrina contemporânea já tem reconhecido a legitimidade do uso de medidas coercitivas, inclusive atípicas, desde que sejam proporcionais e adequadas às circunstâncias do caso concreto. FARIAS E ROSENVALD (2022) destacam que, em razão da natureza peculiar da obrigação alimentar, tais mecanismos de coerção estão em conformidade com os princípios constitucionais, especialmente com o da dignidade da pessoa humana, cuja proteção justifica a adoção de meios eficazes para garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

Para MADALENO (2020) tais medidas não estão revestidas de caráter punitivo, mas sim coercitivo, visando compelir o devedor inadimplente à satisfação da dívida alimentar. No entanto, GAGLIANO E PAMPLONA (2021) defendem a legitimidade da legitimação dos direitos fundamentais do devedor, desde que atendido o critério da proporcionalidade, equilibrando o direito à liberdade com a proteção da dignidade de quem depende da pensão para viver.

O referido projeto propõe algumas modificações no Código de Processo Civil e na Lei de Alimentos (Lei nº 5.478/1968), destacando-se a possibilidade de aplicação de algumas medidas coercitivas atípicas, como por exemplo, a suspensão da CNH, do passaporte e dos cartões de crédito do devedor, além da proibição de sua participação em licitações públicas e concursos, quando houver suspeita de má-fé, ocultação de patrimônio ou recusa deliberada ao pagamento da pensão. Ressalta-se que tais medidas já vinham sendo aplicadas com base em interpretação extensiva do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil, porém, agora encontram-se positivadas no Projeto de Lei, o que lhes confere uma maior segurança jurídica.

Outra proposição relevante é a criação de um cadastro nacional unificado de devedores de alimentos, com base de dados acessível ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e aos órgãos de proteção à infância e juventude. À princípio, esse cadastro teria caráter sigiloso, mas permitiria rastrear devedores reincidentes e facilitar a cooperação entre tribunais em diferentes estados, evitando que devedores se beneficiem da morosidade ou da fragmentação do sistema de justiça.

O prazo para decretação da prisão civil, que atualmente é de três meses de inadimplemento, seria reduzido para duas parcelas vencidas, considerando o caráter emergencial da prestação alimentar. Também seriam abreviados os prazos processuais da ação de alimentos e da execução, podendo o Juiz decretar medidas coercitivas em até cinco dias após o não pagamento ou o descumprimento de acordo homologado judicialmente, independentemente de nova intimação.

No que diz respeito ao potencial impacto na responsabilização do devedor, o projeto tende a representar um avanço mais significativo, quando positiva as medidas alternativas já mencionadas, de forma a ampliar a capacidade de resposta do Estado frente ao inadimplemento. Com isso, espera-se um maior comprometimento dos obrigados com o pagamento da pensão alimentícia, pois o devedor passará a enfrentar não apenas sanções tradicionais, como a prisão e a penhora, mas também constrições que afetam diretamente sua vida cotidiana e sua reputação financeira, tornando a inadimplência mais onerosa do ponto de vista social e psicológico.

Ao mesmo tempo, os princípios constitucionais fundamentais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal estão plenamente respeitados, uma vez que todas as medidas coercitivas devem ser aplicadas com base em decisão judicial fundamentada, após análise das circunstâncias do caso concreto. Também são previstas exceções em situações de comprovada hipossuficiência do devedor ou de impossibilidade absoluta de pagamento, resguardando o equilíbrio entre as partes.

Mais do que um instrumento de coerção, o Projeto de Lei n. 2201/2024 representa um compromisso do Estado com a efetividade dos direitos fundamentais, reafirmando que a dignidade dos alimentandos não pode ser sacrificada pela negligência ou omissão do devedor, e que a justiça se concretiza quando deixa de ser apenas declaratória e passa a ser, de fato, realizável

Desafios e perspectivas

O Projeto de Lei n. 2201/2024 propõe a inserção de sanções coercitivas mais incisivas no ordenamento jurídico brasileiro como forma de enfrentar a inadimplência reiterada no cumprimento da obrigação alimentar.

Tal proposta se insere em um contexto de busca por maior efetividade processual e proteção aos direitos fundamentais de credores alimentares, frequentemente vulneráveis e dependentes da pensão para sua sobrevivência.

Ao incorporar medidas que vão além da prisão civil, tradicionalmente prevista no artigo 528 do Código de Processo Civil, o projeto busca um modelo mais abrangente de responsabilização do devedor, em consonância com a tendência jurisprudencial de adoção de meios executivos atípicos. Trata-se de um movimento normativo que visa não apenas a recuperação do crédito alimentar, mas a dissuasão do inadimplemento voluntário e doloso, especialmente em um cenário de devedores contumazes.

Entretanto, a implementação dessas medidas exige um cuidado especial quanto à compatibilização com os direitos fundamentais. A suspensão de documentos pessoais e financeiros, por exemplo, ainda que voltada à coerção indireta do devedor, pode afetar esferas essenciais da liberdade individual, como o direito ao trabalho, à locomoção e ao exercício da cidadania. Por essa razão, é imprescindível que a aplicação dessas sanções se pautem em critérios objetivos, com base em indícios claros de má-fé, ocultação de bens ou tentativa deliberada de frustrar a execução.

O princípio da proporcionalidade deve funcionar como parâmetro para a atuação judicial, impedindo que medidas de coerção se tornem instrumentos de abuso ou punição incompatíveis com o Estado Democrático de Direito. O desafio, portanto, será construir um sistema de execução que seja simultaneamente firme e garantista, equilibrando a proteção dos alimentandos com a salvaguarda dos direitos do devedor.

Outro aspecto relevante reside na necessidade de estruturação institucional para a operacionalização eficaz dessas medidas. Tribunais, varas de família e órgãos auxiliares como o Ministério Público e a Defensoria Pública precisam de capacitação técnica e estrutura adequada para investigar e comprovar a real capacidade financeira do devedor. Ferramentas tecnológicas integradas entre órgãos públicos, como Receita Federal, BacenJud, Infojud e Renajud, podem facilitar a identificação de fraudes, mas sua eficácia depende da atuação articulada entre os entes envolvidos e da disponibilidade de profissionais qualificados. Em regiões com menor aparato institucional, o risco é a adoção seletiva ou ineficaz das medidas coercitivas, o que comprometeria a isonomia e a efetividade da execução alimentar em âmbito nacional.

Além disso, o sucesso do Projeto de Lei dependerá de um amadurecimento da cultura jurídica e social em torno da responsabilidade parental e da inadimplência alimentar. A normatização de medidas coercitivas mais duras deve ser acompanhada de campanhas de conscientização sobre a importância do cumprimento voluntário da pensão alimentícia e de ações educativas que promovam o engajamento da sociedade na proteção dos direitos das crianças, adolescentes e demais credores alimentares.

A execução de alimentos não pode ser vista apenas como uma questão processual, mas também como um reflexo da solidariedade familiar e da corresponsabilidade na formação e manutenção da dignidade dos alimentandos.

O Projeto de Lei n. 2201/2024, se bem regulamentado e implementado, tem o potencial de representar uma mudança paradigmática no tratamento jurídico da inadimplência alimentar, promovendo justiça social e eficácia na tutela dos mais vulneráveis.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Atualizada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.
- BRASIL. *Lei de Alimentos*. Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968. Dispõe sobre a ação de alimentos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 1968. Atualizada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5478.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.
- BRASIL. *Projeto de Lei n. 2.201, de 2024*. Dispõe sobre a responsabilização do devedor de alimentos que oculta patrimônio para fraudar a execução. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2406450>. Acesso em: 07 jul. 2025.
- BRASIL. *Código Civil*. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Atualizado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.
- BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Atualizado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.
- BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Define os crimes e as penas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Atualizado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.
- DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 12. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo CPC. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Apelação Cível n. 0731815-56.2020.8.07.0016, Rel. Des. Eustáquio de Castro, 8ª Turma Cível, j. 28 mar. 2023. Publicado no DJE em 10 abr. 2023. Segredo de Justiça.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: direito das famílias*. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2022. v. 5.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: direito de família*. Vol. 6. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. Vol. 6. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MADALENO, Rolf. *Direito de família*. 8. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 0007611-17.2022.8.16.0000, Rel. Des. Ivanise Maria Tratz Martins, 12ª Câmara Cível, Maringá, j. 23 maio 2022. Segredo de Justiça.

Enviado em 31/12/2025

Avaliado em 15/02/2026

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO AO BULLYING: DESAFIOS E RESPONSABILIDADES

Laura Zimmermann de Souza³²

Pedro Trindade Petersen³³

Bruna Trindade Petersen³⁴

Antonio Escandiel de Souza³⁵

Resumo

O presente estudo investiga a responsabilidade legal das escolas frente ao bullying, ressaltando, portanto, seu papel na proteção e promoção de um ambiente seguro. Com base em pesquisa bibliográfica, analisa a Constituição, o ECA e a Lei Antibullying (13.185/2015), que determinam deveres de prevenção e combate. Entretanto, limitações estruturais, falta de capacitação e monitoramento insuficiente prejudicam a efetividade das medidas. Ademais, a responsabilização civil, prevista no Código Civil, e a criminal, em casos graves de omissão, reforçam a obrigação institucional. Dessa forma, a prevenção eficaz exige campanhas educativas, canais de denúncia e formação contínua, consolidando, assim, cultura de respeito e inclusão escolar.

Palavras-chave: Responsabilidade Institucional. Bullying Escolar. Proteção Infantojuvenil.

Abstract

This study investigates the legal responsibility of schools in relation to bullying, emphasising their role in protecting and promoting a safe environment. Based on bibliographic research, it analyses the Constitution, the ECA (Child and Adolescent Statute) and the Anti-Bullying Law (13.185/2015), which determine duties of prevention and combating. However, structural limitations, lack of training, and insufficient monitoring undermine the effectiveness of these measures. Furthermore, civil liability, as provided for in the Civil Code, and criminal liability in serious cases of omission reinforce institutional obligations. Thus, effective prevention requires educational campaigns, reporting channels, and ongoing training, thereby consolidating a culture of respect and inclusion in schools.

Keywords: Institutional Responsibility. School Bullying. Child and Youth Protection.

Considerações Iniciais

O ambiente escolar, idealmente um espaço de formação, acolhimento e desenvolvimento, tem sido palco recorrente de práticas violentas que comprometem a integridade física e emocional de crianças e adolescentes. Entre essas práticas, o bullying se destaca como uma forma persistente de agressão, muitas vezes naturalizada como brincadeira, mas que carrega sérias consequências para o bem-estar das vítimas.

³² Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta - Unicruz. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Dom Alberto - Santa Cruz do Sul/RS. Especialista em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante. Especialista em Direito Processual Civil pela Legale Educacional. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta - Unicruz.

³³ Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta-RS - Unicruz. Especialista em Direito Civil e Empresarial pelo Instituto Damásio de Direito - IDD (Faculdade IBMEC SP). Graduado em Direito pela Universidade de Cruz Alta-RS - UNICRUZ. Advogado autônomo inscrito na OAB/RS sob n. 116.540.

³⁴ Acadêmica do curso de Direito pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ.

³⁵ Doutor em Letras (Linguística Aplicada) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2009). Mestre em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal de Santa Maria/RS - UFSM (2000). Especialista em Linguística textual pela Universidade de Cruz Alta/RS - UNICRUZ (1989). Graduado em Letras - Licenciatura Português/Inglês, pela Universidade de Cruz Alta/RS - UNICRUZ (1989).

A complexidade do bullying escolar exige que se ultrapasse a visão simplista de que se trata apenas de conflitos interpessoais. Trata-se de um fenômeno estrutural, que reflete falhas institucionais na promoção de ambientes seguros e inclusivos. A omissão das escolas diante de situações de violência entre alunos não apenas perpetua o sofrimento das vítimas, como também compromete a função social da educação.

Nesse contexto, é imprescindível que as instituições de ensino assumam uma postura ativa, pautada em políticas de prevenção, acolhimento e responsabilização. A atuação preventiva não deve se limitar a ações pontuais, mas integrar o cotidiano escolar por meio de práticas pedagógicas, formação continuada dos profissionais e envolvimento da comunidade. Assim, o enfrentamento ao bullying se consolida como um compromisso ético e legal, essencial à garantia dos direitos infantojuvenis e à construção de uma cultura de paz nas escolas.

Diante desse cenário, torna-se urgente refletir sobre o papel das instituições de ensino na prevenção e enfrentamento do bullying. Mais do que espaços de aprendizagem, as escolas são corresponsáveis pela proteção dos direitos fundamentais dos estudantes, conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal. A negligência nesse dever pode configurar não apenas falha ética, mas também responsabilidade jurídica.

Este estudo propõe uma análise crítica da responsabilidade institucional das escolas frente ao bullying, considerando os dispositivos legais que regem a proteção infantojuvenil e as obrigações das instituições educacionais. Em termos metodológicos, adotou-se uma pesquisa qualitativa, com método de procedimento bibliográfico e documental para o desenvolvimento do artigo científico, cuja aplicação decorre da coleta de informações e da descrição do tema estudado, que se caracteriza na leitura e pesquisa realizada por meio de textos, livros, artigos científicos, revistas e obras doutrinárias.

Já o método de abordagem adotado é o hipotético-dedutivo, que consiste na avaliação de teorias a partir de hipóteses alternativas e falseáveis, em que, não sendo plausível a obtenção de um caso concreto que falseie a hipótese, ela será corroborada de forma provisória (Henriques; Medeiros, 2017). Para tanto, a pesquisa fundamenta-se em legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil e leis específicas como a Lei Antibullying (n.º 13.185/2015), buscando compreender os limites e possibilidades da atuação escolar diante dessa problemática.

O dever legal e institucional no enfrentamento ao bullying

O bullying configura-se como uma modalidade de violência, seja de natureza física ou psicológica, perpetrada de forma intencional e reiterada por um ou mais agressores, com o propósito de intimidar ou causar sofrimento a uma ou mais vítimas, geralmente sem motivação aparente. Nos últimos anos, o aumento expressivo de casos de bullying no ambiente escolar tem suscitado crescente preocupação entre famílias, Estado e sociedade civil (Rocha, 2020).. Embora muitas vezes tratado como uma brincadeira, esse fenômeno pode acarretar graves consequências para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, incluindo o surgimento de transtornos como depressão e ansiedade.

Visando à mitigação desse problema, foi sancionada a Lei nº 14.811/2024, que introduziu os crimes de bullying e cyberbullying no Código Penal Brasileiro, por meio do artigo 146-A³⁶.

Complementarmente, a Lei nº 13.663/2018 alterou o artigo 12 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), estabelecendo como incumbência dos estabelecimentos de ensino a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todas as formas de violência, com especial atenção à intimidação sistemática (bullying), bem como à promoção da cultura de paz no ambiente escolar.

Destaca-se, ainda, a Lei nº 13.185/2015, conhecida como Lei Antibullying, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática em âmbito nacional. A legislação atribui às instituições de ensino, clubes e agremiações recreativas a responsabilidade pela implementação de ações de prevenção, diagnóstico e enfrentamento do bullying. Os artigos 5º e 6º da referida norma dispõem, respectivamente, que “*É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnóstico e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying)*” e “*Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (bullying) nos Estados e Municípios para planejamento das ações*” (Brasil, 2015).

Apesar da existência dessas normas e diretrizes específicas, a eficácia das medidas adotadas enfrenta desafios, como a falta de estrutura adequada nas escolas e recursos limitados para a implementação das políticas de prevenção. Ademais, o monitoramento contínuo das ocorrências em âmbito estadual e municipal ainda é realizado de forma inconsistente, prejudicando a elaboração de estratégias fundamentadas em dados concretos.

Outro aspecto relevante é a capacitação dos profissionais da educação, visto que a formação contínua de professores e demais funcionários é necessária para que identifiquem os sinais de bullying e intervenham adequadamente. Programas de treinamento focados no reconhecimento das diversas formas de bullying (físico, psicológico, virtual, dentre outras) e na adoção de melhores práticas são essenciais para garantir ambientes escolares seguros, bem como o cumprimento das responsabilidades previstas na Lei nº 13.185/2015.

A aplicação desta lei depende diretamente do papel ativo das escolas, que devem se comprometer com a conscientização e prevenção do bullying, envolvendo alunos e profissionais do ambiente escolar. Para tanto, campanhas educativas e a promoção de informações são estratégias importantes, assim como o estabelecimento de canais de denúncia e a definição clara de medidas disciplinares.

No âmbito jurídico, a instituição educacional possui responsabilidade objetiva, conforme o artigo 932, inciso IV, do Código Civil, respondendo pelos danos causados a terceiros dentro de suas dependências (Brasil, 2002). Tal responsabilidade é particularmente relevante em casos de bullying, nos quais a escola deve atuar ativamente para proteger os alunos. Nesse sentido, Stoco (2007, p. 243) esclarece que:

³⁶ Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais: Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave. Intimidação sistemática virtual (cyberbullying) Parágrafo único. Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real: Pena - reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave

A escola ao receber o estudante menor, confiado ao estabelecimento de rede particular para as atividades curriculares, de recreação, aprendizado e formação escolar, a entidade é investida no dever de guarda e preservação da integridade física do aluno, com a obrigação de empregar a mais diligente vigilância, para prevenir e evitar qualquer ofensa ou danos aos seus pupilos, que possam resultar do convívio escolar.

Além disso, o artigo 186 do Código Civil dispõe que quem causar dano a outrem, seja por ação ou omissão, negligência ou imprudência, deve repará-lo, incluindo danos morais (Brasil, 2002). Nesse contexto, as instituições de ensino podem ser responsabilizadas civilmente quando deixam de adotar medidas eficazes para prevenir e combater o bullying. A omissão na criação de um ambiente escolar seguro configura negligência, podendo ensejar ações judiciais por danos morais, responsabilizando não apenas a direção escolar, mas também professores e demais profissionais envolvidos (Diniz, 2021).

Tal responsabilidade encontra respaldo no princípio geral da reparação dos danos, previsto no ordenamento jurídico civil, que impõe o dever de indenizar sempre que houver violação de direitos e prejuízo à vítima. Como agentes responsáveis pela manutenção de um ambiente educacional saudável, as escolas têm o encargo de proteger a integridade física, emocional e psicológica dos alunos. A inércia diante de situações de bullying pode, portanto, caracterizar falha institucional, sujeitando a escola às consequências jurídicas decorrentes da omissão (Souza, 2019).

Nesse sentido, o artigo 12, inciso IX, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), impõe aos estabelecimentos de ensino a obrigação de “*promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas*”. Assim, a ausência de políticas efetivas contra o bullying pode ser interpretada como negligência, ensejando a responsabilização da instituição.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) consagra o princípio da proteção integral, assegurando às crianças e adolescentes o direito a um ambiente escolar seguro, digno e livre de qualquer forma de violência. A legislação atribui às entidades públicas e privadas o dever de garantir esses direitos, sendo passíveis de responsabilização em caso de violação. Assim, o ECA reforça o papel das escolas como espaços de promoção do bem-estar e do desenvolvimento pleno dos educandos, exigindo atuação proativa na prevenção e enfrentamento do bullying.

Considerações finais

A Lei nº 13.185/2015 consolidou importante marco jurídico no combate ao bullying, ao reconhecer as instituições de ensino como protagonistas na construção de ambientes inclusivos, seguros e livres de violência. Ressalta-se que o não cumprimento dessas obrigações pode gerar consequências severas, que vão desde a responsabilização civil, com a reparação por danos morais às vítimas, até a responsabilização criminal em casos de omissão grave por parte de gestores e dirigentes escolares.

Entretanto, a simples existência de normas não garante sua efetividade. A prevenção e o enfrentamento do bullying demandam atuação contínua e articulada entre escola, famílias e comunidade, em uma perspectiva de corresponsabilidade. Nesse contexto, medidas como a formação permanente dos profissionais da educação, a implementação de canais de denúncia acessíveis, o acompanhamento sistemático das ocorrências e a pronta intervenção em casos identificados são instrumentos indispensáveis para assegurar um ambiente escolar saudável.

Conclui-se, portanto, que a efetividade das políticas de combate ao bullying depende do comprometimento real das instituições educacionais em transformar suas práticas, indo além do cumprimento formal da lei. O desafio está em promover uma cultura de paz, respeito e acolhimento, capaz de garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme assegura a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, a superação do bullying deve ser compreendida não apenas como uma obrigação legal, mas como uma responsabilidade ética e social. Ao investir em políticas inclusivas, em projetos pedagógicos voltados à convivência saudável e em parcerias interinstitucionais, as escolas fortalecem sua função social e contribuem para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e preparados para a vida em sociedade. Mais do que prevenir a violência, trata-se de formar gerações capazes de consolidar valores de solidariedade e justiça, fundamentais para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade democrática.

Referências

- BRASIL. **Código Civil**. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em 14 ago. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 14 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 14 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 13.185, de 6 novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm. Acesso em 14 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113663.htm. Acesso em 14 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114811.htm. Acesso em 14 ago. 2025.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2021.
- HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ROCHA, Mariana. **Bullying e responsabilidade das escolas: o impacto das decisões judiciais no ambiente escolar**. Revista Brasileira de Direito da Educação, v. 16, n. 2, 2020.
- SOUZA, Marina de Araújo. **O bullying e a responsabilidade civil das escolas: análise da jurisprudência brasileira**. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/souzaresponsabilidadeescolasbullying>. Acesso em 14 ago. 2025.
- STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência**. 7. ed. São Paulo: Editora RT, 2007.

Enviado em 31/12/2025

Avaliado em 15/02/2026

A INSERÇÃO DA PESSOA IDOSA EM UMA UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI

Thais Severo Dutra³⁷

Cleide Dejaira Martins Vieira³⁸

Caroline Martins Vieira³⁹

Paolo Palmeiro⁴⁰

Tatiane Marchesan⁴¹

Moane Marchesan⁴²

Solange Beatriz Billig Garces⁴³

Rodrigo de Rosso Krug⁴⁴

Resumo

O presente estudo buscou analisar a inserção de idosos em uma instituição de nível superior. Tratou-se de um estudo descritivo com dados secundários de 1266 alunos matriculados em uma Universidade Comunitária da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. As informações foram repassadas via e-mail pelo setor de Recursos Humanos da referida Universidade, respeitando o anonimato dos participantes. Evidenciou-se que dos 1266 alunos matriculados na referida Universidade, somente 3 (0,24%) tinham 60 ou mais anos de idade. Analisou-se também que conforme a faixa etária aumenta, reduz-se o número de alunos matriculados, sendo, 79,22% (n=1003) com idade entre 18 e 25 anos; 16,03% (n=203) de 26 a 35 anos; 3,24% (n=41) de 36 a 45 anos; e, 1,26% (n=16) de 46 a 59 anos de idade. É evidente o baixo número de pessoas idosas matriculadas nos cursos de graduação das universidades brasileiras o que pode estar relacionado ao pensamento e a cultura de que os idosos não são capazes de estudar e se incluir socialmente, este pensamento muitas vezes também é relatado pelos próprios idosos. Neste sentido, estimula-se que novas políticas públicas sejam implementadas e incentivadas para a maior adesão desta população no ensino superior.

Palavras-chaves: Pessoas idosas. Universidade. Inclusão.

Abstract

This study aimed to analyze the inclusion of older adults in a higher education institution. It was a descriptive study using secondary data from 1266 students enrolled in a Community University in the northwestern region of the state of Rio Grande do Sul. The information was provided via email by the Human Resources department of the aforementioned University, respecting the anonymity of the participants. It was found that of the 1266 students enrolled in the aforementioned University, only 3 (0.24%) were 60 years of age or older. It was also analyzed that as the age range increases, the number of enrolled students decreases, with 79.22% (n=1003) aged between 18 and 25 years; 16.03% (n=203) aged 26 to 35 years; 3.24% (n=41) aged 36 to 45 years; and, 1.26% (n=16) aged 46 to 59 years. It is evident that there is a low number of elderly people enrolled in undergraduate courses at Brazilian universities, which may be related to the belief and culture that the elderly are not capable of studying and being socially included; this belief is often also reported by the elderly themselves. In this sense, it is encouraged that new public policies be implemented and incentivized to increase the participation of this population in higher education.

Keywords: Elderly people. University. Inclusion.

³⁷ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (PPGAIS/UNICRUZ/URI Erechim/UNIJUI).

³⁸ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (PPGAIS/UNICRUZ/URI Erechim/UNIJUI).

³⁹ Aluna do curso de Medicina (FURG).

⁴⁰ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ).

⁴¹ Licenciada em Educação Física (UNICRUZ).

⁴² Doutora em Educação Física (UFSC) e docente dos cursos de Educação Física (UNIJUI).

⁴³ Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ).

⁴⁴ Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ) e do Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (PPGAIS/UNICRUZ/URI Erechim/UNIJUI).

Considerações iniciais

A população idosa apresentou progressivo crescimento demográfico nas últimas décadas, em um contexto no qual para ser considerado desta população, o indivíduo deve ter atingido a idade igual ou superior a 60 anos (Taliuli et al., 2022). Segundo o Estatuto do Idoso, regulamentado pela Lei n.º 10.741 de 2003, estabelece direitos para pessoa idosa no âmbito da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a socialização, autonomia, liberdade e melhor perspectiva de vida (BRASIL, 2003).

A participação social e a educação são importantes para o desenvolvimento humano como elementos benéficos para as vivências cotidianas, sendo direitos humanos básicos (Ogassavara et al., 2023). A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece o direito ao acesso à educação a todos, desde a educação básica até a universitária (BRASIL, 1988).

O princípio das universidades é ofertar a todo o público, a oportunidade de ingressar no ensino superior, pois todo o conhecimento adquirido pode interferir e alterar as relações existentes, tornando desta forma dever do Estado garantir, implantar e estimular ações educacionais voltadas para as pessoas idosas, oportunizando aprendizagens contínuas, objetivando a atualização do ser humano, atendendo suas necessidades de interação e aprimoramento do saber (Sobrinho, 2013; Lopes; Silva e Ferreira, 2021; Bernardino-Costa, 2023). No entanto, as políticas públicas se mostram ineficientes na inserção desse grupo populacional no âmbito acadêmico, com núcleos de ensino que não incentivam a inclusão, seja por falta de divulgação ou iniciativas que facilitem esse acesso (Rezende e Santana, 2021).

O processo de envelhecimento é acompanhado de alterações que repercutem na autonomia do indivíduo, fato que pode propiciar o isolamento e abandono de hábitos saudáveis, desse modo, a inserção da pessoa idosa em um ambiente de socialização, como as universidades, têm o potencial de não só aprimorar o conhecimento teórico-prático, como prevenir o declínio funcional e possibilitar o envelhecimento ativo da população (Bearzi; Karam e Silva, 2021; Alves; Trindade e Rocha, 2021).

É necessário ver o direito à educação da pessoa idosa como fonte de promoção da cidadania, sendo assim restringir ou dificultar o acesso a este direito é, portanto, discriminá-los e condená-los ao ostracismo social (Rodrigues e Mafra, 2022).

Baseado nestas premissas objetivou-se neste estudo, analisar a inserção das pessoas idosas em uma Universidade Comunitária da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Métodos

Esta pesquisa de abordagem quantitativa descritiva valeu-se de dados secundários de 1266 alunos matriculados em uma Universidade Comunitária da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Pensou-se na temática deste estudo durante a disciplina do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (mestrado e doutorado) denominada “Cidadania e Inserção Social da Pessoa Idosa” ofertada no segundo semestre de 2024, tendo como professores da mesma, dois autores da pesquisa.

As informações da pesquisa foram coletadas via e-mail para um dos autores da pesquisa, após conversa presencial e aprovação da responsável do setor acadêmico da referida universidade. Foram repassadas informações de todos os alunos matriculados no mês de setembro de 2024 na instituição de ensino. As mesmas eram referentes a idade (em anos), sexo (masculino e feminino) e curso de graduação no qual o universitário estava matriculado. O anonimato dos participantes foi respeitado e os idosos foram categorizados em Pessoa idosa 1, pessoa idosa 2 e assim sucessivamente. Além disso, a planilha com as informações não continha o nome dos universitários.

A planilha de dados foi repassada em formulário Excel for Windows 11 e posteriormente analisada por frequência e percentual no *Software e IBM SPSS Statistics 20*.

Resultados

Evidenciou-se que dos 1266 alunos matriculados na referida Universidade no segundo semestre do ano de 2024, somente três, ou seja, 0,24% tinham 60 ou mais anos de idade. Analisou-se também que conforme a faixa etária aumenta, reduz-se o número de alunos matriculados, sendo, 79,22% (n=1003) com idade entre 18 e 25 anos; 16,03% (n=203) de 26 a 35 anos; 3,24% (n=41) de 36 a 45 anos; e, 1,26% (n=16) de 46 a 59 anos de idade (Tabela 1).

Tabela 1. Faixa etária dos universitários matriculados em uma Universidade da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Setembro de 2024 (n= 1266).

Idade	% (f)
18 a 25 anos	79,22 (1003)
26 a 35 anos	16,03 (203)
36 a 45 anos	3,24 (41)
46 a 59 anos	1,26 (16)
60 anos ou mais	0,24 (3)

No quadro 1 estão as informações referentes exclusivamente as pessoas idosas, idade, sexo e em qual curso de graduação o mesmo estava matriculado no período da pesquisa. Pode-se analisar que as três pessoas idosas universitárias matriculadas em 2024/2 eram do sexo masculino, duas cursavam Direito e uma Agronomia e tinham de 61 a 63 anos de idade.

Quadro 1. Idade, sexo e curso de graduação no qual as pessoas idosas estavam matriculadas. Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Setembro de 2024 (n=3).

Participante	Idade	Sexo	Curso de graduação no qual estava matriculado
Pessoa idosa 1	60	Masculino	Direito
Pessoa idosa 2	61	Masculino	Agronomia
Pessoa idosa 3	63	Masculino	Direito

Discussão

O presente estudo mostra a baixa inclusão de pessoas idosas na universidade, quando comparado ao número total de matriculados. Em hipótese, acredita-se que a adoção de práticas que incentivam aos idosos a retornarem ao mundo acadêmico podem melhorar estes números, sendo elas familiares, pedagógicas e do setor público.

O apoio familiar pode ser uma importante ferramenta para o ingresso e permanência das pessoas idosas em universidades, o qual pode ser através de familiares que já passaram pela universidade ou que ainda estejam matriculados, onde acontece uma troca de experiências que incentivam e despertam interesse pelo aprendizado nas pessoas com 60 anos ou mais de idade (Fernandes; Meucci; Geremias, 2021).

Além disso, a universidade também tem um importante papel no incentivo a permanência da pessoa idosa no meio acadêmico, por meio de programas ou núcleos de atenção, como por exemplo o Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAEP), quando direcionado também as pessoas idosas que possam ter alguma dificuldade, podem ser uma forma válida para a permanência desta população no ensino superior (Batista; Vivas; Nunes, 2022).

Propostas governamentais como a já descrita no Projeto de Lei 1.519/2024, o qual tem a intenção de obrigar a universidade a adotar programas para promover o ingresso e a permanência de idosos nos cursos de graduação, tem o objetivo também de ampliar as oportunidades para que pessoas com 60 anos ou mais de idade tenham acesso ao ensino superior. Esta ressalta ainda que o Estatuto do Idoso já prevê medidas para elevar a escolaridade dessa população, mas ainda não aborda o acesso a cursos de graduação (Brasil, 2024).

Em contrapartida, países como no Canadá, o qual tem práticas educacionais de incentivo as pessoas idosas no ensino superior, já notou-se que a população idosa prefere atividades educacionais oferecidas pela comunidade e atividades em centros específicos para esta faixa etária (Silva, do Carmo e Roger, 2020).

Embora ainda seja baixa a taxa de idosos matriculados neste nível de ensino, dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil 2025 (SEMESP, 2025) apontam que essa foi a única faixa etária que aumentou dentro dos cursos presenciais nas universidades brasileiras. Além disso, ela é disparada a faixa etária com maior crescimento de matrículas ambas as modalidades (presencial e à distância), nos últimos anos.

Outro fator importante apresentado no Mapa diz respeito ao gênero da população matriculada em universidades brasileiras. Diferente do que foi encontrado no presente estudo, a Semesp (2025) relata que a prevalência de mulheres é superior à de homens dentro das instituições de nível superior, sendo elas públicas ou privadas. Contudo, tais dados não são apresentados de acordo com a faixa etária, e não levam em conta apenas a população idosa.

Neste sentido, destaca-se a importância do presente estudo, afim de mostrar o baixo número de pessoas idosas no ensino superior, proporcionando indagações sobre alternativas que podem aumentar a participação dos mesmos. Como pontos negativos do estudo destaca-se que poderiam ter sido realizadas análises mais profundas de quais ações de inclusão a instituição de ensino superior oferta para as pessoas idosas se engajarem na graduação.

Considerações finais

A presença das pessoas idosas na educação formal no Brasil ainda carece de estudos e investigações, conforme mostrou a pesquisa empreendida em torno desse assunto. Não há uma literatura publicada consistente e variada que respalde uma visão mais ampla sobre tal questão, embora seja um tema que começa a despertar atenção por conta do envelhecimento gradativo da população brasileira, sinalizando a urgência de mudanças conceituais e atitudinais de toda a sociedade com relação ao processo de envelhecimento humano.

Este fato configura um fator importante para a implementação de políticas públicas e sociais específicas para esse novo perfil de pessoas idosas do século XXI. Um sujeito experiente e ativo, informado e politizado, consciente de seus direitos e deveres, capaz de contribuir com a transformação da comunidade em que está inserido. Nessa pesquisa, evidenciou que dos 1266 alunos matriculados, 3 possuíam 60 anos ou mais de idade, além de constatar também que o número de matriculados reduz conforme aumenta a faixa etária.

O ensino superior, neste contexto, apresenta-se como uma alternativa viável para a reformulação dos programas educativos que favoreçam a pessoa idosa uma aprendizagem inovadora, significativa e inclusiva em todos os aspectos humanos, desde que adequadamente qualificada nas diferentes áreas de ensino. Toma-se como pressuposto que isso deva ser uma construção coletiva e participativa, mediante a realidade dinâmica que se impõe, na qual educando e educador assumem-se sujeitos do processo.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <https://www.gov.br/>
- ALVES, Kamila de Souza; TRINDADE, Sabrina Caetano; ROCHA, Fátima Niemeyer da. Atuação do psicólogo no processo de envelhecimento. **Revista Mosaico**, v. 12, n. 1, p. 99-104, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21727/rm.v12i1.2265>
- BRASIL. Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/>
- BRASIL. Projeto de Lei nº 1519, de 2024. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e da outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação, 2024.
- BATISTA, Renata Cristina Gomes; VIVAS, Eliane Silva; NUNES, Thiago Soares. Inclusão no ensino superior: ações do núcleo de acessibilidade e apoio psicopedagógico de uma instituição de ensino. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 1, p. 170-195, 2022.
- BEARZI, Clara Felix; KARAM, George Bruno da; SILVA, Marcelo. Saúde mental durante o processo de envelhecimento: uma revisão integrativa da literatura Mental health during the aging process: integrative literature review. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 5, p. 23176-23186, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/38340/pdf>
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Política afirmativa, democratização do acesso à universidade e propostas de avaliação: Lei de cotas teve papel central para a entrada de negros, indígenas e estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades públicas. **Ciência e Cultura**, v. 75, n. 1, p. 01-09, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20230003>
- FERNANDES, Camila Aparecida Carneiro; MEUCCI, Arthur; GEREMIAS, Bethania Medeiros. A importância do reconhecimento familiar dos idosos estudantes na decisão de ingressar e permanecer no Ensino Superior. Olhares sobre o envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares**, vol. II, p. 1-12, 2021.
- LOPES, Ronaldo André; SILVA, Guilherme Henrique Gomes da; FERREIRA, Eric Batista. A Lei de Cotas e o acesso à Universidade Federal de Alfenas por estudantes pertencentes a grupos sub-representados. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 148-176, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.3961>
- OGASSAVARA, Dante, et al. Contextos geradores de aprendizagem e envelhecimento: benefícios para pessoas idosas. **Revista Triângulo**, v. 16, n. 1, p. 299-314, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18554/rt.v16i1.6455> Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/6455>
- REZENDE, Anderson Fagundes; SANTANA, Rômulo Renato Cruz. O Acesso da Pessoa Idosa à Educação. **Revista A Fortiori**, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <http://revistas.famp.edu.br/revistaafortiori/article/view/253>
- RODRIGUES, Patrícia Mattos Amato; MAFRA, Simone Caldas Tavares. O Direito da pessoa idosa à educação formal no Brasil: um caminho para o exercício da cidadania. **Revista Longevidade**, 2022. Disponível em: <https://revistalongevidade.com.br/antecedentes/index.php/revistaportal/article/viewFile/968/1029>
- SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil. 15ª ed. Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-15/download/>

SILVA, Camille Auatt; DO CARMO, Gerson Tavares; ROGER, Kerstin. **Idosos no Ensino Superior:** uma perspectiva Canadense. In: CongressomFluminense de Pós-Graduação – CONPG, 2020.

SOBRINHO, José Dias. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior (Campinas)**, v. 18, p. 107-126, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100007>

TALIULI, Alessandra Vicentini Mauri et al. A importância da geriatria mediante o envelhecimento populacional brasileiro e as implicações do déficit de médicos geriatras no Brasil. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 7, n. 3, 2022. Doi: 10.20951/2446-6778/v7n3r83. Disponível em: <https://reinpec.cc/index.php/reinpec/article/view/980/693>

Enviado em 31/12/2025

Avaliado em 15/02/2026